



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Cezar Augusto Lima Santos

**Desamparo, amor e culpa: um estudo psicanalítico sobre a gênese e
operação do supereu**

Linha de pesquisa: Problemas Teórico-Methodológicos e
Conexões da Psicanálise

Rio de Janeiro

2021

Cezar Augusto Lima Santos

**Desamparo, amor e culpa: um estudo psicanalítico sobre a gênese e
operação do supereu**

Tese apresentada, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Psicanálise, ao
Programa de Pós-graduação em Psicanálise, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Alberti

Rio de Janeiro

2021

Cezar Augusto Lima Santos

Desamparo, amor e culpa: um estudo psicanalítico sobre a gênese e operação do supereu

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicanálise, ao Programa de Pós-graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em de de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sonia Alberti (Orientadora)
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof. Dr. Marco Antonio Coutinho Jorge
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a Doris Rinaldi
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a Betty Fuks
Instituto de Psicologia da UVA

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Rudge
Departamento de Psicologia da PUC-Rio

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

À Professora Sonia Alberti – minha orientadora – por todos os preciosos ensinamentos e valiosas orientações ao longo de tantos anos, pelas riquíssimas discussões, pelo rigor teórico, pela leitura atenta dos meus textos e pela enorme disponibilidade.

Às Professoras Doris Rinaldi, Betty Fuks, Ana Maria Rudge e ao professor Marco Antonio Coutinho Jorge por aceitarem o convite de participarem da minha banca e pelas preciosas indicações e sugestões que em muito contribuíram para minha pesquisa e escrita.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que com suas aulas, sugestões bibliográficas e discussões proporcionaram um enorme aprendizado.

A meus familiares pelo apoio e carinho.

A se tratar cada homem segundo seu merecimento, quem escapará do açoite?

Hamlet, ato II, cena 2

RESUMO

SANTOS, Cezar Augusto Lima. *Desamparo, amor e culpa: um estudo psicanalítico sobre a gênese e operação do supereu*, 2021. 177 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Tomando como ponto de partida o irremediável antagonismo entre a cultura e o pulsional proposto pelo pensamento freudiano e a sua indicação que a limitação da agressividade é o primeiro e mais severo sacrifício que a sociedade tem que pedir ao indivíduo, nos debruçaremos sobre o mecanismo mais importante de manejo da agressividade na perspectiva freudiana: a sua introjeção sob a forma do supereu. Deslindaremos a gênese e o *modus operandi* dessa instância, articulando-a radicalmente ao desamparo primordial. As duas funções principais do supereu, vigilância e crítica, correspondem a dois objetos pulsionais, o olhar e a voz, substâncias episódicas do objeto *a*, conforme Lacan. No que toca o olhar, já ao nascer, o desamparado *infans* é alvo do enigmático e siderante olhar do Outro. É olhado antes de olhar. Abordaremos essa dimensão persecutória do olhar imediata e originária. Assim como a voz não se confunde com o som, o olhar não se confunde com a visão. Trataremos dessa *esquize* fundamental entre o olho e o olhar. Tomando a arquitetura do Panóptico idealizada por Bentham e trabalhada por Foucault, percorreremos os efeitos da dissociação do par *ver-ser visto* que faz com que o olhar tenda ao incorpóreo e à introjeção. O olhar, contudo, não se limita a uma vertente vigilante-persecutória. O olhar do Outro é fundamental na constituição do eu. A criança se volta para aquele que a segura diante do espelho invocando seu assentimento, demanda a ratificação do valor dessa imagem diante dela. Estudaremos as consequências do destronamento de *His Majesty the Baby* e a ereção do ideal do eu na tentativa de reaver e assegurar satisfações narcísicas. Abordaremos o orgulho e a culpa em suas relações com o ideal do eu e o supereu. Trataremos do supereu como pura cultura da pulsão de morte, sua face mais mortífera. Discutiremos as consequências da limitação da agressividade indispensável a tessitura de qualquer laço social e os seus destinos. Cotejaremos as definições institucionais da hierarquia e disciplina, pilares do militarismo, com a análise foucaultiana e questionaremos as possibilidades e limitações da psicanálise na Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Supereu. Desamparo. Amor. Culpa. Voz. Olhar.

ABSTRACT

SANTOS, Cezar Augusto Lima. *Helplessness, love and guilt: a psychoanalytic study on the genesis and operation of the superego*, 2021. 177 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Taking as a starting point the irremediable antagonism between culture and the drive proposed by Freudian thought and its indication that the limitation of aggressiveness is the first and most severe sacrifice that society has to ask the individual, we will focus on the most important mechanism of handling aggressiveness in the Freudian perspective: its introjection in the form of the superego. We will unravel the genesis and modus operandi of this instance, radically articulating it to primordial helplessness. The two main functions of the superego, surveillance and criticism, correspond to two instinctual objects, the look and the voice, episodic substances of object *a*, according to Lacan. As far as the look is concerned, at birth, the helpless infants are the target of the enigmatic and astonishing gaze of the Other. It is looked at before looking. We will address this persecutory dimension of the immediate and original gaze. Just as the voice is not confused with the sound, the look is not confused with the vision. We will deal with this fundamental sketch between the eye and the gaze. Taking the Panopticon architecture idealized by Bentham and worked on by Foucault, we will explore the effects of the dissociation of the seeing-being pair, which makes the gaze tend towards the incorporeal and introjection. The gaze, however, is not limited to a vigilant-persecutive aspect. The Other's gaze is fundamental in the constitution of the self. The child turns to the one who holds him in front of the mirror, invoking his assent, demands the ratification of the value of that image in front of him. We will study the consequences of the dethronement of His Majesty the Baby and the erection of the ego ideal in an attempt to regain and secure narcissistic satisfactions. We will address pride and guilt in their relationship to the ideal of the self and the superego. We will treat the superego as a pure culture of the death drive, its deadliest face. We will discuss the consequences of limiting aggressiveness that is essential to the fabric of any social bond and its destinies. We will compare institutional definitions of hierarchy and discipline, pillars of militarism, with Foucault's analysis and we will question the possibilities and limitations of psychoanalysis in the Brazilian Navy.

Keywords: Superego. Helplessness. Love. Fault. Voice. Look.

RÉSUMÉ

SANTOS, Cezar Augusto Lima. *Impuissance, amour et culpabilité : une étude psychanalytique sur la genèse et la opération du surmoi*, 2021. 177 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

En prenant pour point de départ l'antagonisme irrémédiable entre la culture et la pulsion proposé par la pensée freudienne et son indication que la limitation de l'agressivité est le premier et le plus sévère sacrifice que la société doit demander à l'individu, nous nous concentrerons sur le mécanisme le plus important de manipulation de l'agressivité dans la perspective freudienne: son introjection sous la forme du surmoi. Nous dévoilerons la genèse et le mode opératoire de cette instance, en l'articulant radicalement à l'impuissance primordiale. Les deux fonctions principales du surmoi, la surveillance et la critique, correspondent à deux objets pulsionnels, le regard et la voix, substances épisodiques de l'objet *a*, selon Lacan. Côté regard, à la naissance, les nourrissons impuissants sont la cible du regard énigmatique et étonnant de l'Autre. Il est regardé avant de regarder. Nous aborderons cette dimension persécutrice du regard immédiat et originel. De même que la voix ne se confond pas avec le son, le regard ne se confond pas avec la vision. Nous traiterons de cette esquisse fondamentale entre l'œil et le regard. En reprenant l'architecture du Panopticon idéalisée par Bentham et travaillée par Foucault, nous explorerons les effets de la dissociation du couple voir-être, qui fait tendre le regard vers l'incorporel et l'introjection. Le regard ne se limite cependant pas à un aspect vigilant-persécutif. Le regard de l'Autre est fondamental dans la constitution de soi. L'enfant se tourne vers celui qui le tient devant le miroir, invoquant son assentiment, demande la ratification de la valeur de cette image devant lui. Nous étudierons les conséquences du détronement de *His Majesty the Baby* et l'érection de l'Idéal du Moi pour tenter de retrouver et d'obtenir des satisfactions narcissiques. Nous aborderons la fierté et la culpabilité dans leur rapport à l'idéal de soi et du surmoi. Nous traiterons le surmoi comme une pure culture de la pulsion de mort, son visage le plus meurtrier. Nous aborderons les conséquences d'une limitation de l'agressivité indispensable à la fabrique de tout lien social et de ses destins. Nous comparerons les définitions institutionnelles de la hiérarchie et de la discipline, piliers du militarisme, avec l'analyse de Foucault et nous questionnerons les possibilités et les limites de la psychanalyse dans la marine brésilienne.

Mots-clés: Surmoi. Impuissance. Amour. Culpabilité. Voix. Regard.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Moisés ofuscado	45
Figura 2- O grito de Edvard Munch	57
Figura 3- Formas dos objetos <i>a</i>	58
Figura 4- Tropas nazistas marchando para Hitler durante a Segunda Guerra	72
Figura 5- “Io sono sempre vista”	73
Figura 6- Representação gráfica eu, supereu e o isso.....	76
Figura 7- Representação gráfica mergulho do supereu no isso	78
Figura 8- <i>O perverso-polimorfo de Freud</i> de Dali	81
Figura 9- Cena de <i>How to Get Ahead in Advertising</i>	83
Figura 10- Charge frenesi por <i>likes</i>	109
Figura 11- Martyrdom of St Hippolyte de Dirck Bouts	111
Figura 12- Representação gráfica identificações verticais e horizontais.....	117
Figura 13- Rosa das Virtudes	118
Figura 14- Brasão ostentado em quase todas as Organizações Militares e Navios da Marinha do Brasil.....	149
Figura 15- Projétil atirado à queima-roupa estilhaçando-se ao chocar-se com a lágrima de Batávia.....	155
Figura 16- Lágrima de Batávia colapsando quando rompida sua ponta.....	155
Figura 17- Foto CIAA	161
Figura 18- Navio Veleiro Cisne-Branco da Marinha do Brasil ao sabor dos ventos	168

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	DES-AMPARO	22
1.1	O desamparo primordial e a gênese do supereu	22
1.2	O amor do Outro, questão de vida ou morte	29
2	A VOZ	37
2.1	O que entra pelo ouvido	37
2.2	Voz, objeto a	51
2.3	Orifício que não se fecha, voz que não se cala	57
3	O OLHAR	65
3.1	Sob a mira do Outro, <i>The Big Other is watching you</i>	65
3.2	Em busca do Olhar/Amor	87
4	ORGULHO E CULPA	105
4.1	Orgulho e culpa, agalma e rebotalho	105
4.2	Eu sou o meu próprio pior inimigo	128
5	MAL-ESTAR INEXPURGÁVEL	137
5.1	A-culturando as bestas selvagens humanas	137
5.2	Mal-estar na hierarquia e disciplina, liderança e pânico	152
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

As questões que impulsionam esta tese derivam essencialmente da escuta de militares da Marinha do Brasil e de inquietações, hiâncias e arestas oriundas da pesquisa realizada em nossa dissertação de mestrado intitulada *A agressividade e seus destinos*. Nesse trabalho, ao tratarmos dos destinos da agressividade, deparamo-nos, inevitavelmente, com a tão fundamental quanto espinhosa questão do supereu. Apesar das articulações efetuadas na ocasião, algo restou a nos relançar neste novo empreendimento.

De início, surpreendemo-nos com a contundência de Freud ao postular a virulência da inclinação agressiva no ser humano. Para ele, o homem não é um ser manso, amável, dócil que apenas se defenderia caso o atacassem. Muito pelo contrário. Quando estão ausentes as forças anímicas contrárias, que frequentemente inibem a agressividade, os seres humanos mostram-se como “bestas selvagens que nem sequer respeitam os membros de sua própria espécie” (FREUD, 1930/1991, p.108).

O outro, o próximo não é somente um possível auxiliar ou objeto de investimento amoroso, mas uma tentação para satisfazer nele a sua agressividade: “explorar sua força de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem seu consentimento, desapossá-lo de seu patrimônio, humilhá-lo, infringir-lhe dores, martirizá-lo e assassiná-lo. *Homo homini lupus*” (FREUD, 1930/1991, p.108). O homem é lobo do homem. Hobbes também lança mão desta citação de Plauto e acrescenta: *bellum omnium contra omnes*, guerra de todos contra todos. Focinhos ensanguentados, caninos à mostra, bestas que não cessam de se estraçalhar. Nessa rinha humana sem fim, quem restaria? A barbárie fervilha em todos nós, faz-se necessário que algo dome essa selvageria para que o laço social seja possível. O quê? Como?

A limitação à agressividade, diz Freud, é o “primeiro e talvez o mais severo sacrifício que a sociedade tem que pedir ao indivíduo” (FREUD, 1933[1932]b, p. 102). A cultura se vê obrigada a lançar mão de esforços hercúleos a fim de estabelecer limites para as pulsões agressivas do homem. A instituição de tabus, a promulgação de normas e leis – escritas ou não, formais ou informais –, a pressão da educação, dentre outros são meios que a cultura lança mão no afã de coibir, de refrear a aguilhoante agressividade que não cessa de ameaçar esgarçar os

laços sociais. Tais esforços, contudo, apresentam uma profunda dependência de uma vigilância constante e próxima para que as proibições se façam valer.

Observamos então, com surpresa e inquietação, que uma enorme maioria de seres humanos somente obedece às proibições culturais somente se pressionados pela coerção externa, vale dizer, somente aonde esta possa assegurar sua vigência e durante o tempo em que se mantenha temível. Isto vale também para as exigências da cultura que se denominam morais, dirigidas a todos por igual. A elas dizem respeito a maior parte do que experimentamos como insolvência moral dos seres humanos (FREUD, 1927/1991, p. 11-12).

Basta que a autoridade vire as costas para que haja a transgressão das normas prescritas. Uma vez a salvo das punições e consequências, livre da coerção externa, o que deteria o sujeito em sua busca por satisfação?

Infinito é o número de homens cultos que retrocederiam espantados ante o assassinato ou o incesto, mas não se negam a satisfação de sua avareza, de seu gosto de agredir, de seus apetites sexuais; não se privam de prejudicar os outros mediante a mentira, a fraude, a calúnia toda vez que se encontram a salvo do castigo; e isto sempre foi assim, ao largo de muitas épocas culturais (idem).

Pas vu pas pri, (MILLER, 2010). Não visto, não pego. Trata-se de uma moralidade externa cujo suporte é a polícia, o tribunal, a ordem pública. Esses sujeitos se permitem exercer o “mal” quando estão seguros que a autoridade não se inteirará ou que não poderá fazer nada contra eles, a “sua angústia”, nos diz Freud, “se dirige somente à possibilidade de serem descobertos” (FREUD, 1930/1991, p. 121). Faz-se, portanto, imprescindível uma vigilância constante e ostensiva, pois, basta que se vire as costas para que dêem livre curso a seus impulsos agressivos.

Na Marinha do Brasil, a *Praça d’Armas* é o local de convivência dos Oficiais. Nos diversos navios, submarinos e quartéis esse é o lugar onde são servidas as refeições, realizadas celebrações e reuniões mais informais. Ambiente privativo da oficialidade, não é permitida a

entrada das praças (militares de patente inferior, de círculo hierárquico subordinado) não autorizadas. Essa proibição e a origem desse termo merecem nossa atenção.

A origem do termo *Praça d'Armas* remonta ao tempo dos Navios à Vela, dos Corsários e Bucaneiros. Era nesse compartimento que as armas a bordo eram guardadas, pois os Marujos, de uma forma geral, não gozavam da confiança da Oficialidade. Os marinheiros, diferentemente dos oficiais, não advinham de uma condição mais abastada, muito pelo contrário. Em sua maioria de origem humilde, quando não desocupados ou até mesmo marginais, trabalhavam em condições desumanas e sofriam também com castigos físicos caso não cumprissem o que era determinado. A tensão a bordo era constante e a ameaça de revolta e amotinamento sempre estava presente.

No “Livro de Castigo” do encouraçado *Minas Gerais*, foi registrado em 11 de novembro de 1910 que o Marinheiro baiano Marcelino Rodrigues Menezes fora flagrado por um cabo tentando adentrar o navio com uma garrafa de aguardente, o que era proibido pelos regulamentos da Marinha de Guerra. O cabo denunciou o caso ao oficial de serviço, que, por sua vez, deu voz de prisão a Marcelino. Este então, movido por um ímpeto vingativo, feriu o cabo delator com uma navalhada. Por essas faltas disciplinares, foi atribuído a Marcelino o castigo de duzentas chibatadas (cem a mais do que o habitual). O açoite aconteceu em frente à tropa perfilada, ao som de tambores. Findada a sevícia, ele teve que ser levado ao hospital da Marinha tamanha fora a gravidade dos seus ferimentos. As suas costas estavam tão sulcadas pelos golpes que assemelhavam-se a uma tainha lanhada para ser salgada (NASCIMENTO, 2002).

O estado lastimável de Marcelino foi o estopim da Revolta da Chibata. Na noite de 22 de novembro de 1910, centenas de marinheiros, aos gritos de “Viva a liberdade!” e “Abaixo a chibata!”, se amotinaram e mataram o Comandante do encouraçado *Minas Gerais*¹, mais 5 oficiais e um grumete. Os demais oficiais fugiram da fúria ensandecida dos marujos como puderam. Alguns conseguiram arriar os escaleres fugindo a remo, outros simplesmente se jogaram ao mar. Como uma corrente hídrica, o motim se alastrou aos navios *São Paulo*, *Deodoro* e *Bahia*. Decididos a irem até às últimas consequências, os amotinados voltaram os canhões contra as cidades do Rio de Janeiro (então capital do país) e Niterói abrindo fogo.

1- Difícil não fazer uma associação com a insurreição dos irmãos subjugados contra o Pai da Horda do mito freudiano em Totem e Tabu.

Destruíram casas, prédios e vitimaram algumas pessoas, duas crianças inclusive. A população carioca ficara em pânico sob a mira dos pujantes canhões agora comandados pelos revoltosos.

A principal exigência era o fim dos castigos corporais, prática há muito tempo extinta na maioria das Marinhas do mundo, mas que bizarramente ainda se perpetuava em nosso país. As penas corporais serviam para impor limites e ordenavam as relações a bordo. Convinham para subjugar e domar os arroubos revoltosos dos subordinados pela dor e sangue. Sem esse recurso, como então impor a hierarquia e disciplina? É possível prescindir da chibata? Como fazer com que esses alvorotados sujeitos se curvem à Lei?

Esconder angustiadamente as armas em um compartimento e “sentar” em cima delas não parece ser uma boa estratégia para uma Marinha de Guerra que se propõe, justamente, a guerrear. Açoitar os subordinados à exaustão só parece exaltar os ânimos raivosos². Talvez entregar a “chibata” ao próprio sujeito para que ele “suplicie-se” a si mesmo seja mais eficaz. Transpor a coerção externa para o seu íntimo, fazendo com que o sujeito atue como seu próprio censor e algoz. Que ele então se encarregue de sua própria disciplina.

Freud ressalta que uma mudança importante, significativa no que tange o âmbito pulsional somente sobrevém quando a autoridade é interiorizada pela instauração de um supereu. Com a introjeção da autoridade, pode-se dispensar o ônus da presença e vigilância de um interditor, pois o sujeito, sempre um contraventor em potencial, passaria então a interditar-se a si mesmo. Ele chega a considerar esse processo como um “progresso” da alma humana em relação a outras formas de coerção social:

Não é certo que a alma humana não tenha experimentado evolução alguma desde as épocas mais antigas e que, em contraposição com os progressos da ciência e da técnica, seja hoje a mesma que no princípio da história. Aqui podemos pesquisar um desses *progressos anímicos*. Uma das características de nossa *evolução* consiste em *interiorizar pouco a pouco a compulsão externa*, uma instância anímica particular, *o supereu* do ser humano, *acolhe a*

2- Reza a Bíblia: “O chicote foi feito para o cavalo, o freio, para o jumento, e a vara, para as costas de quem não tem juízo” (PROVÉRBIOS, 26:3). Vara no lombo dos desajuizados! Contudo, Viriato Corrêa - escritor e dramaturgo maranhense - nos alerta: “Um homem não é para ser chicoteado covardemente, miseravelmente, sem um revide, sem um gesto qualquer de vingança” (CORRÊA, 2005, p. 244).

coerção externa entre seus mandamentos (FREUD, 1927/1991, p. 11, grifos nossos).

A instauração do supereu, para Freud (1930/1991), impõe-se como o meio mais importante do qual a cultura lança mão para jugular o ímpeto agressivo do sujeito. Coerção, mandamentos, imperativos que passam não mais a operar de “fora”, mas partem do ponto mais íntimo (e exterior) do sujeito: *extimidade*, neologiza Lacan. Aqui nos detemos para apresentar as questões norteadoras desta tese: Afinal, como se dá a instauração do supereu no psiquismo humano? De que maneira essa coerção externa se enquista na subjetividade? Que efeitos se produzem a partir dessa introjeção? Buscaremos deslindar a sua gênese, esmiuçar o seu *modus operandi* e abordar as arestas, os paradoxos do funcionamento dessa enigmática instância que tanta aporia teórica já engendrou.

Um ponto raramente abordado pela literatura psicanalítica, especialmente a de orientação lacaniana, é a da anterioridade de um supereu materno em relação a um supereu paterno. Classicamente concebido como herdeiro do Complexo de Édipo, conforme a postulação freudiana, o conceito de um supereu materno começa a ganhar corpo com as elaborações teóricas de Melanie Klein. Lacan faz homenagem à autora e esboça formulações a esse respeito:

O que significa dizer que o supereu se produz, segundo Freud, no momento do declínio do Édipo? É claro que desde então se deram alguns passos para a frente mostrando que havia um, nascido anteriormente, diz Melanie Klein, em retorsão das pulsões sádicas, embora ninguém seja capaz de justificar que se trate ainda do mesmo supereu (LACAN, 1959-1960/1988, p. 359).

Haveria então dois supereus de naturezas diferentes atuando na subjetividade? No Seminário *As formações do inconsciente*, Lacan sustenta que há um supereu maternal primitivo, arcaico ligado ao Outro primordial como suporte das primeiras demandas do sujeito, de suas primeiras articulações balbuciantes e de suas primeiras frustrações. Seria nesse nível do Outro primordial e das primeiras demandas que teríamos o fenômeno da dependência. “Tudo o que acontece com o supereu materno articula-se em torno disso” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 512). Primeira relação de dependência que é ameaçada pela perda do amor. Trata-se aqui, vale dizer, de algo para além da simples privação dos cuidados maternos, do atendimento de

necessidades, pois angariar o desejo do Outro primordial é vital para o recém-chegado completamente desassistido.

Nesse sentido, Colette Soler destaca que “desde que há a voz do Outro primordial que profere, a matriz do supereu é possível” (SOLER, 2012, p. 125). Ao se partir da clínica mais manifesta dos fenômenos do supereu, escreve Soler, é preciso lembrar que ele é, de início e essencialmente, uma voz que repreende. No que tange a instituição dessa voz, contudo, ela assinala que Freud e Lacan concordam e discordam:

Freud e Lacan estão de acordo a respeito de um ponto: é que essa voz herda o que eu chamaria de “as vozes primeiras”, as vozes vindas dos primeiros objetos de apego. Freud conclui: é uma voz herdada do pai da criança, já que é uma voz que veicula o interdito.

Lacan não diz: “herdada do pai”, ele diria – ele não diz, mas se dissesse algo homólogo, diria – “herdada do Outro original”; do dito primeiro e, portanto, herdada do Outro. Isto não é igual à “herdada do Pai” (SOLER, 2012, p. 119-120).

Na leitura de Antonio Quinet (2006), o supereu que exprime a ordem impossível de satisfazer: “goza!”, corresponde ao Outro não-castrado, todo-poderoso, que impõe a lei de seu capricho. Este pode ser identificado com a figura arcaica da mãe: o Outro absoluto que dita à criança sua lei cega. O supereu corresponderia ao Outro não-barrado, lugar onde se situa a mãe para a criança pequena. Não é sem razão que Lacan ventila a questão: “Não haverá atrás de um supereu paterno, um supereu materno mais exigente, ainda mais opressor, ainda mais devastador, mais insistente, na neurose, que o supereu paterno?” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 167).

Outro ponto fundamental a ser abordado neste trabalho é a ferocidade e gula supergóicas. O supereu capitaliza a agressividade que o eu, de bom grado, despejaria sobre outros. Dirimem-se, desse modo, os corrosivos efeitos da agressividade sobre os laços sociais relançando-a sobre o próprio sujeito via essa instância que atua como uma “guarnição militar nos lugares inclinados à revolta” (Ibid., 1930/1991, p. 120). A revolta do desejo deve ser sufocada. Essa metáfora militar freudiana transparece o caráter autoritário, verticalizado dessa instância. Nessa guerra assimétrica, a autoridade instituída no cerne da subjetividade,

reiteradamente abusa de seu poder. Quanto mais o sujeito aquiesce e limita sua agressividade, quanto mais renuncia de seu desejo, paradoxalmente, mais severo e agressivo se torna seu supereu. Destarte, é o mais “santo”, é o mais casto e dócil, que mais é açoitado pelo severo supereu.

Freud escreve o *Mal-estar na civilização* para dizer-nos que tudo o que passa do gozo à interdição vai no sentido de um reforço sempre crescente de interdição. Todo aquele que se aplica em submeter-se à lei moral sempre vê reforçarem-se as exigências, sempre mais minuciosas, mais cruéis de seu supereu (LACAN, 1959-1960/1988, p. 212).

Lacan destaca que justamente a instância que zelaria pelo regramento descamba em desregramento; apresenta uma gulodice mórbida, sem limites. O supereu, como função psíquica, “parece encontrar em si mesma seu próprio agravamento por uma espécie de ruptura de freios que asseguravam sua justa incidência” (Ibid, p. 174). Ironicamente, é justamente a instância que deveria impor e resguardar os limites que os ultrapassa:

[...] na própria fibra de tudo o que Freud ensinou, há isto, que é na medida em que o sujeito faz com que a agressividade se volte contra si mesmo que provém a energia dita do supereu.

Freud toma o cuidado de acrescentar esse toque suplementar, que uma vez que se entra nessa via, uma vez encetado o processo, não há mais limite – ele engendra uma agressão cada vez mais pesada do eu (Ibid., p 232-233).

A agressividade asfixiada volta-se contra o próprio sujeito. Retorna sob a forma de um supereu feroz, obscuro, que caustica o eu com uma fúria imisericordiosa sob a forma do sentimento de culpa. Tal agressividade pode levar o eu até mesmo à aniquilação. Na melancolia, por exemplo, a agressividade entrincheira-se no supereu e se volta impietosamente, quando não mortalmente, contra o eu. Apresentando-se como pura cultura da pulsão de morte, o supereu pode conseguir “empurrar o eu à morte, quando este não consegue se defender antes de seu tirano” (Ibid., 1923/1991, p. 53). Supereu: déspota sanguinário. Em determinadas formas da neurose obsessiva, as reprovações da consciência moral são igualmente penosas e martirizantes, o que, apesar de dificilmente culminarem em suicídio como na melancolia, redundam em um auto-martírio interminável. Em outros casos, a exigência do supereu pode ser tão intensa e implacável que o eu cai paralisado frente às suas tarefas (Ibid., 1940[1938]a/1991).

Vale ressaltar que Freud não limita a agressividade superegógica às patologias, pelo contrário, ele “democratiza” a sua severidade: “Já a moral normal, ordinária, tem o caráter de dura restrição, de proibição cruel. E daí provém, a todas as luzes, a concepção de um ser superior inexorável no castigo” (FREUD, 1924/1991, p. 55). Diante disso, questionamos: O que determina a cabal assimetria entre eu e supereu? A que se deve essa bovina docilidade egóica que se dirige ao açoite – quando não ao abate – sem nem ao menos tergiversar?

Acreditamos que o fio condutor que pode lançar alguma luz sobre as questões até então levantadas é o desamparo primordial. Esse será o norte, o veio que adotaremos ao longo de nosso percurso. No primeiro capítulo, partiremos da afirmação freudiana que o inicial desamparo do ser humano é “a fonte primordial de todos os motivos morais” (Ibid., 1895/1991, p. 363). Extrairemos as consequências do par desamparo-dependência primordiais como condição estrutural para a instalação do supereu. Analisaremos como que o grito se tornará apelo e a necessidade, demanda. Demanda que é sempre demanda de amor. Debaixo da asa do Outro, o sujeito acredita estar a salvo do desamparo. Ser amado passa a ser uma questão de vida ou morte. Nesse sentido, percorreremos os clássicos estudos de Sandor Ferenczi e René Spitz sobre a criança mal-acolhida e o hospitalismo respectivamente. Discutiremos o papel do desejo do Outro na constituição do sujeito, de um desejo que não seja anônimo e suas relações com a pulsão de morte.

A voz e o olhar serão os objetos privilegiados do segundo e terceiro capítulos. As duas funções principais do supereu, vigilância e crítica, correspondem a dois objetos pulsionais, a saber: o olhar e a voz (substâncias episódicas do objeto *a* conforme Lacan). Destacaremos a afinidade estrutural, já presente na própria etimologia do vocábulo, entre obedecer e escutar (do latim *ab-audire*). Lacan joga com a homofonia entre *Jouis!* (Goza!) e *J'ouis* (Eu ouço) para colocar em evidência que diante do imperativo *Jouis!* (Goza!), o sujeito é compelido a responder *J'ouis!* (Ouço!), indicando o caráter vocal do imperativo superegógico e a compulsão à servidão concomitante. Tomaremos os comentários de Lacan ao longo de seus Seminários acerca do trabalho de Otto Isakower. Este articulou a questão da esfera auditiva e a gênese do supereu de uma forma absolutamente original, via experimentos realizados com animais marinhos inferiores.

No que toca o olhar, já ao nascer, o desamparado *infans* é alvo do enigmático e siderante olhar do Outro. É olhado antes de olhar. Abordaremos essa dimensão persecutória do olhar imediata e originária. Assim como a voz não se confunde com o som, o olhar – como

substância episódica do objeto *a* – não se confunde com a visão. Trataremos dessa *esquize* fundamental entre o olho e o olhar. Tomando a arquitetura do Panóptico idealizada por Bentham e trabalhada por Foucault, percorreremos os efeitos da dissociação do par *ver-ser visto* que faz com que o olhar tenda ao incorpóreo e à introjeção. O *Big Brother is watching you!*, do conto 1984 de George Orwell, com Lacan, será retomado como *The Big Other is watching you!* Pregância de um olhar totalitário que não deixa espaço para o sujeito respirar, que não há como se furtar. Totalismo do olhar do Outro. Acompanharemos a “engenharia reversa” do maquinário superegótico empreendida por Freud a partir dos doentes que padecem de delírios de observação. A partir do insólito filme *How to Get Ahead in Advertising*, da versão de Molière do mito romano de Anfitrião e do caso Suzanne discutiremos o excêntrico antagonismo de um “eu” contra um outro “eu”.

O olhar, contudo, não se limita a essa vertente vigilante-persecutória. O olhar do Outro é fundamental na constituição do eu. A criança se volta para aquele que a segura diante do espelho invocando seu assentimento, demanda a ratificação do valor dessa imagem diante dela. Observaremos as convergências de Lacan e Winnicott nessa questão. Estudaremos as consequências do destronamento de *His Majesty the Baby*. O ideal do eu será tomado então como a instância na qual o sujeito tenta acomodar o seu eu para receber uma *standing ovation* do Outro. Ideal causa de recalque cuja tutela, cuja guarda caberá ao supereu.

No quarto capítulo abordaremos o orgulho e a culpa em suas relações com o ideal do eu e o supereu. O eu, ao oferendar ao supereu uma renúncia do pulsional conforme o que é ditado pelo ideal do eu, espera em troca, como recompensa, ser mais amado por ele. Abordaremos o *dar-a-ver* no militarismo e na sociedade contemporânea na busca desse olhar de reconhecimento e validação do Outro. Deslindaremos a vassalagem egótica a seus três déspotas: mundo exterior, supereu e o isso. Apresentaremos a *Rosa das Virtudes* da Marinha do Brasil e suas 16 pétalas, cada uma figurando um significante ideal que deverá ser introjetado por todo militar que compuser as suas fileiras. Acentuaremos as duas vertentes inerentes ao registro do ideal destacadas por Lacan. Por um lado, perpetua a satisfação do sujeito, mas por outro é também, para ele, a função mais deprimente, no sentido psiquiátrico do termo. Orgulho e culpa, agalma e rebotalho. O Ideal tem sua vertente deprimente, pois multiplica as ocasiões de se estar em posição de insuficiência, de deficiência. Aquém do ideal do eu, o sujeito é alvo de sentimentos de culpa e inferioridade. O supereu não terá piedade.

Para tratar do supereu como pura cultura da pulsão de morte, em sua face mais mortífera, nos debruçaremos sobre a música *Given up*, da banda Linkin Park, cujo vocalista e autor da letra dessa canção suicidou-se ainda bem jovem. “Eu sou meu próprio pior inimigo”; “Tire-me da minha maldita miséria!”, canta Chester. Abordaremos o *mal-dito* na melancolia e o suicídio como um *autoassassinato*, ato de violência máxima contra si mesmo. Discutiremos as misteriosas tendências masoquistas do eu que apontam para um *mais-além* do princípio do prazer. Traremos a advertência freudiana de que uma agressividade impedida implica um grave dano e que parece que as coisas se apresentam como se devêssemos destruir a outras pessoas ou coisas para que não destruamos a nós mesmos, para nos pormos a salvo da tendência da autodestruição. Como então conviver?

O quinto e último capítulo versará sobre o estrutural e inextirpável mal-estar. Há um antagonismo irremediável entre as exigências da pulsão e as restrições impostas pela cultura. Sem renúncia de gozo não há laço social possível. Dado que a inclinação agressiva é, segundo Freud, uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano; faz-se necessário domá-la. Como A-culturar as bestas selvagens? Discutiremos as consequências dessa limitação à agressividade, primeiro e talvez o mais severo sacrifício que a sociedade tem que pedir ao indivíduo na perspectiva freudiana. Contar, para tanto, apenas com coerções externas, com policiamento, vigilância e punições relegaria a cultura, os laços sociais em uma posição de extrema vulnerabilidade. Pois, basta que a autoridade desvie seu olhar, para que as transgressões se dêem. A interiorização da compulsão externa sob a forma do supereu - um progresso anímico, uma evolução no dizer de Freud - será perscrutada. *Goza! Não goza!* Proporemos uma torção que conjuga as duas vertentes do supereu, a da interdição do gozo e a do imperativo de gozo.

Por fim, o mal-estar intrínseco à hierarquia e disciplina será abordado. Não sem razão esses significantes são os pilares do militarismo. Cotejaremos as definições institucionais desses pilares com a análise foucaultiana desses preceitos. A questão fundamental da liderança no militarismo será deslindada à luz do texto *Psicologia das Massas e análise do eu*. Potência hipnótica do líder-pai-general por um lado, pânico generalizado da tropa em sua queda por outro. Veremos que no organismo militar homeostático, as singularidades devem ser absorvidas. Todos devem marchar a um só passo, vestir o mesmo uniforme, bradar em uníssono. A hierarquia e disciplina impõem duras restrições e comandos os quais não cabe questionar.

O discurso institucional, não apenas prescreve normas de conduta, pretende determinar o ser, o querer e o querer ser. Para além de nomear *Tu és Marinheiro*, dita ainda o orgulho a ser experimentado pelo fato de sê-lo. Vertente superegóica portanto, imperativo de ser e de gozo. Daí questionaremos qual seria de fato papel do psicanalista na Marinha do Brasil. Fazer florescer a *Rosa das Virtudes* Naval com seu enxame de significantes-mestres, ou, de pétala em pétala, despetalá-la?

“Sondemos o que acontece com o tecido estrutural, para dar assim nossa tesourada” (LACAN, 1968-1969/2008, p.38). Nossa tesourada, nosso corte, será abordar o supereu a partir do desamparo primordial. Tomaremos esse ângulo inusual para deslindar as estacas fundadoras dessa instância que tanta confusão conceitual já causou e ainda causa. Em *Neurose e psicose*, Freud admite: “Em outros pontos, por exemplo, os que se referem à origem e ao papel do supereu, é muito o que permanece obscuro e sem respostas” (FREUD, 1924[1923]/1991, p. 155). É justamente nessa obscuridade que pretendemos mergulhar e extrair consequências teóricas e práticas. Iniciemos então nossa empreitada.

1 – DES-AMPARO

1.1 - O desamparo primordial e a gênese do supereu

“O inicial desamparo do ser humano é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Ibid., 1895/1991, p. 363). Chama a nossa atenção o fato de que Freud já no *Projeto*, um texto tão inicial em sua empreitada conceitual, relacione de forma tão incisiva e clara desamparo e moralidade. Essa articulação teórica se desdobrará e ganhará uma complexidade cada vez maior ao longo de sua obra. Em *O eu e o isso*, texto no qual o supereu é nomeado pela primeira vez, Freud associa diretamente o desamparo com a gênese do supereu. Desamparo e dependência são determinantes para o enquistamento dessa instância supostamente moralizante no psiquismo:

Se considerarmos uma vez mais a gênese do supereu tal como a descrevemos, vemos que este último é o resultado de dois fatores biológicos de suma importância: o desamparo e a dependência do ser humano durante sua prolongada infância, e ao fato que seu complexo de Édipo, que reconduzimos à interrupção do desenvolvimento libidinal pelo período de latência e, portanto, à acometida da vida sexual em dois tempos (FREUD, 1923/1991, p. 36).

Em um de seus últimos trabalhos, *Esboço de Psicanálise*, Freud (1940[1938]a/1991) reitera e esmiúça essas teses. De ponta a ponta em sua obra podemos acompanhar o esforço teórico freudiano em cingir a questão da consciência moral, as suas origens e as suas repercussões no aparelho psíquico. O objetivo principal deste trabalho é perscrutar a gênese do supereu e extrair as consequências da instalação dessa instância no seio da subjetividade. De saída, algumas questões se impõem: Por que o desamparo é a fonte primordial da moralidade? Como o par desamparo-dependência engendra o supereu? A moralidade, ou imoralidade humanas, resumem-se ao conceito de supereu?

O rebento humano é marcado por uma precariedade constitucional diante da árdua tarefa de manutenção da sua própria vida. A existência intrauterina humana, na concepção de Freud (1926/1991), é relativamente curta quando comparada a de outros animais. Em

consequência disso, o bebê é lançado ao mundo em um estado “mais inacabado” (FREUD, 1895/1991, p. 145), prematuro. De fato, é longo o tempo em que o *infans* se encontra em condições de total desamparo, completamente à mercê das contingências. Um bebê zebra, por exemplo, poucos instantes após nascer, já é capaz de levantar-se e locomover-se. Diante de um predador, uma leoa ou hiena, pode ao menos esboçar uma tentativa de fuga. O bebê humano, em contrapartida, é completamente incapaz de se proteger e de se prover. Ele simplesmente não sobreviverá se for lançado a sua própria sorte. Apenas lhe é possível gritar e espernear freneticamente, seu destino dependerá de um Outro que venha em seu socorro.

A proteção da vida intrauterina é bruscamente rompida e o pequeno ser é ejetado num mundo estranho e hostil. Em estado de urgência, o bebê é invadido por uma enorme quantidade de excitação, é presa do mais terrível desamparo. “No *Hilflosigkeit*, o desamparo, o sujeito é pura e simplesmente transtornado, ultrapassado por uma situação eruptiva que não pode enfrentar de modo algum” (LACAN, 1960-1961/1992, p. 353). O vocábulo *Hilflosigkeit* tem como núcleo *Hilflos*, o sufixo *los* denota a ausência de algo e anula a ação do verbo *Helpfen* (ajudar, socorrer). *Keit* é uma terminação que designa substantivo. Tomando literalmente, *Hilflosigkeit* significa “ausência de ajuda”, ou seja, des-amparo. Esse desamparo é, para Freud, o protótipo de toda situação traumática.

O *infans* não está preparado para dominar psiquicamente as grandes somas de excitação que o acoçam (FREUD, 1926/1991). A completa inapetência do rebento de tramitar o fluxo tensional que o punciona o deixa avassalado, “traumatizado”. Apelando mais uma vez à etimologia, vemos que trauma deriva do grego τραῦμα que remete à ferida, avaria. A angústia seria uma resposta a essa ferida, a esse perigo mais original, essa *Hilflosigkeit* insuperável. Esse estado característico do início da vida, cabe ressaltar, não deve ser tomado como uma fase transitória ou superável da vida psíquica, mas sim como a base sobre a qual se estruturará a subjetividade. Freud considera o nascer como a primeiríssima vivência de angústia, experiência que deixa marcas indeléveis no psiquismo. Em nota de rodapé adicionada em 1909 na *Interpretação dos sonhos*, isso fica claro: “O ato do nascimento é, também, a primeira vivência de angústia e, em consequência, a fonte e o modelo do afeto de angústia” (FREUD 1900[1909]/1991).

Ao se debruçar sobre a angústia em suas *Conferências Introdutórias*, Freud (1917[1916-1917]/1991) refere-se a uma reunião de médicos de que participara muitos anos antes que lhe serviu de centelha para suas formulações teóricas posteriores. Os jovens médicos

estavam almoçando em um restaurante e um médico assistente do departamento de obstetrícia relatou o que se passara no último exame de parteiras. Foi perguntado a uma candidata o que significava o aparecimento de mecônio (excremento remanescente do bebê da vida intrauterina) na água do nascimento, ela singelamente respondeu: “Significa que o bebê está angustiado”. Todos se puseram a rir e ela acabou reprovada no exame. Apesar da anedota contada pelo jovem médico pretender-se cômica, Freud, ao invés de rir, pôs-se a elucubrar: “Mas eu, caladamente, tomei o partido dela e comecei a suspeitar que essa pobre mulher do povo havia posto certamente em descoberto um nexo importante” (Ibid., 1916-1917/1991, p. 362). Esse nexos é justamente a relação entre o traumático evento do nascer e a angústia.

O excesso de tensão, *Reiz*, que acomete o bebê despejado do útero materno o avassala lançando-o no mais terrível desamparo. A quietude do aconchegante ventre da mãe é bruscamente rompido. O afluxo tensional que o assedia não cessa de premer por uma descarga, por um destino. Há urgência nessa emergência. O que pode o pobre bebezinho diante disso?

A urgência da vida o assedia primeiro sob a forma das grandes necessidades corporais. A excitação imposta (*setzen*) pela necessidade interior buscará uma drenagem na motilidade que designar-se “alteração interna” ou “expressão emocional”. A criança faminta chorará ou esperneará inerte. Mas a situação se manterá imutável, pois a excitação que parte da necessidade interna não corresponde a uma força que golpeia de maneira momentânea, mas a uma que atua continuamente (Ibid., 1900/1991, p. 157).

A satisfação não sobrevém, a excitação perdura, se intensifica. Por mais que o bebê esperneie e chore, a tensão não arrefece, pois, como destaca Freud já no *Projeto*, ela exige uma alteração do mundo exterior (provisão de alimento, aproximação do objeto sexual, frio ou calor) que, como ação específica (*spezifische Aktion*), só pode produzir-se por caminhos definidos. O “organismo humano é no começo incapaz de executar a ação específica. Esta sobrevém mediante um *auxílio alheio*” (FREUD, 1895/1991, p. 362).

O espernear e gritar desesperados e descoordenados em nada alteram a insuportável situação. O bebê não é capaz de falar, de pedir ajuda, de se explicar. O grito por ele emitido não é senão a *ex*-pressão da ruptura do estado de equilíbrio homeostático. Inicialmente, não se trata de um apelo, mas sim de uma jaculação sonora que opera como uma evacuação motora das tensões. A impossibilidade de efetivar a ação específica coloca o bebê humano no lugar de uma

absoluta dependência de um auxílio alheio, da presença de um Outro - *Nebenmensch* ("humano/pessoa ao lado", em tradução literal).

Portanto, se o bebê tiver sorte, o seu urro atrairá a atenção de um Outro que interpretará essa pura emissão vocal como uma demanda, demanda de alguma coisa. É o Outro, digamos a mãe, que atribuirá uma significação a esse grito e o elevará ao estatuto de uma demanda. O *cri pur* [grito puro] do bebê, coloca Vivès, transforma-se em um *cri pour* [grito para]:

A mãe interpreta o grito como uma fala suposta à criança que ela coloca, desde seu nascimento, em posição de sujeito-suposto-falante. Ela indica a recepção desse grito e cria a hipótese de que ele quer dizer algo, que ele apresenta o sujeito ao mundo. [...] A resposta do Outro, a recepção que ele reserva ao grito puro [*cri pur*] transformando-o em grito para [*cri pour*], vai transformar o grito que se torna então significação do sujeito a partir do significante do Outro (VIVÈS, 2012, p.310)

Há, desse modo, a suposição de um dizer ao *infans*. O assujeitado é suposto sujeito, sujeito suposto dizer. Supõe-se um dizer sem que este tenha sido de fato dito, uma “loucura” *pró-vocadora*, antecipação essencial para o nascimento do sujeito. Winnicott (1949/1978) diz se tratar de um estado de sensibilidade aumentada, quase uma doença, uma condição psiquiátrica muito especial da mãe. O Outro materno atribui uma significação ao grito emitido que *a priori* não possuía sentido algum. Ele é interpretado como signo de fome, de sono, de carência afetiva, enfim, o grito pode ser interpretado praticamente como qualquer coisa. O bebê é arrancando de sua estúpida e infável existência com a enxurrada de significantes que lhe afluem do Outro. O *infans* é dardejado com a resposta do Outro e são essas respostas “que tiveram o poder de fazer de seu grito um apelo” (LACAN, 1960/1998, p. 686), recebe sua própria mensagem sob a forma invertida.

O que se evidencia na introdução dessa palavra que atende às exigências da criança é que, por ser atendido por intermédio da palavra, o bebê humano, ser de necessidade, se vê convocado a cindir seus interesses mamíferos em pelo menos dois planos fundamentais, segundo Elia (2012). Ele não poderia continuar sendo um simples mamífero se quem atende ao seu apelo traz o leite; mas com ele traz também o significante. Assim, se o bebê visa o leite como animal mamífero, ele o recebe de alguém que o introduz no campo da linguagem necessariamente. Junto com alimento, a mãe transmite uma estrutura significante e inconsciente para ela própria. Chega um conjunto de marcas materiais e simbólicas — significantes —

introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta que se chama de sujeito (ELIA, 2012).

A criança, agora sujeito, sujeito à cadeia significante, passa a não mais visar exclusivamente o leite, ela é instada a querer a presença daquele que lhe trouxe o objeto. Passa então a demandar não somente o objeto trazido, mas também e essencialmente aquele que o trouxe. Visar a presença do Outro como tal, como capaz de atender à necessidade, é esta a essência da demanda (idem). Toda demanda refere-se a uma outra coisa que não ela mesma. A criança que pede está buscando no Outro o reconhecimento de seu ser de sujeito, mais do que a mera satisfação de suas necessidades corporais, fisiológicas. A demanda introduziu o Outro como tal, como pura presença capaz de remediar seu desamparo radical. No nível da demanda, o sujeito não se move na direção do objeto, mas do Outro capaz de trazê-lo. O sujeito se dirige ao Outro, demanda sua presença, seu amor. Escreve Lacan:

A demanda em si refere-se a algo distinto das satisfações por que clama. Ela é demanda de uma presença ou de uma ausência, o que a relação primordial com a mãe manifesta, por ser prenhe desse Outro a ser situado aquém das necessidades que pode suprir. Ela já o constitui como tendo o "privilégio" de satisfazer as necessidades, isto é, o poder de privá-las da única coisa pela qual elas são satisfeitas. Esse privilégio do Outro, assim, desenha a forma radical do dom daquilo que ele não tem, ou seja, o que chamamos de seu amor.

É através disso que a demanda anula (*aufhebt*) a particularidade de tudo aquilo que ser concedido, transmutando-o em prova de amor, e as próprias satisfações que ela obtém para a necessidade degradam-se (*sich erniedrigt*) em nada menos do que o esmagamento da demanda de amor (LACAN, 1958/1991, p. 697).

O atendimento da demanda configura-se, portanto, como uma prova de amor do Outro. “A partir do momento em que diz, o sujeito nada mais é que mendicante, ele passa ao registro da demanda, e isso é outra coisa” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 451). Mendicância de amor que não cessa, somos todos pedintes. Toda demanda é demanda de amor. A voracidade sem fim por provas de amor transcendem os objetos demandados e não se saciam com a oferta destes. As demandas se infinitizam metonimicamente, pois o que se visa de fato é o acalanto, é o amor do Outro. “A demanda feita ao Outro é incondicional, é absoluta, compromete o ser do sujeito, mas, ao mesmo tempo, sujeita-o por completo ao Outro” (GUYOMARD, 1996, p. 17).

Debaixo de sua asa, acredita-se estar a salvo do desamparo. Ser amado, portanto, é uma questão de vida ou morte.

Esse Outro a quem se deve a vida é escrito por Lacan com maiúscula, ressalta Alberti (2010), pois não se trata de um outro qualquer. Ele tem uma especificidade em relação aos tantos outros com os quais o sujeito terá relação. Além da preexistência, é a única instância à qual o bebê pode tentar apelar no seu desamparo fundamental. A mãe, primeiro Outro que satisfaz a fome e as necessidades do bebê, torna-se também sua primeira proteção contra todos os perigos indeterminados que o ameaçam. Outro que alimenta, que protege, que apazigua. A mãe, nos diz Freud, caracteriza-se como a “primeira proteção frente à angústia” (FREUD, 1927/1991, p. 24).

Como vimos, o bebê açoitado pelo incremento da magnitude de estímulos põe-se a esperar e gritar desesperadamente. A zelosa mãe despende então cuidados ao desvalido rebento, oferece-lhe o seio por exemplo, põe (momentaneamente) um termo a essa incômoda situação. Freud afirma que com a experiência de um objeto exterior dar cabo da situação perigosa, situação esta que remonta ao nascer, à angústia, o conteúdo do perigo se desloca da situação econômica insuportável para a possibilidade de perda desse primoroso objeto.

Quando a criança anseia a percepção da mãe, é somente porque já sabe, por experiência, que ela satisfaz suas necessidades sem dilação. Então, a situação que valora como perigo e da qual quer resguardar-se é a da insatisfação, o aumento da tensão de necessidade, frente ao qual é impotente (Ibid., 1926/1991, p. 128).

É a ausência da mãe agora que configura o perigo. O lactante sinaliza com angústia essa não presença antes mesmo que a perturbação econômica de fato se instale. Freud coloca que são poucos casos de exteriorização da angústia infantil que se mostram compreensíveis, ele arrola três em especial. A angústia se desencadeia quando a criança está sozinha, quando se encontra na escuridão e quando uma pessoa estranha toma o lugar da pessoa que lhe é familiar. Nestes três cenários pode-se destacar um denominador comum: a falta da pessoa amada.

Inicialmente, a imagem mnêmica da pessoa amada é intensamente investida de maneira alucinatória. Contudo, isso não produz resultado algum, o Outro não está ali de fato, a tensão não arrefece. A constatação da falta desse Outro amparador, portanto, faz despontar a angústia. “A importância assumida pelo adulto, por serem seus cuidados indispensáveis para

que a criança não sofra e não morra, é o solo sobre o qual se instaura a vivência de desamparo e de angústia a cada vez que a mãe se afasta” (RUDGE, 2009, p. 58).

A situação traumática de sentir falta da mãe, difere em um aspecto importante da situação traumática do nascimento, segundo Freud. No nascimento, ainda não havia a delimitação de um objeto, dessa forma não se podia sentir falta nem temor, tratava-se de puro transtorno tensional. A angústia era a única reação que então poderia produzir-se. Contudo, repetidas situações de satisfação, de alívio tensional, “criaram um objeto da mãe” (FREUD, 1926/1991, p. 158). Esse objeto então criado³ é alvo de um intenso investimento quando há o despertar da necessidade. Deste modo, o primeiro determinante da angústia, que o próprio eu introduz, é a perda de percepção que se equipara à perda do objeto.

O *infans* inicialmente não pode distinguir entre a ausência temporária e a perda permanente do objeto amado. Logo que perde a mãe de vista, ela comporta-se como se nunca mais fosse vê-la novamente, desespera-se copiosamente. São necessárias repetidas experiências consoladoras para que a criança aprenda que o desaparecimento da mãe é geralmente seguido pelo seu reaparecimento. A mãe encoraja esse discernimento (*Erkenntnis*), de vital importância para a criança segundo Freud, fazendo a tão conhecida brincadeira de esconder o rosto com as mãos e depois desvelá-lo (*Cadê mamãe? Achou!*) repetidas vezes. Uma sonora gargalhada irrompe do então angustiado rosto do *infans*.

Contudo, quando a criança é confrontada com um rosto estranho, não há júbilo. Ela se aterroriza porque espera encontrar o Outro amado. “São seu desengano e ânsia que se transpõem em angústia” (FREUD, 1917 [1916-1917], p. 370). No lugar do familiar, o estranho. Irrompe então a angústia.

3- Freud retoma essa questão em *Mal-estar na cultura*. Ele coloca que o sentimento do eu do adulto não é dado. O lactante não separa seu eu de um mundo exterior como fonte de sensações que lhe afluem inicialmente. Aprende a fazê-lo pouco a pouco, sobre a base de incitações diversas. “Tem que causar-lhe a mais intensa impressão o fato de que muitas fontes de excitação em que mais tarde discernirá seus órgãos corporais podem enviar-lhe sensações a todo momento, enquanto outras – e entre elas a mais desejada/ansiada: o seio materno – se lhe subtraem e somente reaparecem como resultado de seus berros de socorro. Deste modo se contrapõe pela primeira vez ao eu um 'objeto' como algo que se encontra 'fora' e somente mediante uma ação particular é forçado a aparecer” (FREUD, 1930/1991, p. 67-68). Essa ação particular é a ação específica (*spezifische Aktion*) que Freud, como vimos, já conceituara no *Projeto* de 1895. Faz-se necessário um agir do lactante para que o objeto se faça presente, para que a situação de fato se altere. “Quem não chora não mama”, diz a sabedoria popular.

Outra situação elencada por Freud como causadora de angústia é o mergulho solitário da criança no escuro. Ele relata que uma vez ouviu em um aposento ao lado do que estava uma criança angustiada com a escuridão exclamar: “Tia, fale comigo, tenho medo!”. Esta lhe responde: “Por que? De que adianta isso? Você não pode nem me ver”. À contestação da sua tia, retrucou a criança: “Tem mais luz quando alguém fala”. Entretanto, esse alguém não pode ser qualquer um. A criança estava a demandar uma prova da presença da pessoa amada, pois é a voz acalantadora do Outro cuidador que tem o poder de arrebatá-la das trevas.

Por outro lado, se ao invés da voz familiar ela se defrontasse com uma voz estranha na escuridão, no lugar de um apaziguamento da angústia provavelmente esta se recrudesceria consideravelmente. René Spitz (2004) coloca que já entre o sexto e o oitavo mês, a criança distingue claramente um familiar de um estranho. Se um estranho se aproxima, isso provoca na criança um comportamento inconfundível, característico e típico. Ela apresenta invariavelmente apreensão ou ansiedade e rejeita o estranho. Seu comportamento pode ser de abaixar os olhos “timidamente”, pode cobri-los com as mãos, levantar a roupa para cobrir o rosto, atirar-se de bruços no berço e esconder o rosto nas cobertas, pode chorar ou gritar. O denominador comum, ressalta Spitz, é uma recusa de contato, uma rejeição, com um tom mais ou menos carregado de tensão. O estranho desencadeia a angústia. O Outro familiar, em contrapartida, a arrefece:

A angústia das crianças não é originariamente nada mais que a expressão de seu *anseio* pela pessoa amada; por isso respondem a todo estranho com angústia; tem medo da escuridão porque nela não se vê a pessoa amada, e se deixam acalmar se podem lhe dar a mão (FREUD, 1905/1991, p. 204).

1.2 – O amor do Outro, questão de vida ou morte

De mãos dadas com o Outro, a criança sente-se amparada. O desamparo primordial engendra a necessidade de ser amado. Instaura a demanda de presença desse Outro que detém o remédio para a angústia: o seu amor. A prematuridade e inapetência humanas originais produzem as primeiras situações de perigo e criam “a necessidade de ser amado, de que o homem não se livrará mais” (Ibid., 1926/1991, p. 145). O desamparo, portanto, imprime marcas indeléveis no psiquismo. Não se trata de algo a ser superado, mas sim de algo com o que o

sujeito terá que se haver durante toda sua existência, cada um à sua maneira. O desamparo primordial parecia-se estruturalmente com uma dependência constitucional. Auferir o amor do Outro é uma questão de vida ou morte, pois tudo depende dele.

Essa total dependência evidencia-se no primoroso trabalho de Sandor Ferenczi “A criança mal-acolhida e sua pulsão de morte”. Nesse trabalho, o autor, calcado em observações clínicas, evidencia que a forma como o infante é acolhido pelo Outro é determinante para deter o implacável empuxo da pulsão de morte. A criança estaria muito mais próxima do não-ser do que do ser, ao qual ela acaba de advir. Manter-se sendo, exige trabalho. Somente com o amor e o desejo do Outro o anseio de viver pode florescer e contrabalançar a descendente em direção ao inanimado.

A criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados, a perdoar aos pais por terem-na posto no mundo sem lhe perguntar qual era a sua intenção pois, em caso contrário, as pulsões de destruição logo entram em ação (FERENCZI, 1929/2011, p. 58).

Quando a criança não é bem-vinda, quando não é acolhida, a sua vontade de viver é contraída, mingua. A rejeição ou desídia do Outro faz com que o *infans* deixe-se cair, deixe-se morrer digamos assim. Quando não perece de fato, várias doenças parecem se instalar muito mais facilmente no indesejado sujeito. Ferenczi arrola uma série de disfunções para as quais a explicação orgânica não dá conta: distúrbios circulatórios e respiratórios, inapetência e emagrecimento, disposição para resfriados, pronunciada queda de temperatura, frigidez, distúrbios da potência, entre muitos outros. Ele levanta a hipótese: “crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos numerosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam a esse destino, conservarão um certo pessimismo e aversão à vida” (FERENCZI, 1929/2011, p. 58).

Aqueles que registraram sinais de aversão ou impaciência da mãe acabaram por ter sua vontade de viver quebrantada. Os menores acontecimentos no decorrer de suas vidas eram suficientes para suscitar neles a vontade de morrer. Pessimismo, ceticismo e desconfiança tornaram-se traços de caráter proeminentes desses sujeitos. Vale destacar que a proximidade da criança do não-ser, muito maior do que a do adulto, favorece que ela deslize e retorne para ele muito facilmente. A “força vital” que resiste às dificuldades da vida não é, segundo Ferenczi, muito forte no nascimento. Ela só se reforça através de uma “imunização progressiva” (Ibid., p.59). A munição contra Tântatos advém de *Eros*, da erotização, do amor do Outro.

Vale ressaltar que o mero atendimento das necessidades fisiológicas e higiênicas da criança não é o bastante para que essa imunização se instale. Isso fica patente nos estudos realizados por René Spitz. Lançando mão da observação direta e de métodos de psicologia experimental, Spitz (2004) realizou um estudo comparativo entre o desenvolvimento de crianças de um orfanato e o de crianças do berçário de uma prisão. Foi constatado que no orfanato; no qual muitas vezes as crianças eram alimentadas e cuidadas mecanicamente, sem o afeto dos cuidados maternos; as crianças demonstraram um sensível atraso mental, além de debilidades físicas e afetivas acentuadas apesar de contarem com uma excelente infraestrutura. Na prisão, em contrapartida, onde mantinham contato (ainda que não permanente) com as mães, além de serem o objeto privilegiado da atenção das outras prisioneiras, o desenvolvimento das crianças era não só sadio, como até acelerado.

Spitz observou que, no orfanato, mesmo a criança tendo todas as suas necessidades básicas atendidas, tais como alimentação, higiene, acomodações, cuidados médicos, medicação, algo essencial ainda lhe faltava. Diante da privação dos cuidados e presença maternas, a maioria das crianças em estudo passou a apresentar comportamentos de choro, o que estava em contraste marcante com o comportamento anterior observado que era feliz e sociável. Após algum tempo, o choro transformou-se em retraimento. As crianças permaneciam de bruços no berço, com o rosto escondido, recusando-se a tomar parte na vida dos que estavam ao seu redor. O comportamento de retraimento choroso persistia por dois ou três meses, durante os quais algumas dessas crianças, em vez de engordar como o esperado, perdiam peso.

Todas tinham uma grande suscetibilidade a resfriados intermitentes. Esta síndrome do comportamento durava aproximadamente três meses, piorando progressivamente. O choro arrefecia e era substituído por um tipo de rigidez da expressão facial. As crianças passavam então a ficar deitadas ou sentadas com os olhos abertos e inexpressivos. O rosto ficava frio e imóvel, o olhar era distante, como se estivessem em estado de estupor, aparentemente sem ver o que acontecia ao redor delas. Mergulhavam em um marasmo desolador.

Nos casos em que a privação afetiva perdurou, esses comportamentos recrudesceram e outros se instalaram. Isso fez com que Spitz diferenciasse o conjunto de sinais e sintomas, nomeado depressão anaclítica, até então observado desse outro quadro clínico que se apresentava. Batizou-o de hospitalismo. Nesse quadro, o declínio motor e afetivo é patente. As crianças tornaram-se totalmente passivas, permaneciam inertes em suas camas. Elas sequer atingiram o estágio de controle motor necessário para virarem de bruços. A expressão facial

mostrava-se vaga, a coordenação dos olhos defeituosa e a expressão freqüentemente imbecil. Quando a motilidade reaparecia, depois de algum tempo, tomava a forma de *spasmus nutans* (convulsões persistentes) em algumas das crianças, outras apresentavam estranhos movimentos de dedos, que lembravam os movimentos descerebrados ou atetósicos (movimentos involuntários anormais). Eram incapazes de sentar, ficar de pé, andar, ou falar. Havia uma predisposição crescente à infecções e observa-se uma taxa extremamente alta de mortalidade.

Do marasmo ao óbito. Observou-se uma auto-deterioração progressiva até à morte. Mas afinal, a que se deve isso? Spitz avança a hipótese de que a relação da criança com o objeto de amor proporciona um escape para sua pulsão agressiva. No estágio da ambivalência infantil, na segunda metade do primeiro ano, a criança não faz diferença entre a descarga das pulsões agressiva e libidinosas, é o Outro materno que é alvejado por essas pulsões. Na ausência do objeto, ambas as pulsões ficam desprovidas de alvo. Ao se acompanhar o destino da pulsão agressiva, a criança geralmente a dirige contra si mesma, o único objeto que ali permaneceu. Clinicamente, essas crianças tornam-se incapazes de assimilar o alimento, passaram a ter insônia e se agrediam batendo a cabeça nas grades da cama. Algumas se auto-golpeavam com os punhos e arrancavam os cabelos com as mãos.

Com a privação total do objeto, chega-se ao hospitalismo. A deterioração progride inexoravelmente até à morte. À medida que as crianças eram privadas de seu objeto libidinal, tornavam-se cada vez mais incapazes de dirigir para fora não só a libido, mas também a agressão. Na criança vítima dessa ausência, a fusão das pulsões de vida e de morte ficava comprometida. Na depressão anaclítica, quando o processo patológico causado pela privação é interrompido pelo retomo do objeto de amor, uma retomada da fusão das pulsões se instala. Nessas circunstâncias, o efeito dessa retomada parcial da fusão das pulsões pode ser observado no retorno rápido das crianças à atividade. Quando a mãe retorna, após uma separação de três a cinco meses, as crianças parecem transformar-se completamente. Tornam-se alegres e animadas, ficam felizes com a mãe e com os adultos em geral, participam de jogos ativos e brincam com outras crianças. Voltam a sorrir.

Poderíamos aqui então lançar mão do célebre aforisma lacaniano: “Só o amor permite ao gozo condescender ao desejo” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 197), proferido em seu *Seminário* sobre a angústia, para lançar luz sobre essa questão. Somente o amor do Outro pode mitigar o gozo mortífero da pulsão de morte fazendo-o deslizar metonimicamente na via do desejo. O gozo desenfreado é *Eros-tizado*, *en-laçado*. Coutinho Jorge (2012), nesse sentido,

aponta que a fantasia amorosa do Outro parental e o desejo que ela sustenta, ao erogenezar o corpo do bebê e nele investir maciçamente sua libido, produz um aplacamento da pulsão de morte e traz uma grande porção desta para o âmbito do princípio de prazer.

Contudo, quando o Outro não se torna presente, não responde, não acolhe a espiral mórbida segue sua trajetória descendente. A defusão pulsional não cessa de produzir seus efeitos. Spitz relata que em crianças sujeitas à privação prolongada de afetos, qualquer atividade auto-erótica cessa, inclusive a sucção do polegar. Tem-se a impressão de que, nessas crianças em marasmo, a única tarefa que a pulsão libidinal ainda imprime é a de assegurar a sobrevivência, manter a chama bruxuleante de vida o máximo possível. O raquitismo de *Eros* recrudescer e a vida mingua.

Essas crianças parecem ter sido privadas de algum elemento vital à sobrevivência. Spitz salienta que quando privamos crianças de suas relações com a mãe, sem proporcionar-lhes um substituto adequado que possam aceitar, nós as privamos de provisões libidinais. O autor faz uma analogia com o que ocorre na avitaminose. “A criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão” (LACAN, 1956-1957/1994, p. 189), nos diz Lacan. O pão, o leite ou qualquer outro alimento não saciarão a fome por amor do desamparado e famélico sujeito.

Recalcati (2018) cita o atroz experimento realizado por Federico II, o grande reformador quando em sua busca da língua original, do idioma que precede a todos os demais idiomas, confiou alguns recém-nascidos a amas de cria com o desígnio de não lhes dirigir palavra alguma. Desta maneira, o monarca intelectual poderia verificar qual língua seria falado primeiro pelos rebentos. Resultado: todas as crianças privadas do alimento da palavra se deixaram morrer. Os seres humanos não são plantas. Para que floresçam, é preciso algo além de calor, luz e alimento. O “desejo da criança nunca está ligado à pura e simples satisfação natural” (Lacan, 1956-57/1995, p.186). O mecânico atendimento das necessidades não é suficiente para que a vida se instale, faz-se imprescindível algo a mais.

Os cuidados maternos devem trazer a marca de um “interesse particularizado” (LACAN, 1969/2003, p. 369), diz Lacan. Para além da fisiologia, a relação deve se fiar em um “desejo que não seja anônimo” (idem). É em função do desejo do Outro que o *infans* irá se assujeitar, que tornar-se-á sujeito. Sujeito, sujeito inexoravelmente ao desejo do Outro, pois este se configura como uma defesa contra o gozo que assedia desde o início. Contra o empuxo-à-morte erige-se o amor do Outro. O desamparo primordial, como vimos, engendra uma

dependência primordial. Mas essa dependência deixa o recém-chegado completamente à mercê do desejo do Outro, aos seus caprichos.

Pois bem, digo que a criança se esboça como sujeito. Trata-se de um sujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado (LACAN, 1957-1958/1999, p. 195).

Aquele que se ocupa do desvalido rebento, a mãe ou seu substituto, não só atende suas necessidades vitais como também verte seu desejo e gozo sobre ele. A condição de total passividade da criança diante dos cuidados maternos a torna presa fácil ao que bem (ou mal) entender o Outro. Nos *Três Ensaios*, Freud, para o escândalo da sua época, afirma que a relação da criança com a pessoa que cuida é para ela uma fonte contínua de excitação e satisfação a partir das zonas erógenas. Isso se potencializa pelo fato de que essa pessoa dirige à criança sentimentos que brotam da sua vida sexual: o acaricia, o beija, o embala. A mãe “claramente o toma como substituto de um objeto sexual de pleno direito” (FREUD, 1905/1992, p. 203). O filho-objeto fica à mercê da vontade materna.

O princípio moderno anti-sadiano de que ninguém teria o direito de dispor do corpo do outro relativiza-se na maternagem. A criança fica exposta a excessos e transgressões alheias. Ela pode situar-se na posição de fetiche (objeto de desejo, amor) e, às vezes, na de vítima (objeto do ódio e gozo) desse Outro. Segundo Soler, a alienação inerente ao amor é elevada pela relação mãe-filho a uma potência superior, na medida em que o recém-nascido inicialmente não é um sujeito, mas um objeto. Objeto real nas mãos da mãe, que, muito além do que é exigido pelos cuidados, pode servir-se dele como de uma propriedade, como uma “boneca erótica com que gozar e a que fazer gozar” (SOLER, 2009, p. 93).

A mãe possui sobre seu filho um poder maior do que o pior dos tiranos. A propriedade do amo sobre o escravo, o patrão sobre o servo, o domínio do capanga nazista sobre seu prisioneiro não são nada quando comparados com a efetiva posse da mãe sobre o neonato inerme. No caso da relação entre adultos, sempre é possível resguardar um mínimo de liberdade interior. Contudo, para o recém-nascido, não há senão a possibilidade da morte, física ou psíquica (FINZI, 1984 apud RECALCATI 2018, p. 152). É como fantoche de gozo do Outro que o sujeito se vê “amarrado ao *serviço sexual da mãe*” (LACAN, 1964/1966, p.852). O desequilíbrio da relação mãe-filho confere à mãe um poder sem limites. Essa constatação leva Lacan a questionar a suposta onipotência infantil: “a estrutura da onipotência não está,

contrariamente ao que se acredita, no sujeito, mas na mãe, isto é, no Outro primitivo. É o Outro quem é todo-poderoso” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 171).

Radical assimetria: uma vida indefesa se sustenta unicamente através do cuidado despendido por um Outro. A incondicionalidade da demanda entrega o sujeito, de pés e mãos atados, ao desejo do Outro (na expectativa que ele está de seu amor), numa condição absoluta (GUYOMARD, 1996). O Outro detém poder de vida e de morte sobre o rebento. Em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil, o infanticídio é uma prática instituída e plenamente aceita; principalmente em tribos isoladas como os *suruwahas*, *ianomâmis* e *kamaiurás*. Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a eliminar o bebê recém-nascido. Crianças com deficiência física, gêmeos, filhos de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados e têm como destino serem envenenados, enterrados ou simplesmente abandonados na selva. Vale lembrar que Édipo também fora abandonado à própria sorte devido a uma maldição revelada pelo oráculo de Delfos. *Oidipous* deriva de *oideo* (“inchar”) e *pous* (pés), “pés inchados”, referência à sequela oriunda da perfuração de seus tornozelos perpetrada antes que fosse abandonado em um monte ermo.

No humano não mais podemos conceber um instinto materno. Uma vez mordido pelo significante, as determinações naturais cedem espaço às determinações significantes, aos imperativos da pulsão. Sem a coerção instintual, a garantia de sobrevivência da criança não está dada, algo de outra ordem deve aí atuar. A mãe decide “arbitrariamente” se responde aos chamados da criança. Todos nós defrontamo-nos com uma mãe cuja expressão de sua onipotência não depende de Lei alguma. Zona obscura, inacessível, impenetrável, caprichosa. A potência da mãe não tem limites porque se exerce sobre um ser que esperneia diante da impossibilidade de ser independente: nascemos sempre como objetos nas mãos do Outro (RECALCATI, 2018, p. 155). A “mãe que diz, mãe a quem se demanda, mãe que ordena e que institui ao mesmo tempo a dependência do homenzinho” (LACAN, 1969-1970/2001, p. 73).

Soler (2012) questiona: quem é mais superegóico do que uma mãe? É ela quem incita seus filhos, meninos e meninas, diferentemente, a entrar no disco do discurso, ou seja, entrar no curso fálico, nas formas que ele toma a cada época. A autora toma a mãe como a primeira agente do que denomina “polícia do corpo”. Trata-se de uma instituição que se refere ao corpo, que diz onde metê-lo, o que fazer com ele, determina onde ele deve ou não deve estar. A polícia do corpo, em sua concepção, começa bem cedo, praticamente no berço. Isso se dá quer seja no

nível da limpeza, no nível da alimentação (como se come, o que se come, quando etc.), no nível da postura, no nível de se dirigir a outro corpo, de tocá-lo, de se colocá-lo à distância, enfim.

Vociferações, comandos, ordens, imperativos que se impõem ao pequeno sujeito à sua total revelia. “Efetivamente”, escreve Soler, “desde que há a voz do Outro primordial que profere, a matriz do supereu é possível” (SOLER, 2012, p 125). Essa matriz superegóica será o foco do próximo capítulo calcando-nos essencialmente na voz, substância episódica do objeto *a* segundo Lacan.

2 – A VOZ

2.1 – O que entra pelo ouvido

Em 1939, Otto Isakower articulou a questão da esfera auditiva e a gênese do supereu de uma forma absolutamente original. Lacan cita seu trabalho em diversos momentos de seus Seminários servindo de ponto de alavanca para suas teorizações acerca da constituição dessa instância. Em seu trabalho “*On the Exceptional Position of the Auditory Sphere*”, Isakower inicialmente toma os estudos de Breuer sobre o papel dos otólitos – grãos de areia a grosso modo - no sistema vestibular de animais inferiores marinhos como uma metáfora zoológica para a gênese do supereu.

Certos crustáceos precisam introduzir um corpo estranho em seus organismos para que possam se orientar e equilibrar em seus ambientes. No início da existência desses animaizinhos, a sua inacabada câmara vestibular possui a peculiar propriedade de se encontrar aberta ao meio marinho. Essa estrutura inacabada aguarda a inserção do otólito para se refechar e passar então a operar:

Uma vez introduzidas de fora essas partículas de areia, pois o camarão não as produz sozinho, de modo algum, o utrículo começa a fechar, e eis que o animal passa a ter em seu interior os pequenos guizos necessários a seu equilíbrio, e os quais ele precisou trazer de fora (LACAN, 1962-63/2005, p. 301).

Em um experimento conduzido por Kreidl (fisiólogo citado por Isakower) em dáfrias, o grão de areia que seria inserido em suas câmaras foi substituído por limalhas de ferro. Ao incorporar essas partículas de ferro, o animal fica totalmente sujeitado ao eletroímã do experimentador. De posse deste, Kreidl tinha a dáfria a seu inteiro dispor, poderia fazê-la se mover ao sabor do seu querer. Nesse baile eletro-magnético, o consentimento à dança não é necessário. Munido de um imã, diz Lacan, se pode conduzir o pequenino crustáceo “ao fim do mundo... ou fazê-lo nadar com as patas para o ar. Eis a função do TU do supereu no homem” (LACAN, 1955-1956/1997, p. 312). O tu superegóico, portanto, vetoriza e comanda o sujeito à sua total revelia, tal como o experimentador rege a inerme dáfria.

O supereu, enfatiza Lacan, “nada mais é do que a função do tu” (idem). Mas que função seria essa? No texto *Funções da psicanálise em criminologia*, Lacan, calcando-se em sua experiência dos efeitos do supereu e na observação direta das crianças, afirma que o surgimento do supereu se dá em um “estádio tão precoce que ele parece contemporâneo, senão até mesmo anterior ao surgimento do eu” (LACAN, 1950/1998, p. 138). Paradoxal asserção lacaniana: um supereu anterior ao eu. Como isso é possível?

Antes de poder se questionar *Quem sou eu?*, o sujeito por vir recebe um *Tu és* advindo do Outro. Nenhum sujeito pode ser a causa de si mesmo, é o Outro o lugar de sua causa significante (LACAN, 1960/1998, p. 855). Muitas vezes, até mesmo antes de sua concepção, o sujeito já é febrilmente ansiado e exaustivamente falado. Já tem seu quarto, berço, brinquedos, figurino, personalidade e até mesmo o seu roteiro de vida cuidadosamente formulados. Assim que é extirpado de seu aconchegante envoltório placentário, o *infans*, agora apenso ao colo do Outro, é alvejado por uma fala que o marcará profundamente.

Trata-se de um modo de aparição da fala que, segundo Lacan, pode ser concebida de diferentes maneiras: a missão, o mandato, a delegação. “É o fundamento ou a palavra fundadora - Tu és isto, minha mulher, meu mestre, mil outras coisas. Esse tu és isto, quando eu o recebo, me toma na palavra outro que não eu” (LACAN, 1955-1956/1997, p.314). Esse *Tu és* etiqueta, aliena e mortifica o sujeito. *Tu és* “feio”, “forte”, “garanhão”, “burro” etc (QUINET, 2012). *Tu és* equivoca com *tuer*, matar em francês. O sujeito se coagula em significante (LACAN, 1964/1990, p. 187), há uma petrificação. Petrificação ante sua representação por outro significante, o que demarca seu caráter letal (ALBERTI, 2009).

Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo. O que ali *havia* de pronto para falar - nos dois sentidos que o imperfeito do francês dá ao *il y avait* [havia], o de colocá-lo no instante anterior: lá estava e não está mais; porém também no instante posterior: por pouco mais lá estava por ter podido lá estar -, o que lá *havia* desaparece, por não ser mais que um significante (LACAN, 1960/1998, p. 854).

É sob um significante (S1) oriundo do Outro que o sujeito sucumbe e far-se-á representado para outro significante (S2). O S1, o significante mestre, é o pivô do discurso inaugural, discurso fundador da cultura: o discurso do mestre. “Isso sobre o que repousa o

discurso do mestre é o que chamei S1, S índice 1. Dito de outro modo: o mandamento, o imperativo. O discurso do mestre está aí” (LACAN, 1973-1974, 12 de fevereiro de 1974). O ser do sujeito apensa-se a esse S1, a esse significante-mestre. A assonância, em francês, de *mâitre* (mestre) e *m'être* (me ser), a que Lacan (1972/2003) faz alusão em *O Aturdido*, desvela um eco estrutural: Um “Tu és...” que reverbera em um “Eu sou...”. No Seminário *A lógica da fantasia*, Lacan assevera que a mensagem “tu és minha mulher”, por exemplo, não necessita sequer ser reduplicada por um outro anúncio, o que torna quase puramente formal que lhe perguntem se está de acordo. Estampado com o *selo* do Outro, o sujeito deverá “sê-lo” (MAGNO, 1981).

Didier-Weill (1997) fala de um contrato pré-histórico, um contrato que se impõe sem pedir opinião. Não há negociação dos termos, não há equidade, apenas inexorável imposição. O autor coloca que diante da injunção medúscica superegóica, o sujeito só a atesta porque lhe é impossível contestá-la. Sua obediência aos ditames do supereu arcaico não é uma aquiescência consentida, pois é efeito de uma impossibilidade de dizer “não”. Escolha forçada em termos lacanianos (LACAN, 1964/1990). Diante da mira de um revólver: “A bolsa ou a vida?”, o que escolher? Pode um cadáver desfilar com sua estilosa bolsa? Perante a tenebrosa guilhotina: “A liberdade ou a morte?” a única forma de se esquivar do Outro superegóico gozar do sujeito é, literalmente, escolher “morrer”, sucumbindo ao inexorável destino do “Tu és” ou “*tuer*”.

Nesse sentido, questionamos: pode o inerme recém-ex-feto se contrapor ao opulento *Nebenmensch*? Pode virar as costas a esse enigmático e Todo-Poderoso Outro? O neonato, desorientado e desesperado, mal consegue abrir seus olhos inicialmente. Posto de bruços, ali ficará a espernear freneticamente impotente. Sem auxílio, sem o Outro, sem desejo, como vimos no capítulo anterior, encontrará a morte. Está totalmente sob o jugo dessa autoridade que, segundo Freud, detém o direito de reprimenda e de satisfação desinibida de seus caprichos. A criança mergulhada em seu desamparo [*Hilflosigkeit*], está a mercê dessa “vontade arbitrária” (FREUD, 1896/1991, p. 213). Impossível, portanto, não se alienar aos ditames deste de quem se depende fundamentalmente. Soler é radical: “A alienação é o destino” (SOLER, 1997, p. 62). Tudo depende do Outro. É tudo ou nada.

O sujeito não é uma substância: o sujeito é um efeito do significante. O sujeito é representado por um significante, e antes do surgimento do significante (S1) não existe sujeito. Mas o fato de não existir sujeito não quer dizer que não exista nada, porque pode existir um ser vivo, mas

este ser vivo se torna um sujeito somente quando um significante o representa. Logo, antes do surgimento do significante, o sujeito é nada (SOLER, 1997, p. 56).

A própria etimologia de sujeito é assaz clarificante. Sujeito deriva do latim *subjectum*: posto debaixo; é *sub*-ordinado ao significante. “O simbólico dá uma forma na qual se insere o sujeito no nível de seu ser. É a partir do significante que o sujeito se reconhece com sendo isto ou aquilo” (LACAN, 1955-56/2008, p. 270). O sujeito assim se assujeita estruturalmente. É graças a esse “tu és”, a esse “corpo estranho” inoculado em sua estúpida e inefável existência que o sujeito poderá se nomear, se situar, se reconhecer. “Só existe sujeito de um dizer” (Ibid., 1968-1969/2008, p.64), dizer este que é primordialmente proferido pelo Outro. O Outro é o “lugar em que se situa a cadeia significante que *comanda tudo* que vai poder presentificar-se do sujeito” (Ibid., 1964/1990, p. 193-194, grifo nosso). Esses significantes do Outro têm uma força de determinação e se impõem como obrigação que o sujeito deve acatar para que possa se definir.

É somente por meio desses que poderá alcançar alguma consistência, que poderá fincar suas estacas simbólicas em meio às areias movediças do real. Antes de tomar a palavra, é tomado pela palavra. Antes de falar, é falado. “Como é que todos nós não sentimos que as falas das quais dependemos são, de algum modo, impostas?” (LACAN, 1975-1976/1991, p. 92). Antes do sujeito poder dizer, é dito, mero ditado. Dito, vale dizer, que pode ser tanto “bem-dito”, quanto “mal-dito”. Impossível lhe ser indiferente. Fica patente então “as relações recíprocas, do tu, corpo estranho com o significante que alfineta, basteia o sujeito” (LACAN, 1955-1956/1997, p.315). Tal como a dáfnia com seu otólito, o sujeito munido do significante poderá se orientar e se equilibrar em seu meio de alguma maneira. Algo estrangeiro, totalmente alheio, agora se situa em seu mais recôndito íntimo, vibra e o direciona.

Do mesmo modo que esse animalzinho indefeso precisa da areia para sobreviver, o ser humano, em sua dependência do Outro, é obrigado a receber os grãos significantes e os da voz como suportes da armação significante. Para Lacan, não é possível instituir o *Je* sem o tu do supereu (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p. 227).

Os ditames do Outro conformarão o norte magnético do desbussolado sujeito. É devido ao desamparo primordial que a “camâra vestibular” do bebê humano, animalzinho indefeso, está escancarada à espera dos significantes-mestres advindos do Outro. Esses guizos orientadores não “vêm de fábrica”, é preciso que sejam inseridos, incorporados. Matéria-prima da tessitura do psiquismo, das balizas identificatórias. Contudo, esses grãos orientadores não advêm assépticos. Pelo contrário, sobrevêm imantados de gozo, urdindo marcas indelévels na subjetividade. Disposição e receptividade estruturais que entronizam o comando superegóico, que lhe conferem poderes quase ilimitados, hipnóticos.

“O dito primeiro decreta, legifera, sentencia, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade” (LACAN, 1960/1998, p.822). Decretar, legiferar, sentenciar são verbos que caracterizam o cerne da ação superegóica. A cabal dissimetria *infans/Nebenmensch* confere uma esmagadora altitude à obscura autoridade do Outro, nada resta ao sujeito senão se curvar, se assujeitar. “O Outro como sítio prévio do puro sujeito do significante, ocupa a posição mestra, de dominação, antes mesmo de ter acesso à existência, para dizê-lo com Hegel e contra ele, como absoluto Senhor/Mestre” (Ibid, p.821).

É a partir dessa posição mestra que o supereu impõe o seu vocativo de comando que compele à obediência. Obedecer, vale destacar, deriva etimologicamente do latim *ab-audire*, que é composto por *ab*: adiante e *audire*: escutar. Lacan ressalta essa afinidade estrutural: “Escutar as palavras, acomodar o seu ouvir a elas, é já ser mais ou menos obediente a elas. Obedecer não é outra coisa, é ir ao encontro, numa audição” (LACAN, 1955-1956/1997, p. 159). Nesse sentido, Lacan se compraz em jogar com a homofonia entre *Jouis* e *J'ouis* para colocar em evidência que diante do imperativo *Jouis!* (Goza!), o sujeito é compelido a responder *J'ouis!* (Ouço!), indicando o caráter vocal do imperativo superegóico e a compulsão à servidão concomitante. “Ninguém obriga ninguém a gozar exceto o supereu. O supereu é o imperativo de gozo: Goza!” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 11). Obrigação, imposição, *co-ação*.

Como se diz nas Escrituras: “Mestre diz: vai! E ele vai”. Como eu me permiti, não sei mais se o escrevi ou se apenas o enunciei: se o mestre diz: “Goza!” [*Jouis*], o outro não pode responder senão esse *Eu ouço* [*J'ouis*] (*j* apóstrofe, quero dizer) com o qual me diverti. Em geral eu não me divirto ao acaso. Isto quer dizer alguma coisa (Ibid., 1966-1967, p. 385).

Lacan faz referência aqui a Mateus 8:9. Nesta passagem bíblica, o centurião diante de Jesus ostenta sua autoridade perante seus soldados e servos: “Digo a um: ‘Vá’, e ele vai; e a outro: ‘Venha’, e ele vem. Digo a meu servo: ‘Faça isto’, e ele faz”. Subserviência total e acrítica, não cabe ao servo tergiversar ou questionar as ordens do seu mestre. O escravo, diz Lacan, é privado de seu corpo, deslizou para fora da mestria subjetiva. O “seu corpo vai e vem ao capricho do mestre” (Ibid., p. 391), obedece a uma vontade Outra.

Talvez um dos personagens bíblicos que mais encarnam essa sujeição radical seja Abraão. A ele, Deus assim vociferou: “Eu sou o Deus Todo-poderoso; ande segundo a minha vontade e seja íntegro” (GÊNESIS, 17:1). Sua conduta era então desse modo pautada. Deus determinou que ele deixasse sua terra e seu meio de vida para que fosse para uma terra estrangeira que somente depois lhe seria revelada. Abraão assim o fez. O nome de sua mulher não deveria mais ser Sarai (minha princesa), mas sim Sara (princesa do povo). Deus impôs também que o casal já ancião, ele com cem anos ela com noventa, deveria engendrar um filho e deste rebento procederiam nações e reis de povos.

Quando Abraão tentou exercer algum direito ao escolher pelo menos o nome de seu filho, que ele gostaria que se chamasse Ismael, Deus prontamente vetou essa iniciativa e impôs que se chamasse Isaque. A já idosa e estéril Sara, ao saber de tais elucubrações divinas, ironicamente riu consigo mesma quando pensou: “Depois de já estar velha e meu senhor já idoso, ainda terei esse prazer?”. O Senhor, injuriado, então inquiriu Abraão:

Por que Sara riu e disse: ‘Poderei realmente dar à luz, agora que sou idosa?’

Existe alguma coisa impossível para o Senhor? Na primavera voltarei a você, e Sara terá um filho.

Sara teve medo, e por isso mentiu: "Eu não ri". Mas ele disse: "Não negue, você riu" (GÊNESIS, 18:13-15).

Nem os pensamentos escapam ao escrutínio do Todo-Poderoso. Risos, deboches e dúvidas quanto à sua potência parecem não ser muito bem tolerados pela divindade. Deus exige fé e subserviência absolutas a Abraão ao intimá-lo a executar seu prodigioso filho em sua honra. Ele determinou: “Tome seu filho, seu único filho, Isaque, a quem você ama, e vá para a região de Moriá. Sacrifique-o ali como holocausto num dos montes que lhe indicarei” (GÊNESIS, 22:2).

Na manhã seguinte, Abraão levantou-se e preparou o seu jumento. Levou consigo dois de seus servos e seu filho Isaque. Depois de cortar lenha para o holocausto, partiu em direção ao lugar que Deus lhe havia indicado. No terceiro dia de viagem, Abraão olhou e viu o lugar ao longe. Determinou que seus servos ficassem com o jumento por ali enquanto ele e o rapaz iriam até o local designado para o abate. “Depois de adorarmos, voltaremos”, falou (Será?).

Abraão pegou a lenha para o holocausto e a colocou nos ombros de seu filho, ele mesmo levou as brasas para o fogo e a faca para o abate. Caminhando os dois juntos, lado a lado, Isaque pergunta a seu pai: "As brasas e a lenha estão aqui, mas onde está o cordeiro para o holocausto?". Respondeu Abraão: "Deus mesmo há de prover o cordeiro para o holocausto, meu filho". E os dois continuaram a caminhar juntos.

Quando chegaram ao lugar que Deus havia indicado, Abraão construiu um altar e sobre ele arrumou a lenha. De pronto, amarrou seu filho Isaque e o posicionou sobre o altar, em cima da lenha. Estendeu a mão e pegou a faca para sacrificar seu filho. Com a lâmina em riste, pronto para desferir o golpe mortal, teve seu ímpeto refreado por um anjo. Só se deteve ao saber que o Senhor já estava satisfeito com a obediência que demonstrara até então. Abraão, diante da exigência desse sacrifício extremo e violento, não ponderou, não questionou, apenas executou mecanicamente o que lhe fora determinado pela potestade divina.

Essa mesma obediência imediata e irrefletida a uma potência superior pode, de certa forma, ser observada na relação hipnotizado-hipnotizador. Freud em seu texto “Tratamento psíquico (tratamento da alma)” de 1890, ressalta que a questão mais importante da hipnose reside justamente na atitude do paciente hipnótico para com o hipnotizador. Relação assimétrica que faz com que o hipnotizado seja extremamente obediente, acrítico e crédulo. Isso o deixa totalmente aberto a qualquer sugestão e comando por parte do hipnotizador. Em um estado de hipnose profunda, essa obediência se apresenta quase que de forma irrestrita. Freud exemplifica: se o hipnotizador diz “Você não pode mover o seu braço”, este cai imóvel. O hipnotizado aplica toda sua força e simplesmente não pode movê-lo. Se o hipnotizador diz: “Seu braço se move sozinho, você não pode detê-lo”, esse braço então se move aleatoriamente e o hipnotizado tenta em vão dominá-lo.

Até mesmo no campo das percepções sensoriais podemos observá-lo. O hipnotizador diz: “Você vê uma serpente, cheira uma rosa e escuta a mais bela música”, o hipnotizado vê, cheira e escuta exatamente o que determina as representações que lhe foram instiladas pelo

hipnotizador. Freud afirma que tal credulidade somente pode ser encontrada na criança em relação a seus amados pais e em muitas relações amorosas com entrega plena. “A conjunção de estima exclusiva e obediência crédula pertence, em geral, aos traços característicos do amor” (FREUD, 1890/1991, p. 127). Nos *Três ensaios*, Freud levanta a hipótese que a credulidade do amor seria uma fonte importante, senão a fonte originária, da autoridade. Quanto maior o amor, maior a credulidade e a submissão a essa opulenta autoridade. Subserviência apaixonada.

Essa questão é retomada por Freud muitos anos depois em *Psicologia das massas e análise do eu* de 1921. Neste trabalho, ele reitera a proximidade do enamoramento e da hipnose. Em ambos a mesma submissão humilhada, obediência e falta de crítica pode ser encontrada. Contudo, há nesse texto a adição de um novo elemento: o terror. Há uma paralisia que provém da relação entre uma pessoa de maior poder e uma impotente, desamparada, que remete, diz Freud, à hipnose que se pode observar por terror nos animais⁴. Diante do sanguinolento e pujante predador que a fita, só resta à frágil presa em potencial paralisar-se aterrorizada. Não há como fugir, muito menos lutar.

Pelos manejos que realiza, o hipnotizador, segundo Freud, desperta no sujeito uma parte de sua herança arcaica, a saber, sua submissão aos seus progenitores. Experimenta uma reanimação peculiar em sua relação com o pai: a representação de uma personalidade muito poderosa e perigosa, para com a qual só é possível adotar uma “atitude passivo-masoquista e resignar a própria vontade, ao passo que estar com ele, ‘olhá-lo nos olhos’, parece ser um empreendimento arriscado” (FREUD, 1921/1991, p. 121). Baixa a cabeça e consente ao que lhe é imposto sem tergiversar. Tal como é cantado por Chico Buarque:

Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão, não

4- Lacan no *Seminário As psicoses* refere-se a um pai unilateral e monstruoso. Pai que se apresenta nas psicoses com uma imagem captadora e desmedida, que se manifesta simplesmente na ordem da potência e não na do pacto. Isso engendra uma relação de rivalidade pautada na agressividade e no temor. Trata-se de uma relação que permanece no plano imaginário, dual e desmedido. “O sujeito adota então essa posição intimidada que observamos no peixe ou no lagarto” (LACAN, 1955-1956, 1997). O que se desvela nessa “etologia” psicanalítica é o caráter “desumanizador” desse Outro gozador. Como barrá-lo?

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão

O poder que emana do Outro é tamanho que não se pode olhá-lo diretamente sem correr riscos extremos. Na epopeia bíblica do Êxodo, Moisés pediu a Deus que Ele se apresentasse em toda a Sua glória. Ele, contudo, respondeu-lhe: “Terei compaixão de quem eu quiser e serei misericordioso para com quem eu entender. Mas não poderás ver a glória do meu rosto, porque ninguém poderia vê-la e continuar a viver” (ÊXODO, 33:20). Cruzar olhares com Deus, portanto, implicaria em uma aniquilação imediata⁵. Deve-se então desviar o olhar ou cobrir a vista para que se evite essa fatalidade. Sébastien Bourdon (1616–1671) pinta magistralmente Moisés prostrado diante da mortífera potência divina:

Figura 1- Moisés ofuscado



Durante quarenta dias e quarenta noites, Moisés esteve ali no alto do Sinai com o Senhor e em todo esse tempo não comeu nem bebeu. Ao regressar da montanha com as placas de pedra que continham os dez mandamentos, Moisés não se deu conta de que o seu rosto resplandecia simplesmente por ter estado na presença de Deus. Por causa desse brilho na sua

5- Na mitologia grega encontramos um correlato desse episódio bíblico. Hera, a ciumenta e vingativa esposa de Zeus, persuadiu Sêmele, mortal por quem o deus estava apaixonado, a exigir que Zeus comprovasse sua divindade. Ele o faria apresentando-se a ela em sua forma original e divina. Mesmo a contragosto, Zeus atendeu a sua demanda. A ingênua jovem não suportou as múltiplas fulminações perpetradas pelos raios que compunham o seu esplendor divino e veio a falecer.

face, Aarão e o povo de Israel receavam aproximar-se dele. Em função disso, ao dirigir-se a eles, Moisés cobria sua face com um véu, pois os meros mortais pecadores não podiam suportar o brilho lancinante daquela glória. Tal como o sol, não se pode olhá-lo diretamente sem correr o risco de sofrer graves lesões.

Retomando a questão da hipnose, Freud (1921/1991) aproxima a potência obsedante encarnada pelo hipnotizador àquela apresentada pelo pai da horda primitiva. Ele cita um trabalho de Ferenczi em que este autor distingue duas classes de hipnose: uma carinhosa e apaziguadora, que atribui ao modelo materno, e uma ameaçadora, que imputou ao pai. No texto em questão, *Transferência e Introjção*, que data de 1909, Ferenczi assevera que dispomos, de modo geral, de dois métodos para hipnotizar um indivíduo, para submetê-lo à sugestão, em outros termos, forçá-lo a uma obediência incondicional e uma confiança cega: a intimidação e a ternura.

O hipnotizador age com o intuito de despertar no hipnotizado os mesmos afetos de amor e de temor, a mesma fé cega em sua infalibilidade que a criança sentia por seus pais. Em termos lacanianos, o hipnotizador busca encarnar um Outro não barrado, Todo-Poderoso da infância a quem se pode, ou melhor, deve se entregar de “corpo e alma”. A hipnose e a sugestão, portanto, despertam a criança que dormita no inconsciente do adulto. Talvez melhor dizer não que ela dormita, mas sim que, inquieta e birrenta, é abafada e contida por um adulto que o faz rosnando baixo acossado com uma lancinante vergonha. A existência em nós dessa criança não se manifesta apenas na hipnose, mas também em nossos sonhos. Pode-se ainda surpreender esse funcionamento infantil do nosso psiquismo em estado vígil nos lapsos, atos falhos e chistes. “No mais profundo do nosso ser continuamos crianças e assim ficaremos toda a nossa vida. *Grattez l’adulte et vous y trouverez l’enfant*” (FERENCZI, 1909/2011, p. 111). Raspem o adulto e por baixo dele encontrarão a criança. Angustiada, frágil e desamparada criança.

É essa desvalida criança que é mirada pelo hipnotizador, por isso a submissão incondicional a uma vontade estranha é alcançada com êxito. Há uma transferência inconsciente de intensos afetos infantis e com isso há a abertura, a curvatura do sujeito às sugestões. O hipnotizador pode então “enfiar-lhe na cabeça” o que lhe convier e comprazer.

A sugestão rebaixa o paciente ao nível de uma criança incapaz de pensar e refletir por si mesma. O sugestionador pesa sobre o paciente uma autoridade parental ou insinua-se com uma doçura acariciadora do tipo maternal. O hipnotizador de físico imponente, que provoca o

estado de hipnose por intimidação e agressão, assemelha-se à imagem que a criança faz do pai onipotente. Pai que segundo Ferenczi a quem todo filho pequeno ambiciona obedecer e imitar, esse pai em que se deseja acreditar. Os personagens de gigantes que reaparecem constantemente nos mitos, contos e lendas, bem como o interesse por essas monstruosidades, têm igualmente raízes infantis: sintoma do eterno complexo paterno. Pai Todo-Poderoso imortalizado no inconsciente.

Já a mão doce e acariciadora, as palavras meigas, monótonas e apaziguadoras remeteriam ao que se passou junto ao berço da criança e suas vivências no colo de sua mãe que a embalava ao som de cantigas ou histórias. “E o que não faria uma criança para agradar à mãe?” (FERENCZI, 1909/2011, p. 110). O autor, contudo, não atribui grande importância a uma distinção rigorosa entre hipnose paterna e materna, pois muitas vezes ocorre que pai e mãe trocam de papéis. Tanto a severidade e opulência, quanto a suavidade e serenidade, advêm do lugar do Outro. Emanam dessa autoridade obscura e caprichosa e por isso incitam um estado hipnótico. A situação produzida pela hipnose evoca a infância do hipnotizando, desperta nele memórias ligadas à época da obediência infantil tão vivas em todo ser humano.

Assim como Jesus, o hipnotizador diz ao paciente histérico: “Levanta-te e anda”, o paciente “milagrosamente” levanta e anda. À mulher que vai parir ele diz: “Darás à luz sem sofrimento”, ela obedece. Ferenczi cita o caso de um alfaiate que veio se consultar com ele devido a crises epileptiformes que o autor reputou a uma natureza histérica. Apresentava um aspecto tímido, submisso e modesto que era um convite à sugestão. E, de fato, ele efetivamente obedecia a todas as suas ordens como uma criança dócil. O paciente tinha sido sonâmbulo por vários anos. Levantava-se de noite, posicionava-se diante de sua máquina de costura e se dedicava a coser um tecido imaginário até que o despertassem.

Essa sede de trabalho datava de sua aprendizagem na loja de um patrão muito severo que o espancava com frequência e cujas exigências excessivas o rapaz queria satisfazer a todo custo, apesar dos maus-tratos (ou justamente por causa deles). O personagem do patrão nada mais era que a “lembrança encobridora” do pai temido, mas respeitado e amado. As crises atuais do paciente começam pela mesma sede de atividade. Ele escuta uma voz interior que lhe ordena: “Levanta-te!”. O alfaiate então se senta, despe a camisa de dormir e faz o gesto de coser, movimento este que evolui para uma crise convulsiva generalizada. Depois dessa crise não tem nenhuma lembrança desses fenômenos motores, só tem notícia destes através dos relatos de sua mulher.

Outrora, era com o grito de “Levanta-te!” que seu pai tinha o hábito de acordá-lo todas as manhãs. O paciente parece continuar a obedecer anacronicamente às ordens que seu pai lhe impunha na sua infância e depois a seu patrão algoz durante o aprendizado do seu ofício. Observa-se assim o efeito retroativo de ordens ou de ameaças recebidas durante a infância e que se manifesta muitos anos mais tarde, o conceito freudiano de “obediência retroativa” é evocado. Ferenczi conclui que essa retroatividade das neuroses tem muitos pontos em comum com a obediência automática pós-hipnótica às ordens dadas. Em ambos os casos, são realizados atos sem que o sujeito possa dar uma explicação satisfatória quanto aos motivos destes. Visto que na neurose ele obedece a uma ordem esquecida há muito tempo e na hipnose a uma “inspiração” atingida de amnésia.

Freud (1940[1938]b), em *Algumas lições elementares de psicanálise*, relata que presenciou um experimento de Bernheim (médico neurologista francês que teve seu livro sobre hipnose traduzido pelo próprio futuro pai da psicanálise) em um hospital em Nancy no ano de 1889, que extirpou todas as dúvidas e reticências que possuía em relação ao caráter genuíno dos fenômenos hipnóticos. Freud afirma que todo aquele que tenha assistido a uma experiência desse tipo receberá uma impressão inesquecível e uma convicção que jamais poderá ser abalada: O médico entra na enfermaria do hospital, coloca seu guarda-chuva a um canto, hipnotiza um dos pacientes e lhe diz: “Vou sair agora. Quando eu entrar de novo, você virá a meu encontro com o guarda-chuva aberto e o segurará sobre minha cabeça.” O médico e seus assistentes deixam então a enfermaria.

Assim que retornam, o paciente, agora desperto, executa o que lhe fora ordenado enquanto hipnotizado. O médico então o interroga: “O que é que você está fazendo? Qual é o significado disso tudo?” O paciente fica claramente embaraçado, atordoado. Balbucia algo como: “Como está chovendo lá fora, doutor, achei que o senhor abriria seu guarda-chuva na sala antes de sair”. Explicação evidentemente inadequada, insuficiente, inventa de pronto e de improviso para oferecer algum tipo de motivo, algum sentido para seu comportamento insensato. Contudo, é patente para todos os espectadores que ele ignora seu motivo real. Todos sabiam qual era seu móbil, pois estavam presentes quando recebeu a sugestão a que obedeceu bovinamente sem que ele próprio nada percebesse deste comando nele *ex-sistente*.

Ferenczi postula que há uma tendência universal, geralmente recalcada, para a obediência cega e a confiança incondicional. Esses seriam os fundamentos da relação dita hipnótica. O sujeito curva-se a irresistíveis poderes estranhos, alheios que não cessam de

exercer seus efeitos apesar de rolagens cronológicas. Lembremos a basilar asserção freudiana que o inconsciente é atemporal. Há, diz Ferenczi, a sobrevivência do amor e ódio infantis pelos pais, estes afetos são transferidos do complexo parental para a pessoa do hipnotizador ou do sugestionador.

O caráter misterioso e compulsivo da formação de grupos, assim como os fenômenos de sugestão concomitantes, segundo Freud (1921/1991), podem ser remontadas à sua origem na horda primordial. O condutor, o líder do grupo segue sendo o temido pai primevo. A massa quer sempre ser governada por um poder irrestrito, tem uma ânsia extrema de autoridade. “Sabemos que na massa de seres humanos existe uma necessidade forte de ter uma autoridade que se possa admirar, diante da qual se inclinar, que governe e, se for o caso, maltrate” (FREUD, 1921/1991, p. 113). Tem sede de obediência, paixão pela submissão, clamam por um mestre, mesmo que este se volte impiedosamente contra eles. Precisam “de uma autoridade que decida por eles, decisões que na maioria das vezes serão acatadas incondicionalmente” (Ibid., p. 196). É a nostalgia do pai, nostalgia inerente a todos desde a infância, que impele à subserviência. O pai primordial é o ideal da massa, que dirige o eu a partir do lugar do ideal do eu.

O líder então encarna essa instância e, de posse desse poder que lhe é conferido, “que pode chegar ao extremo da falta de consideração” (Ibid., p. 113), dirige a massa a seu bel-prazer, tal como o experimentador no estudo de Kreidl rege as dáfnias metalizadas. A hipnose pode reivindicar sua descrição como um grupo de dois, pois podemos encontrar ali a mesma estrutura das massas, diz Freud. Ele assim define a sugestão: um convencimento que não está baseada na percepção e no raciocínio, mas em uma ligação erótica. Não há pensamento, não há crítica, ponderação. Algo se impõe inexoravelmente e não há como se contrapor a *isso*. Compulsão à servidão.

Em *O eu e o isso*, Freud afirma que a entidade mais “alta” em nosso psiquismo, o ideal do eu ou o supereu (conceitos ali utilizados de forma intercambiável), é a agência representante do nosso vínculo parental: “Quando crianças pequenas, essas entidades superiores nos eram notórias e familiares, as admirávamos e temíamos; mais tarde, as acolhemos no interior de nós mesmos” (FREUD, 1923/1991, p. 37). Amor e terror, as duas faces do supereu. É a essa extímica autoridade que se deve acatar todas as injunções sem demora. Freud é enfático: “Não tenham medo de exagerar a mania de autoridade e a inconsistência interna dos seres humanos” (Ibid., 1932/1991, p.195-196).

Haveria uma relação entre elas? Não seria devido justamente a essa inconsistência, à ausência de um significante, de uma verdade absoluta sobre o ser e a existência do sujeito que faz com que ele se agarre tão angustiada e avidamente às botinas da autoridade, mesmo que seja cruelmente pisoteado? Mais uma vez, o desamparo primordial parece ter um crucial papel estrutural. Quem sou eu sem o Outro?

O supereu, segundo Freud, deve sua posição especial no eu a um fator que necessita ser apreciado em dois aspectos. Primeiro: é a identificação inicial, ocorrida quando eu ainda era fraco, débil. Segundo: é o herdeiro do Complexo de Édipo, portanto introduziu no eu os mais grandiosos objetos. Objetos grandiloquentes, verdadeiras deidades a serem veneradas e temidas. Freud não descarta a possibilidade de haverem influências e alterações posteriores. Contudo, “conserva ao largo da vida seu caráter de origem, proveniente do complexo paterno: a faculdade de contrapor-se ao eu e dominá-lo” (Ibid., 1923/1991, p. 49). Há um núcleo duro ditatorial que não cessa de exercer seu poder. “É o monumento recordatório da fraqueza e dependência em que o eu se encontrou no passado e que mantém seu império sobre o eu maduro” (idem). Descasca o verniz da fortaleza egóica, sua polpa frágil e trêmula é exposta. “Assim como a criança estava compelida a obedecer seus progenitores, da mesma maneira o eu se submete ao imperativo categórico de seus supereu” (idem).

Lacan afirma que o imperativo moral não se preocupa com o que se pode ou não se pode. Muito menos com o que se deseja ou não. Uma obrigação que nos impõe a necessidade de uma razão prática, asséptica, “desalmada”. É um *Tu deves* incondicional (LACAN, 1959-1960/1988). Aí a “figura feroz” (ibid., 1953-1954/1986 p. 123) crava seus caninos. A lei se reduz inteiramente a alguma coisa que não se pode nem mesmo exprimir, esse *Tu deves* se impõe como de todos os seus sentidos. “É nesse sentido que o supereu acaba por se identificar àquilo que há somente de mais devastador, de mais fascinante, nas experiências primitivas do sujeito”. Supereu devastador e fascinante; hipnotizador.

Esse supereu *ex-prime-se* como uma voz interior imperativa, inescapável e contundente em sua imediaticidade e presença esmagadora, uma voz impossível de ser silenciada ou negada. Trata-se de uma voz que contorna todo argumento discursivo e oferece solo firme para juízos morais para além da discursividade, para além dos meandros de deduções, justificações e deliberações. Sua autoridade deriva de uma dimensão que excede o *logos* (DOLAR, 2006). É uma voz com a qual não se pode argumentar, pois não se trata de pesar os prós e os contras. A voz está sempre certa, mas ela não tem base em argumentos lógicos. “No

domínio da ética, temos de nos confrontar com a enunciação sem enunciado. Esse é um ponto crucial, a pedra de toque da moralidade: a voz é uma enunciação e somos nós mesmos que temos de suprir o enunciado” (Ibid., p. 161).

O supereu, diz Lacan, é de fato a “voz da consciência”, é antes de mais nada uma voz, bastante vocal, “uma voz grossa” (LACAN, 1960/1998, p. 691), Voz grossa de comando, pura enunciação, sem enunciado, sem sentido: *Tu és...; Tu deves...; Goza! (Jouis!)*. O sujeito é então compelido a responder: *Je ouis*, eu sim; *J’ouis*, eu ouço; *Je jouis*, eu gozo. Obediência e credulidade radicais: “A voz de que se trata é a voz como imperativo, como aquela que reclama obediência ou convicção”. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 300).

2.2 - Voz, objeto *a*

Os fenômenos de obediência automática na psicose são paradigmáticos dessa “hipnose vocal”. Isso que “entra pelo ouvido”, como vimos, *co-move* o sujeito. A metáfora da inoculação dos grãos de areia ou das partículas de ferro pelo orifício auricular das dáfnias ressoa com as formulações freudianas a propósito do supereu. Freud (1923/1991) afirma que o supereu não pode negar sua origem a partir do que foi ouvido, a partir de restos, resíduos das representações verbais, que o invadem.

Em *O eu e o isso*, Freud nos apresenta uma representação gráfica do aparelho psíquico na qual ele assenta transversalmente ao eu algo como “um quepe de escuta”, *Hörkappe*. Na Conferência “Dissecação da personalidade psíquica”, ele reapresenta esse desenho alocando o supereu não somente onde antes estava essa *Hörkappe* no esquema anterior, mas também “mergulhando-o” no inconsciente e no isso. Sonia Alberti destaca que a palavra *gehörchen* (obedecer) contém a mesma raiz de *Hörkappe*, o que denota a relação entre tal centro acústico e a submissão do eu ao senhor supereu. “O supereu é constituído de ditos!” (ALBERTI, 2005, p. 357). Dita-dura superegóica.

Contudo esses ditos “primeiros” ainda não se articulam como significados, estamos aquém do manejo dos pontos de estofo. Antes mesmo de poder formular suas frases, o sujeito já reage a expressões complexas que, no sentido próprio, ele não compreende e nem sabe manejar. Soler (2010) propõe que existe algo como uma sensibilidade estranha em jogo. Freud, já nos primórdios de sua empreitada teórica, se deu conta disso. Em carta enviada a Fliess, datada de 6 de Abril de 1897, ele compartilha sua descoberta:

O aspecto que me escapou na solução da histeria está na descoberta de uma nova fonte a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente. O que tenho em mente são as fantasias histéricas, que, habitualmente, segundo me parece, remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde. A idade em que elas captam informações dessa ordem é realmente surpreendente - dois, seis ou sete meses em diante (FREUD, 1897/1991, p.203).

Algo é ouvido, não compreendido, mas nem por isso deixa de produzir seus efeitos. Ruídos, fragmentos sonoros, vocais captados *con-vocam*, *pro-vocam* o sujeito a se posicionar subjetivamente. Retomando o trabalho de Isakower, Lacan, no Seminário *A relação de objeto*, concebe o movimento, a estrutura do que é dito, como determinante na estruturação superegóica.

Ele [Isakower] vai apreendê-la nos momentos em que o sujeito executa modulações puramente sintáticas, palavras vazias, falando propriamente, já que só se trata de seu movimento. Nesses movimentos de uma certa intensidade, podemos, diz ele, captar ao vivo algo que se refere a um elemento arcaico: a criança integra a palavra do adulto quando ainda não percebe o sentido desta, mas apenas a sua estrutura. Em suma, isso seria uma interiorização. Teríamos aqui, a primeira forma a nos permitir conceber o que é o supereu (LACAN, 1956-57/1995, p.402).

A criança não integra o sentido, o significado; mas capta o sentido, a direção, o movimento do Outro. Sob a batuta do maestro, do Outro, performa o sujeito. O regente está no comando, cabe ao recém-chegado acompanhar seus movimentos. Confinado à partitura escrita muito antes dele, não pode desafinar. O dizer dirigido ao bebê, que o captura no campo da linguagem, contém a dimensão intangível da voz. Assim é conduzido. “No domínio da ética,

temos de nos confrontar com a enunciação sem enunciado. Esse é um ponto crucial, a pedra de toque da moralidade: a voz é uma enunciação e somos nós mesmos que temos de suprir o enunciado” (DOLAR, 2006, p. 161). Sentido sem sentido. Enunciação sem enunciado, a voz se impõe como índice da pura presença do Outro. *O que o Outro quer de mim?* Voltaremos a isso.

Essa voz que invoca, que comanda, vale dizer, não se confunde com o som tal como o senso comum poderia supor. Lacan a toma como uma substância episódica do objeto *a*. O objeto voz não se define pela entonação, pela modulação, não diz respeito à palavra. Ela é vazia de sentido e imagem, é despojada de toda matéria e é inapreensível ao nível fenomênico. A voz de que se trata é a voz como “objeto caído do órgão da fala” (LACAN, 1963/2005, p. 71). Aquilo que se destaca da fonetização como tal. A voz é *a*-fônica, é *isso* que não se pode dizer.

Lacan toma o chofar, instrumento da liturgia judaica, como paradigmático da sua teorização acerca da voz como objeto *a*. Feito de chifre de carneiro no qual se sopram toques que variam de acordo com o evento celebrado, suas notas só se distinguem pela mudança de ritmo, pela escansão do sopro. O chofar, diz Lacan, arranca nossos ouvidos da harmonia habitual e nos permite vislumbrar a voz como potencialmente separável nesse instrumento. Isso ilustra uma característica do objeto *a*, o fato de ser destacável, ou seja, emancipado de qualquer enquadre simbólico-imaginário.

Para Lacan, aqueles que passaram pela experiência de ouvir o chofar atestarão o caráter profundamente comovente e inquietante desses sons. Independentemente do clima de recolhimento, de fé ou de arrependimento em que esses toques ressoam, uma emoção inusitada surge pelas vias misteriosas do afeto propriamente auditivo, as quais não podem deixar de comover, num grau realmente insólito, todos os que ficam ao alcance desses sons, “esse chofar parece realmente ser, diz-nos Reik, a voz de Javé, a voz do próprio Deus” (Ibid., 1962-1963/2005, p. 272). Vociferação de Deus que comove, inquieta.

O chofar não seria o único exemplo de que Lacan poderia ter se servido. Ele cita também a tuba, o trompete e outros instrumentos, pois não é necessário que seja um instrumento de sopro, embora não possa ser um instrumento qualquer. Na tradição abissínia, é o tambor. No campo etnográfico, destaca-se o *bullroarer*, instrumento muito próximo de um pião (embora sejam feitos de maneira muito diferente) o qual, nas cerimônias de algumas tribos australianas, faz surgir um certo tipo de ronco que o nome do instrumento compara a nada menos do que o mugido de um boi.

O que todos esses instrumentos têm em comum é o fato de isolar a voz destacando-a dos enquadres habituais. Isso engendra um afetamento, um estranhamento peculiar. O simples fato de ouvirmos nossa própria voz gravada ou em eco quando falamos ao celular já é capaz de despertar tal sentimento inusitado: “separada de nós, nossa voz nos soa com um som estranho” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 300). O sujeito não reconhece aquela voz distorcida como uma produção sua, não se identifica com ela. Pode-se auferir certo prazer narcísico ao olhar-se no espelho, mas escutar-se em uma gravação é uma experiência de início desagradável. Escutar-se a si mesmo introduz uma fratura que perturba o narcisismo, desponta uma inquietação⁶. O sujeito se estranha.

A voz se apresenta nesse caso como destacada, separada, arrancada da *Gestalt* e harmonias habituais que o sujeito construiu para si mesmo, e *isso* é sinistro. Zizek (apud DOLAR, 2006) aponta que mesmo quando ouvimos uma pessoa falar ao vivo, há sempre um mínimo de ventriloquismo em jogo. É como se a própria voz do falante o esvaziasse e de algum modo falasse “por si mesma” através dele⁷. A voz que aparentemente emana do boneco na verdade provém de um Outro. Tal experiência não é muito distante da nossa psicopatologia da vida cotidiana. Ao produzirmos um ato falho, por exemplo, uma voz Outra nos toma e diz algo

6- Apesar da experiência primordial do júbilo decorrente da assunção da imagem gestáltica corporal no estágio do espelho, Freud nos brinda com um exemplo de sua própria biografia no texto “O estranho” em que sua própria imagem refletida no espelho despertou-lhe aturdimento: Ele viajava sozinho em seu camarote quando um solavanco mais violento fez abrir a porta do banheiro ao lado. Um velho senhor de boné e roupão então apareceu diante dele. Freud supôs que aquele homem, provavelmente, ao sair do banheiro situado entre dois camarotes, havia se equivocado e adentrou no seu camarote por engano. Ao levantar-se com a intenção de corrigi-lo, deu-se conta que se tratava, na verdade, do seu próprio reflexo: “fiquei atônito ao dar-me conta que o intruso era minha própria imagem projetada no espelho sobre a porta de comunicação” (FREUD, 1919/1991, p. 247). Freud coloca que ainda se recorda do profundo desgosto que a “aparição” (idem) causou nele. As roupagens que envolvem os objetos voz e olhar, portanto, sempre deixam uma hiância a entrever. Há um real que não cessa de se insinuar e engendrar estranhas inquietações. A angústia faz estremecer o pretense esférico reino egóico, o que denuncia sua fragilidade.

7- Outra experiência que pode engendrar estranheza é a de ouvir a voz dublada de personagens famosos devolvida ao corpo que de fato a emite. Muitos dubladores relatam terem suas vozes reconhecidas no dia a dia de suas rotinas. Esse reconhecimento geralmente é acompanhado de certa dose de surpresa e perplexidade. Aqueles que os abordam, associam às vozes os afetos que tinham em relação aos personagens que estimavam. Alguns inclusive chegam a pedir abraços e caem em lágrimas. Querem na verdade abraçar a voz e não o seu invólucro de carne, que poderia muito bem ser qualquer outro.

que não tínhamos a menor intenção de proferir. Essa intromissão nos embaraça, ruboriza e muitas vezes é racionalizada como simples e fortuita distração.

Lacan (1955-1956/2008) observa que é a partir de uma palavra um jogo se institui. Esse jogo é comparável ao que se passa no conto de *Alice no país das maravilhas* quando os servidores e outras personagens da corte da rainha se põem a jogar cartas vestindo-se como essas cartas. Tornam-se eles próprios o rei de copas, a rainha de espadas e o valete de ouros. Mesmo se a rainha mudasse a todo instante a regra, isso não mudaria nada no essencial, pois, uma vez introduzido no jogo dos símbolos, se é sempre forçado a se comportar segundo uma regra.

Ele reitera que um psicanalista deve assegurar-se nessa evidência de que o homem, desde antes de seu nascimento e para-além da morte, está preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linhagem antes que nela se bordasse a história; deve habituar-se a ideia de que é em seu próprio ser que é apanhado, só que à maneira de um peão, no jogo do significante, e isso, desde antes que as regras desse jogo lhe sejam transmitidas. (LACAN, 1956/1998, p. 471). No tabuleiro do Outro, o sujeito-peão, inicialmente jogado, joga o jogo sem mesmo saber as regras. Joguete, objeto para o Outro, é manipulado por fios invisíveis. Nem mesmo quando fala, sabe ou determina o que fala. Quando “um fantoche fala, não é ele que fala, é alguém que está atrás. [...] O que podemos dizer é que, para o sujeito, é manifestamente alguma coisa de real que fala” (LACAN, 1955-1956/2008, p. 63).

As novelas mexicanas são gravadas num ritmo tão frenético (um episódio de 25 minutos por dia, todos os dias) que os atores sequer recebem o texto para aprender suas falas de antemão. Eles usam minúsculos receptores em seus ouvidos que lhes dizem o que fazer e passam a atuar com o que ouvem (“Agora lhe dê um tapa e diga que o odeia! Depois o abraça!”). Esse procedimento, para Zizek (2010), nos dá uma imagem do que Lacan quer dizer com o conceito de “grande Outro”. A ordem simbólica que dirigindo e controlando os meus atos é o mar em que nado, mas permanece essencialmente impenetrável, nunca posso pô-la diante de mim e segurá-la. É como se nós, sujeitos de linguagem, falássemos e interagíssemos como fantoches, nossa fala e gestos ditados por algo sem nome que tudo impregna. Esses “receptores auriculares” incutidos pelo Outro são incorporados na estrutura e não cessam de vociferar comandos desde o ponto mais íntimo da subjetividade. Essa inserção direta faz que essa voz Outra torne-se inlocalizável. Sua fonte, sua causa não pode ser precisada, não pode ser vista. De que corpo emana?

Dolar (2006) define a voz acusmática como aquela que não se pode localizar. De uma forma geral, é possível rastrear e circunscrever o ponto singular no espaço de onde supostamente emana uma voz. A emancipação da voz, quando ela parece causar-se a si mesma, lhe confere um caráter onipresente e onipotente. Ela adquire a espectralidade de uma voz pura, desencarnada. O Deus do Antigo Testamento e muitas outras deidades compartilham essa característica. É como se houvesse um vínculo direto e oculto entre a voz acusmática e a divinização.

Quando a voz se junta com seu corpo, ela perde seu caráter onipotente e carismático. A aura desmorona e a voz, uma vez localizada, perde sua fascinação e poder, tendo assim efeitos de castração em seu portador. Um exemplo pode ser observado no conto “O mágico de Oz” de Lyman Frank Baum. Dorothy e seus companheiros vão à Cidade Esmeralda na esperança de obter ajuda do poderoso mágico cuja voz ecoava acusmaticamente: “sem ver nada, Dorothy perguntou: 'Onde está?'. 'Estou em todas as partes', contestou a Voz, 'mas sou invisível aos olhos dos comuns mortais’” (BAUM, 1995 apud DOLAR, 2006, p. 98).

Contudo, aqueles que esperavam um resgate encontraram o desengano. A imponência dessa voz cuja fonte estava oculta desaba ao se depararem com o seu emissor. Um biombo acidentalmente cai ao chão e desvela que o Grande e Terrível Oz é, na verdade, um decrepito e enrugado velhinho tão desamparado quanto os que vieram procurá-lo. Sua voz então *desacusmatiza-se*. Desacusmatização seria justamente esse processo de dissipar o mistério, despir essa suposta voz onipresente e onipotente. Barrá-la, dar contornos, localizá-la. Seria possível fazer o mesmo com a voz do Outro?

2.3 - Orifício que não se fecha, voz que não se cala

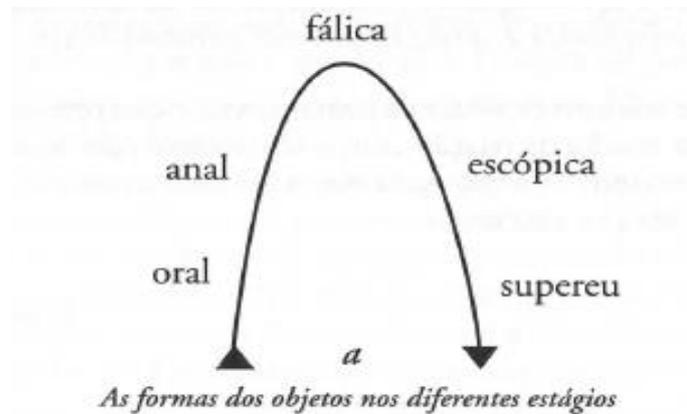
Os “ouvidos são, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar” (LACAN, 1964/1990, p. 184). Em *O sinthoma*, o ouvido é alçado a orifício mais importante

por Lacan justamente porque ele não pode se cerrar, se tapar (LACAN, 1975-1976/1991, p. 18). Não há pálpebras ou esfíncteres que barrem ou filtrem a voz tonitruante do Outro. Vale lembrar que a voz para a psicanálise é de outro estatuto, descolada da fisiologia, não é assunto para um otorrinolaringologista. Assim como o som de um galho quebrando pode remeter a um olhar que espreita como bem colocou Sartre, a voz pode, por exemplo, ser representada por um quadro. O grito de Edvard Munch estampa um grito estridente, angustiado, mas mudo. Sem som, sem palavras, sem fala. É a voz como substância episódica do objeto *a* que está em jogo.

Figura 2 - O grito de Edvard Munch



Em seu Seminário sobre a *Angústia*, Lacan acrescenta ao objeto oral, ao objeto anal e ao objeto fálico dois outros patamares do objeto: o olhar e a voz. Esses objetos situam-se em torno de um vazio central. Um vazio, um cavo deixado pelo objeto irremediavelmente perdido, perda (do que na verdade nunca se teve) que causa o desejo. Vale destacar que Lacan chega a substituir objeto voz pelo supereu em seu esquema tamanha é a afinidade estrutural destes:

Figura 3- Formas dos objetos *a*

Lacan é contundente: “Ao lembrar-lhes sua ligação evidente com a forma de objeto *a* que é a voz, indiquei-lhes que não pode haver concepção analítica válida do supereu que se esqueça de que, por sua fase mais profunda, essa é uma das formas do objeto *a*” (LACAN, 1962-63/2005, p. 320). Impossível, portanto, dissociar a voz do supereu. Trata-se de uma voz que nos afeta em nosso mais recôndito íntimo, mas que não podemos dominar, ela se impõe escapando a qualquer tentativa de controle. Freud, antes mesmo da postulação efetiva do supereu em 1923, sob o termo consciência moral na época, já destacava essa indissociabilidade entre o supereu e a voz. Em *Introdução ao Narcisismo* isso é patente:

A instituição da consciência moral foi no fundo uma encarnação da crítica dos pais, primeiro, e depois da crítica da sociedade, processo semelhante ao qual se repete a gênese de uma inclinação recalçada nascida de uma proibição ou impedimento de início externos. As vozes e essa multidão que se torna indeterminada são traídas agora pela luz da enfermidade, a fim de reproduzir em sentido regressivo a histórica genética da consciência moral (FREUD, 1914/1991, p. 93).

Crítica, voz, vozes que se encarnam, se incorporam. *Einverleibung*, incorporação, diz Lacan (1962-1963/2005). O que entra pelo ouvido marca a carne, se impregna e faz corpo. Encorpa, *en corps*, *encore*⁸.

8- *En corps*, “no corpo” ao traduzirmos do francês, equivoca foneticamente com *encore*, título do Seminário 20 de Lacan, que significa “ainda”; “mais ainda”, “mais e mais ainda”: insatisfação fundamental.

Essa voz agora encorpada, incorporada, *a*-feta o sujeito. À voz do Outro primordial, dos pais, diz Freud, se somam a dos mestres, dos educadores e dos seus próximos formando um enxame. *Essaim*, enxame em francês, equivoca com S1, grafia do significante-mestre lacaniano. Esse enxame além de ferroar o sujeito com significantes marcando-o indelevelmente, não cessa de *a*-tormentá-lo com seu zumbido.

Se supomos que o significante persegue seu caminho sozinho, quer prestemos atenção a ele ou não, devemos admitir que há em nós, mais ou menos eludido pela manutenção de significações que nos interessam, uma espécie de zumbido, uma verdadeira zorra, com o que fomos estonteados desde a infância (LACAN, 1955-1956/2008, p. 331).

Zumbido, zorra que nos aturde, estonteia desde que chegamos a esse mundo. Theodor Reik nos brinda com um singelo exemplo do processo de interiorização da voz na gênese do supereu em uma conversa que teve com seu filho, Arthur, com oito anos de idade na época. Certo dia, eles passeavam juntos e encontraram um conhecido que se juntou a eles. Ao longo da conversa, esse amigo disse a Reik que uma “voz interior” o impedira de fazer algo. Depois desse senhor os ter deixado, Arthur indagou o que seria essa “voz interior”, Reik lhe respondera distraidamente: “Uma impressão”. No dia seguinte, o menino voltou a tocar no assunto com seu pai:

- Papai, agora eu sei o que é a voz interior.

- Pois bem, me diga o que é!

- Já sei. A voz interior é o pensamento que a gente tem.

- Que pensamento?

- Sabe, por exemplo, às vezes sento à mesa sem ter lavado as mãos; então, há uma impressão, como se alguém me dissesse: “Vá lavar suas mãos”. Outras vezes, antes de dormir, brinco com meu *gambi* [Nome que o menino dá a seu pênis] [...]. Aí, a voz interior me diz: “Para de brincar com seu gambi” [...] Mas agora eu sei o que é voz interior! É uma impressão da gente com palavras de outra pessoa (REIK, 1958 apud VIVÈS, 2012, p. 52).

Esse apólogo reikiano ilustra o caráter moebiano da voz superegóica. A voz de comando, inicialmente oriunda de fora, adentra-se e passa a vociferar a partir de ponto mais íntimo do sujeito. Melhor dizendo, êxtimo, como vimos. Radicalmente íntima e inquietantemente estrangeira, essa é a estranha topologia da voz superegóica.

Através da patologia, é possível vislumbrar a céu aberto fenômenos e processos psíquicos que dificilmente poderiam ser flagrados na “normalidade”. Partindo da análise dos delírios de observação (*Beobachtungswahn*), Freud descortina a conjunção voz e olhar no cerne da ação superegóica. Ele força as barreiras entre o normal e o patológico ao propor que há uma instância que observa e ameaça enraizada no próprio eu, fazendo parte de sua estrutura.

E se estes loucos tiverem razão, se em cada um de nós estivesse presente dentro do eu uma instância assim, que observa e ameaça com castigos, com a única diferença que neles se separou mais nitidamente do eu e deslocada de maneira errônea para a realidade externa? (FREUD, 1933[1932]a /1991, p. 55).

Quando um enfermo se queixa que cada um de seus passos é espiado e observado, que cada um de seus pensamentos é enunciado e criticado, Freud afirma que isso nos revela uma verdade que não havia ainda sido apreciada o bastante e que de forma alguma se restringe ao campo da patologia. O caráter estrutural dessa instância crítica é ressaltado já em 1914. Referindo-se novamente aos doentes que sofrem de delírios de observação, Freud destaca que eles

São informados do império desta instância por vozes que, de maneira característica, lhes falam na terceira pessoa (“Agora ela está pensando nisso de novo”, “Agora ele está saindo”). Esta queixa é justa, descreve a verdade; um poder assim, que observa todas as nossas intenções, se inteira delas e as critica, existe de fato, e por certo em todos nós dentro da vida normal (FREUD, 1914/1991, p. 92).

Olhar e voz que devassam o sujeito, o desnudam. Trata-se de um discurso que lhe concerne, que comenta suas ações e até mesmo pensamentos. Comentários que são o prelúdio das encarniçadas críticas que o supereu despejará sobre o já escarafunchado eu. Isso se dá para todos. Freud salienta que o psicótico “somente erra quando translada para fora este poder incômodo, como algo que lhe seria alheio” (Ibid., 1917 [1916-1917], p. 390). Ao passo que o

neurótico pode, de certa forma, reconhecer essa voz como algo que lhe pertence; o psicótico é incapaz desse reconhecimento. Ela retorna para ele do real, totalmente alheia, invasiva.

Freud nos dá um exemplo paradigmático já em 1895 em seu rascunho H: Uma mulher solteira, já não muito jovem (cerca de trinta anos), morava numa casa com o irmão e a irmã mais velha. Pertencia à classe trabalhadora, seu irmão trabalhou até tornar-se um pequeno fabricante. Nesse meio tempo, alugaram um quarto a um colega de trabalho dele. Por um ano ele morou na companhia deles e manteve um relacionamento amável e comunicativo com essa família. A seguir, foi-se embora, mas voltou seis meses mais tarde. Dessa vez, ficou morando na casa por um tempo relativamente breve, e então desapareceu definitivamente. As irmãs, muitas vezes, costumavam lamentar sua ausência e não falavam senão bem dele. Não obstante, a irmã mais nova contou à mais velha um episódio em que o inquilino efetuou uma ousada investida. Ela estava fazendo a arrumação dos quartos, enquanto ele ainda estava na cama. Ele a chamou para junto da cama, e quando ela se aproximou, inadvertidamente, colocou o pênis na mão dela. A cena não teve seqüência, e bem pouco tempo depois o estranho partiu.

No decorrer dos anos seguintes, a irmã que tinha tido essa experiência adoeceu. Passou a se queixar e desenvolveu delírios de ser observada e perseguida. Achava que suas vizinhas tinham pena dela por ter sido abandonada por aquele homem, que seguia esperando o retorno dele. Elas estavam a fazer insinuações dessa natureza e diziam-lhe todo tipo de coisas a respeito desse homem. A irmã mais velha notou com surpresa que tão logo a conversa se encaminhava para aquela cena de tentação, a paciente a evitava, a desconhecia (*leugnen*). Para Freud, ela estava se poupando de algo. Não havia dúvida que se tratava de uma defesa. Mas essa defesa poderia igualmente ter levado a um sintoma histérico ou a uma representação obsessiva. Qual seria então a peculiaridade da defesa paranóica?

Freud aventa a hipótese que ela, na realidade, ficou excitada com o que viu e com a lembrança do fato. Estaria, portanto, se poupando da censura de ser uma “má pessoa”. Daí em diante, passou a ouvir essa mesma censura, agora proveniente de fora. Assim, o tema, o conteúdo permanecia inalterado, o que mudava era a sua localização. Antes, tratava-se de uma reprovação interna e agora era uma recriminação vinda de fora. O julgamento a respeito dela fora transposto para fora: as pessoas estavam dizendo aquilo que ela dizia de si mesma. Freud frisa que havia uma vantagem nisso. Ela teria sido obrigada a aceitar o julgamento proveniente de dentro; já o que vinha do exterior, podia rejeitar. Dessa forma, o julgamento, a censura, era mantida afastada de seu eu.

Em uma de suas sessões de apresentação de doentes em *Sainte-Anne*, Lacan apresentou um caso em que sua paciente lhe confiou que um dia, no momento em que saía de sua casa, um desprezível homem casado, que mantinha relações com uma de suas vizinhas de hábitos levianos, lhe tinha dito um palavrão. Um palavrão que ela não estava disposta a repetir ali porque isso a depreciava. Teria ouvido seu vizinho lhe dizer “Porca” ao passar por ela no corredor. Contudo, ela confessa, com um riso de concessão, que não era naquele ponto completamente inocente, pois ela própria tinha dito alguma coisa ao passar pelo seu desavergonhado algoz. Essa alguma coisa ela confessa mais facilmente do que a injúria que sofreu, ela teria dito a ele: “Eu venho do salsicheiro”.

Lacan se questiona: “Porca, o que será isso? É uma mensagem com efeito, mas não será antes sua própria mensagem?” (LACAN, 1955-1956/2008, p.186). Sua mensagem aqui, contudo, não lhe retorna do campo do Outro, do simbólico, mas sim do real. A projeção na psicose é o mecanismo que “faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto de fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” (Ibid., p. 58). Esse significante intolerável, incandescente é ejetado, foracluído da cadeia que suporta o sujeito, mas ele lhe retorna cruamente no real. Para Miller (2013), é a carga afetiva, libidinal da palavra “porca” que opera uma ruptura na continuidade da cadeia significante e uma rejeição para o real.

Na medida em que um pedaço de cadeia significante, quebrado por aquilo que ele denomina carga de gozo, não pode ser assumido pelo sujeito, ele passa para o real e é atribuído ao Outro. Esse significante, portanto, imantado de um gozo que não pode ser metabolizado, digerido, integrado pelo sujeito é regurgitado e retorna causticando o eu do lado de “fora”.

Tal qual um bumerangue, isso que foi foracluído retorna no real e golpeia o sujeito na nuca. Mas o que o psicótico não reconhece é que o artefato, o golpe na verdade partiu dele mesmo. “Não! É o Outro que me ataca, insulta, vilipendia”; elucubra o “pobre coitado”. Trata-se da inocência do paranóico, diz Soler (2007). A paranoia identifica o gozo no lugar do Outro, isso significa, ao mesmo tempo, localizá-lo nesse lugar e nomeá-lo, dizer o que ele é. Pode assim circunscrever e se desimplicar desse gozo de alguma forma.

O delírio trabalha no sentido de construir esse enredo de perseguição e injustiça no qual o sujeito é o cândido mocinho imolado. O esforço é no sentido de deslocar o insulto, a injúria, o golpe para “fora”. Retomando Freud, uma reprovação interna transmuta-se em uma recriminação vinda do “exterior”. A obrigação de acatar o julgamento proveniente do “exterior”

pode assim ser relativizada. Seria mais fácil para o paranoico se opor a um veredito⁹ proferido pela voz de um semelhante, de pequenos outros, do que se insurgir contra a voz acusmática com tons divinos, onipotentes do Outro, do supereu.

Contudo, tal estratagema tem suas falhas. Assim como o recalçado invariavelmente retorna, também o foracluído o faz. Mas o faz retornando inexoravelmente no real. Neusa Souza (2001) cita o caso em que um de seus pacientes vaga pelas ruas torturado pelo assédio de letras que saem da boca dos passantes e formam palavras ruidosas: “entram em minha mente e ficam lá: ‘Veado! Veado!’”. O esforço foraclusivo não foi suficiente, a voz retorna e impregna sua “mente” não lhe dando descanso. Em outro caso citado pela autora, seu paciente sangrou quase o corpo todo com pequenos cortes superficiais, ele próprio revelou: “... elas queriam que eu me jogasse pela janela... fiz isso para elas pararem de gritar”. Tentativa desesperada de silenciar essas vozes, esses gritos insuportáveis de alguma forma.

Seja na neurose, seja na psicose a voz não se cala. De nada adianta tentar tapar os ouvidos, pois não se trata de uma questão de decibéis. O fundamental é qual destino será dado às vociferações que não cessam de jorrar extimamente. “Aquilo de que se trata para a homem é justamente se sair bem com essa modulação contínua, de maneira que isso não o ocupe demasiado” (LACAN, 1955-1956/2008, p. 132). Um discurso se impõe continuamente ao sujeito à sua revelia. Lacan coloca que uma das funções do eu é a de não ser envenenado por essa frase que continua sempre a circular, que está sempre pronta a ressurgir sob mil formas camufladas e desconcertantes. Esse desconcerto, essa estranheza quando se instala, vale dizer, nunca é do lado do supereu. É o eu que não se reconhece, que é “expulso da casa” (Ibid., p. 311). O eu não é senhor em sua própria casa, nos ensinou Freud, e ainda é expulso dela, arremata Lacan. O “sem-teto” eu se prostra emudecido diante das tonitruantes vociferações superegóicas. “Freud descobriu esse discurso primitivo enquanto puramente imposto, e ao mesmo tempo enquanto marcado pelo seu profundo arbitrário, que isso continua a falar, ou seja o supereu” (LACAN, 1960-1961, p. 51).

Isso continua a falar, não cessa. Voz interior imperativa, inescapável e contundente em sua imediaticidade e presença esmagadora, uma voz impossível de ser silenciada ou negada (DOLAR, 2006). A frase evangélica, eles têm ouvidos para não ouvir, deve ser tomada ao pé

9- Veredito deriva etimologicamente do latim *veredictum*, que significa literalmente “verdadeiramente dito”. Como contestar a verdade dita pelo Outro?

da letra para Lacan. “Que não tenhamos perpetuamente de ouvir essa articulação que organiza nossas ações como ações faladas é bem uma função do eu”(LACAN,1955/1956, p. 132-133). É justamente isso o que o psicótico não é capaz de fazer, ele é “todo ouvidos” à voz do Outro. Culmina nos fenômenos de obediência automática, esses que apenas *re-verberam* a “audição automática”. Esse Outro da psicose, por não ser castrado, é oni-vidente, oni-potente, absoluto. Tudo vê, tudo pode. Seus comentários, comandos e admoestações causticam sem cessar. Trata-se de uma presença maciça obliterante. Não há uma barra sob a qual o sujeito possa buscar uma sombra, um refúgio. Sempre observado, em terreno descampado, a céu aberto, não encontra esconderijo.

Já o neurótico consegue de certa forma se furtar a isso. O Outro da neurose é não-*Todo*, é furado. Há então espaço de manobra, de deslizamento. É nessa guarita que o sujeito pode respirar, barganhar e até mesmo recalcitrar. Vivès (2012) nomeia de ponto surdo esse lugar intrapsíquico resguardado da invasão da voz do Outro. Por analogia estrutural, um ponto cego também faz-se necessário. Um espaço de não-intrusão do olhar-supereu, olhar “sobre-eu”, olhar sobre mim (QUINET, 2004).

No próximo capítulo trataremos do olhar como objeto *a*. Deslindaremos as suas relações com a instauração do ideal do eu e com o desejo. O olhar superegógico, como escrutínio incessante, será abordado em suas duas vertentes essenciais: orgulho e culpa, derivações das duas faces do objeto *a*: agalmática e dejetivo.

3 - O OLHAR

3.1 - Sob a mira do Outro, *The Big Other is watching you*

De onde é que estão olhando para mim?
 Que coisas incapazes de olhar estão olhando para mim?
 Quem espreita de tudo?
 As arestas fitam-me.
 Sorriem realmente as paredes lisas.
 Sensação de ser só a minha espinha.
 As espadas.

A Múmia, Fernando Pessoa

Já ao nascer, o desamparado *infans* é alvo do enigmático e siderante olhar do Outro. Trata-se de um olhar que o atravessa, o devassa e que ele não é capaz de discernir sua proveniência. Para Vivès (2012), essa dimensão persecutória do olhar é imediata e originária. Antes mesmo que eu possa me ver, o que necessariamente depende de algo ou alguma coisa que reflita minimamente a minha imagem, já sou olhado. Sou olhado, mas não sou capaz de olhar esse olhar que me tem na mira. *Quem ou o quê me olha? Por que está a me fitar? O que quer de mim?*

Primordialmente sitiado, descoberto, exposto, o *infans* está inteiramente nu ao olhar do Outro. “Aí se sustenta o Antes do antes-do-especular, a pré-história do espelho” (QUINET, 2004, p.115). Assim como se é falado antes de falar, se é olhado antes de olhar. Ser falado, ser olhado, verbos flexionados na voz passiva que desvelam o princípio de todo o assujeitamento. Algo ou alguém me olha, de onde? Eu “só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte” (LACAN, 1964/1985, p.73). No campo escópico, o olhar está do lado de fora, sou olhado, Lacan diz: “sou quadro” (Ibid., p. 104). Quadro no qual o Outro depõe seu olhar e ali se fixa, “sou foto-grafado” (idem).

O sujeito fica medusado diante desse fascinante olhar que sobre ele recai. Olhar enigmático que veicula um “x”, uma incógnita cujo valor ou solução o sujeito se esforça em cingir, em decifrar. A partir do momento em que esse olhar existe, já sou algo de diferente, pelo fato de que sinto, eu mesmo, tornar-me um objeto para o olhar de outrem. Olhar do Outro que sabe que o objeto olhado se sente ser olhado. Toda a fenomenologia da vergonha, do pudor, do prestígio, do medo particular engendrado pelo olhar gira em torno disso, diz Lacan (1953-1954/1986). Saber-se olhado, ser objeto de um olhar Outro engendra os mais variados efeitos e afetos na subjetividade.

O gigante Argos, na mitologia grega, recebeu a missão da deusa Hera de vigiar Io, a amante de seu infiel marido Zeus, com intuito de, pela via de uma vigilância ininterrupta, coibir a reincidência desse adultério inaceitável. Munido de cem olhos que rodeavam a sua cabeça, Argos nem de costas perdia Io de vista. Mesmo ao dormir, apenas metade dos olhos de Argos se fechava, os demais perseveraram a fitar fixamente o seu alvo. A realização do desejo, desse modo, não tinha vez. Não havia como desviar esse olhar hipertenaz e hipervigil. Da mesma forma opera o supereu. Seu olhar vidrado e infatigável devassa até mesmo os sonhos. Nem mesmo ao dormir se tem descanso.

Quando sonhamos, a censura impõe tantas deformações aos nossos sonhos que a realização do desejo inerente a eles aparece muitas vezes como irreconhecível para nós mesmos. Disso que se passa na vida psíquica, Freud (1900/1991) faz equivaler à delicada situação de um relacionamento entre duas pessoas com uma considerável assimetria de poder. Aquela desprovida de poder sempre está a *pisar em ovos*, sempre temerosa, esforça-se para não desagradar o suposto poder. O comentarista político, por exemplo, encontra-se na arriscada posição de dizer verdades desagradáveis para os poderosos. As retaliações podem ser terríveis. Ele deve então ser precavido, precisa atenuar e distorcer a expressão de sua opinião para evitar a censura e a punição. Quanto mais rigorosa a censura, mais amplo será o disfarce e mais engenhoso também deverá ser o meio empregado para dizer aquilo que anseia ser dito. Chico Buarque, ao travestir o *Cale-se* ditatorial imposto em 1964 com a sua bela canção *Cálice*, driblou a censura e assim desferiu duras críticas ao regime militar via poesia, via metáforas.

Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice

Pai, afasta de mim esse cálice

Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atorreado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta

Como é difícil, pai, abrir a porta
 Essa palavra presa na garganta
 Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade
 Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue

Talvez o mundo não seja pequeno
 Nem seja a vida um fato consumado
 Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer do meu próprio veneno
 Quero perder de vez tua cabeça
 Minha cabeça perder teu juízo
 Quero cheirar fumaça de óleo diesel
 Me embriagar até que alguém me esqueça

Afasta de mim esse *Cálice*, afasta de mim esse *Cale-se*. A potência significante desvela-se aqui via homofonia. Dizendo sem dizer, há uma sideração da censura, o cassetete hesita. Essa canção tornou-se um dos mais famosos hinos de resistência ao regime militar, canção de protesto que se insurge contra a violência autoritária. De uma forma geral, uma das primeiras liberdades que são tolhidas nos regimes totalitários é justamente a liberdade de expressão. Há uma rigorosa e tenaz censura que impõe um crivo totalmente arbitrário que determina o que poderá ou não ser dito, expresso, publicado ou falado. Nenhuma afronta à autoridade instituída e a seus ideais, a seus significantes-mestres, é tolerada. O tenaz e percutidor olhar do censor empenha-se em um vasculhamento incessante para garantir isso.

Tal como o gigante Argos, o insônico e totalitário olhar superegóico está sempre a devassar o sujeito, mesmo nos seus sonhos. Seja na vigília ou no sono mais profundo, se é objeto de um olhar que não se pode ver. E é justamente por não poder ser visto que amplifica-se as inquietações persecutórias do sujeito. Do “espetáculo do mundo vem um olhar que me

olha e que eu não vejo, embora me sinta afetado por ele. O olhar é o invisível da visão” (QUINET, 2004, p.43). Assim como a voz não se confunde com o som, o olhar – como substância episódica do objeto *a* – não se confunde com a visão. Há uma *esquize* entre o olho e o olhar. Esse olhar, Sartre (1947/2008) ressalta, não se reduz à aparição de dois globos oculares. Um cego, por exemplo, que fisiologicamente não dispõe de seu aparato oftalmológico, não deixa de nos angustiar de certa forma ao mirar suas esbranquiçadas pupilas em nossa direção. O olhar transcende o olho.

Os olhos, a aparência, a silhueta de algo ou alguém não precisam ser avistados de fato para que uma inquietante sensação se instale. “Basta que algo me signifique que há outrem por aí. Esta janela, se está um pouco escuro, e se eu tenho razões para pensar que há alguém atrás, é, a partir de agora, um olhar” (LACAN, 1953-1954/1986, p.246). Basta que a presença do Outro se insinue para que o sujeito se afete. Uma janela que se entreabre, o balanço de uma cortina, um piso rangendo às minhas costas, um objeto que cai no chão podem significar um olhar a me fitar.

Esses são artifícios amplamente utilizados nos filmes, especialmente de terror, quando querem aumentar o grau de suspense dos espectadores. Nos considerados grandes clássicos (*Psicose* de Alfred Hitchcock, *Alien, o oitavo passageiro* de Ridley Scott, por exemplo), raramente o assassino, monstro, besta, *alien* ou fantasma se apresenta de imediato. Sua presença é suposta por esses sinais que cada vez mais se acercam da pobre vítima em potencial. A entidade só se apresenta de fato num breve relance, na hora do bote fatal. A vítima (e também o espectador) é suspensa numa expectativa angustiante. Não consegue ver, é incapaz de discernir aquilo que o espreita, o terror se instala.

Como vimos anteriormente, a voz quando é acusmática, quando não é possível discernir sua fonte emissora, adquire ares de onipotência. Da mesma forma, o olhar quando não pode ser olhado, quando não pode ser localizado, engendra uma aura de poder que facilmente se translada em uma expectativa persecutória. *Como me furtar a esse olhar que não consigo discernir de onde provém? O que quer de mim?*

A arquitetura do Panóptico idealizada por Bentham encarna bem essa concepção e dela extrai efeitos consideráveis. Trata-se de um dispositivo de vigilância que tem como fundamento a construção de uma estrutura na qual a instância que vigia pode o fazê-lo sem ser vista por aquele que é vigiado. Um presídio no qual uma torre central com janelas espelhadas é rodeada

por celas encarna esse paradigma. Os prisioneiros, desse modo, nunca sabem se estão sendo de fato observados ou não. São presas, portanto, de uma ânsia constante de serem surpreendidos. Trata-se de uma máquina de dissociar o par ver-ser visto, diz Foucault em *Vigiar e Punir*. No anel periférico do Panótico se é totalmente visto sem nunca ver.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer afrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 2003, p. 168).

Sob o risco iminente de ser flagrado, o sujeito passa então a disciplinar-se a si mesmo. Estar incessantemente sob os olhos de um inspetor, afirma Bentham, acarreta a perda da possibilidade de fazer o mal e até mesmo de pretender fazê-lo. O olhar está por toda parte, *Panótico*, não há como se esconder, impossível dissimular.

George Orwell, em seu conto *1984*, narra uma sociedade subjugada pela entidade do Grande Irmão (*Big Brother*) que a tudo e a todos vigiava através de *teletelas* que se espalhavam por toda a parte. Tanto o panóptico, quanto as *teletelas* de Orwell são dispositivos que permitem uma tenaz e infatigável vigilância que constrange sem cessar a conduta dos sujeitos que não tinham meios de saber se estavam sendo ou não monitorados:

[...] não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento vigiava a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar qualquer linha, no momento que desejasse. Tinha-se que viver - e vivia-se por hábito transformado em instinto na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado [...] (ORWELL, 1949/2005, p. 8).

Big Brother is watching you! Onipresente e onisciente, nada escapa do aguçada ouvido e acerado olhar do Grande Irmão. Winston, o protagonista do enredo, subitamente surpreendeu-se, num gesto automático e irrefletido, escrevendo em grandes letras de imprensa garrafais: “ABAIXO O GRANDE IRMÃO” muitíssimas vezes, enchendo mais de meia página. Esse simples fato o fez ser tomado por um laivo de pânico. A afronta à suprema autoridade não residia simplesmente no ato dessa escrita. O crime essencial, que em si continha todos os outros, era a “crimidéia” (condensação dos significantes crime e ideia). O crimidéia era inocultável, a sua punição era líquida e certa. Winston seria alvo da implacável truculência da Polícia do Pensamento inevitavelmente. Agora criminoso condenado inexoravelmente, restava-lhe somente aguardar seu suplício angustiadamente.

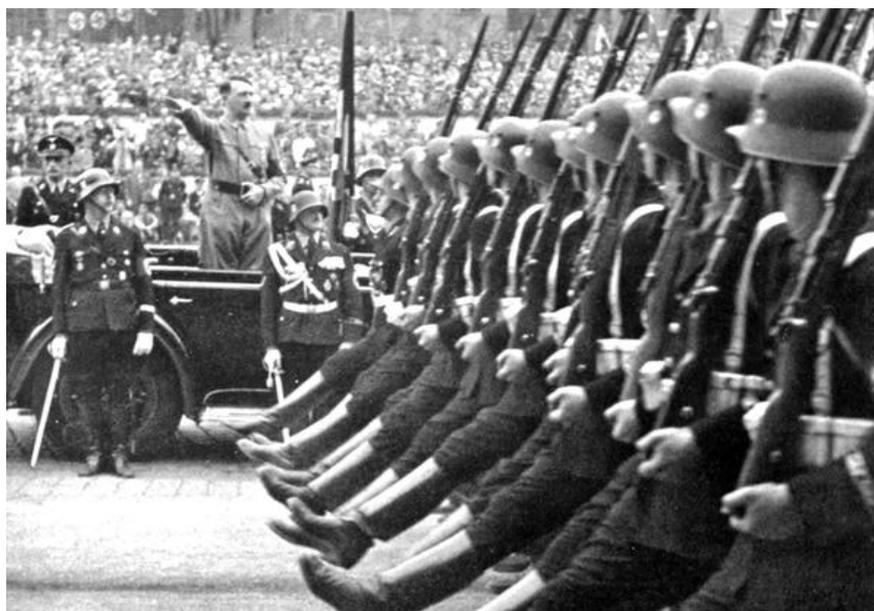
E era sempre à noite - as prisões eram sempre à noite. O súbito arranco ao sono, a mão rude sacudindo o ombro, as luzes ferindo os olhos, o círculo de caras implacáveis em torno da cama. Na vasta maioria dos casos não havia julgamento, nem notícia da prisão. As pessoas simplesmente desapareciam, sempre durante a noite. O nome do cidadão era removido dos registros, suprimida toda menção dele, negada sua existência anterior, e depois esquecido. Era-se abolido, aniquilado; vaporizado era o termo corriqueiro (Ibid., p. 14).

O criminoso era sumariamente vaporizado sem qualquer julgamento. Sem recursos, sem apelos, sem palavras. O membro do Partido vive, do berço à cova, sob os olhos infatigáveis da Polícia do Pensamento. Mesmo quando se está sozinho, jamais se pode ter certeza do seu isolamento. Onde quer que esteja, dormindo ou acordado, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, pode ser examinado, devassado sem aviso e sem saber que estão a examiná-lo. Nada do que o sujeito faz é indiferente, passa “batido” digamos assim. Suas amizades, seus divertimentos, sua conduta em relação a esposa e aos filhos, até mesmo as expressões de seu rosto quando está sozinho, as palavras que murmura no sono e os maneirismos característicos do seu corpo são minuciosamente analisados. Qualquer excentricidade, por menor que seja, qualquer modificação de seus hábitos, quaisquer maneirismos que possam ser o índice de uma luta íntima, de dúvidas são detectados e exemplarmente punidos. Não há liberdade de escolha em direção alguma a não ser aquela pré-determinada, pré-destinada.

O princípio básico de qualquer regime totalitário é efetivamente uma gestão total da vida cotidiana (CALLIGARIS, 1991). A esfera da vida privada desaparece progressivamente.

Não há fronteiras entre o privado e o público. A intrusão da intimidade inviabiliza o segredo e viola a privacidade. Acuado diante do olhar do Outro, o sujeito e seu desejo são esmagados pelo bloco autoritário injuntivo. Deve se *con-formar*, vestir o *uni-forme*, marchar em uníssono no passo ditado pelo Outro. Nessa pausterização homogeneizante, não há lugar para a singularidade.

Figura 4 - Tropas nazistas marchando para Hitler durante a Segunda Guerra.



The Big Other is watching you, diria Orwell com Lacan. A pregnância desse olhar totalitário não deixa espaço para o sujeito respirar, não há como se esconder, todas as suas dobras são inspecionadas. Esse totalismo do olhar do Outro, olhar invasivo, que inquieta, fica patente no campo psicopatológico. No Seminário sobre *A angústia*, Lacan apresenta o caso de uma paciente italiana esquizofrênica que, após anos de mutismo, faz um desenho de uma árvore com três olhos e escreve: “*Io sono sempre vista*”, “Sou sempre vista” (LACAN, 1962-1963/?, p. 86). Através desse desenho, ela disse o que nunca pudera dizer até então. Em italiano, assim como em francês, *vista* é ambíguo, diz Lacan. Não é apenas um particípio, é também a visão, com seus dois sentidos, subjetivo e objetivo. A função da visão e o fato de ser uma vista, como se diz sobre a vista da paisagem, aquela que é tomada como objeto num cartão-postal.

Figura 5 - “Io sono sempre vista”



Ela emudece perplexa diante desse olhar triplo que não cessa de fitá-la. Sempre vista, a céu aberto, como se furtar a isso? Também no âmbito da neurose a pregnância inquietante do olhar se faz presente. Na quinta sessão de Länzer, vulgo Homem dos Ratos, com Freud ele confessa algo que o persegue desde a infância: a angústia que o afligia por toda a sua vida de que seus pensamentos pudessem ser lidos pelos pais (FREUD, 1909/1991, p. 130). Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1893/1991), tratando do intrigante caso de Frau Cecilia, narra que ela, com de 15 anos de idade, estava deitada em sua cama sob o olhar vigilante de sua avó rigorosa quando subitamente deu um grito. Ela sentiu uma dor penetrante na testa, entre os olhos, que durou semanas a fio. No decorrer da análise dessa lancinante e inusitada dor, ela disse que a avó lhe dirigiu “um olhar tão penetrante que fora direto até o cérebro”. Nem mesmo a sua tampa craniana foi capaz de barrar esse olhar que a mirava, fulminou a sua massa encefálica. Adoniran Barbosa expressa o quão invasivo e acurado pode ser o objeto olhar em sua canção *Tiro ao Álvaro*:

De tanto levar frechada do teu olhar
 Meu peito até parece sabe o que
 Táubua de tiro ao Álvaro
 Não tem mais onde furar
 Não tem mais
 De tanto levar frechada do teu olhar
 Meu peito até parece sabe o que
 Táubua de tiro ao Álvaro
 Não tem mais onde furar

Teu olhar mata mais do que bala de carabina
 Que veneno estricnina
 Que peixeira de baiano
 Teu olhar mata mais que atropelamento de Automover
 Mata mais que bala de revorver

Na mira do Outro, o sujeito pode ser alvo de um olhar fuzilante. O olhar como substância episódica do objeto *a*, vale destacar, não está submetido às leis da física ótica. Pode atravessar muros, paredes, concreto e visar o sujeito em sua mais recôndita intimidade. A transparência em alguns casos pode ser total. No Seminário *As psicoses*, acompanhamos um caso em que o sujeito discorre sobre o mundo estranho em que adentrou já algum tempo. Não somente ele é espiado, vigiado, mas falam dele, julgam-no, indicam-no, olham-no, dão-lhe até uma piscadela de olho. Tudo o invade. Lacan coloca que tudo para ele torna-se um signo em potencial, tudo quer dizer alguma coisa, mas o quê? Se um carro vermelho passar por ele, isso não pode ser por acaso, isso tem que ter um sentido, muito embora o sujeito não consiga precisá-lo ainda. Quinet (2004) cita um caso em que o sujeito estava parado no ponto de ônibus e de repente sentiu que todos na rua o olhavam, sem entender por quê. Experiência insólita, instante de perplexidade (JULIEN, 1999). O sujeito queda atônito, boquiaberto, medusado.

Observa-se, portanto, uma independência e uma anterioridade lógica do olhar para com a voz. Nu diante desse olhar que o fixa, o sujeito fica em suspenso. Sem voz, sem sentido, perde o seu chão. Posição insustentável que porá o sujeito a trabalhar. Como vimos, Freud (1933/1991) recorre muitas vezes à patologia, bastante ruidosa com seus aumentos e exageros, para deslindar constelações “normais” que de outro modo poderiam nos escapar totalmente. Assim como em uma caricatura, alguns traços e características se exacerbam de tal modo que violam a harmonia e a boa-forma habituais da normalidade. O que passava despercebido, o que era velado, agora está ressaltado, escancarado a céu aberto. O saldo é o grotesco, o bizarro, o cômico, o *a*-normal. Caricatura, cabe ressaltar, deriva do italiano *caricare*: carregar, no sentido de exagerar, aumentar algo em proporção. Hipérbole e ruptura, exagero e fratura, a patologia assim caricaturiza, refrata a harmônica normalidade:

Toda vez que [a patologia] nos mostra uma ruptura ou rasgos, é possível que normalmente preexista uma articulação. Se jogarmos um cristal no chão, ele se despedaça, mas não caprichosamente. Fragmenta-se ao longo das linhas de divisão cuja deslinde, embora invisível, estava já comandada pela estrutura do cristal. Algumas dessas estruturas

desgarradas e em cacos são também os doentes mentais (FREUD, 1933/1991, p. 54)

O cristal partido desvela as suas linhas estruturais antes invisíveis. Com as “entranhas” psíquicas à mostra, um estudo mais aprofundado do seu funcionamento é possível. É justamente isso que o título da conferência supracitada denota: *Die Zerlegung des psychischen Persönlichkeits, A decomposição da personalidade psíquica*. De-compor, dis-juntar o que se apresenta geralmente em bloco, monolítico, gestaltizado. A tormenta da patologia expõe o que a calma da normalidade encobre. Se o mar estivesse revoltado no fatídico dia do naufrágio do *Titanic*, talvez a sua sorte fosse outra. O *iceberg* com o qual colidiu poderia ter sido avistado e manobras poderiam ter sido executadas para o evitamento do desastre. Com Freud aprendemos que o *iceberg* superegóico frio, duro, inflexível está lá para todos. Mais ou menos opulento, denso ou aparente, contudo, sempre em rota de colisão. Mesmo o tendo em vista, é possível não se chocar? Voltaremos a isso.

Freud parte dos doentes que padecem de delírios de observação para empreender, digamos assim, uma “engenharia reversa” do maquinário superegóico. Esses sujeitos se queixam de serem incessantemente observados, inclusive no foro mais íntimo, por poderes desconhecidos. Por vezes conseguem discernir que se tratam de pessoas que comentam os resultados de suas observações: *Agora ele vai dizer isso, ele se veste para sair, etc.* “Essa observação certamente não é idêntica a uma perseguição, mas não está longe disso” (FREUD, 1933/1991, p. 54). Prelúdio às vociferações superegóicas. “O silêncio que precede o esporro”, diz o título do álbum da banda *O Rappa* de 2003.

O conteúdo do delírio de observação sugere que o observar não é senão uma preparação do ajuizar e castigar. Algo é “*pré-sentido*”, o sujeito *pré-sente* que algo terrível está por vir. Como vimos, Freud propõe que os loucos têm razão ao denunciarem esse olhar perscrutador, mas erram ao deslocá-lo para a “realidade externa” (Ibid., p. 55), para “fora”. Essa instância vigilante está em todos nós, não se restringe à psicose, sua estrutura é moebianamente êxtima. Tanto que em *Introdução ao Narcisismo* são discernidas outras atividades dessa instância de observação crítica: a consciência moral e a introspecção filosófica. Essa instância, a serviço da exploração interior, oferece à filosofia material para suas operações intelectuais.

Freud coloca que talvez isso não esteja tão distante da formação dos sistemas especulativos rebuscados característicos da paranoia¹⁰.

Questão a ser considerada é quando essa introspecção se translada em uma aguda prospecção. De um olhar e uma reflexão sobre si, se passa a um devassamento brutal, um desnudamento violador que o sujeito não consegue se resguardar. Talvez aqui a topologia freudiana nos lance alguma luz. O aparelho psíquico é dividido em três reinos ou províncias que possuem relações recíprocas entre si: Supereu, isso e eu. Na 31ª conferência, *A Decomposição da personalidade psíquica* de 1933, Freud aprofunda boa parte dos conteúdos abordados no texto *O eu e o isso*. É detalhada em especial a íntima relação entre o supereu e o isso. O grafo¹¹ apresentado nessa conferência retoma e aperfeiçoa o grafo do texto de 1923:

Figura 6 – Representação gráfica eu, supereu e o isso



Nessa representação gráfica, observamos que o supereu atravessa o psiquismo mergulhando no *isso*. Em termos mais rigorosos: “o supereu *imerge* no *isso*” (FREUD, 1933/1991, p. 73, *grifo nosso*). A escolha pela palavra “*imerge*” em vez de “*submerge*”, tal como proposto na tradução em espanhol, é mais fiel ao termo em alemão *eintauchen*, presente na frase de Freud supracitada: “*das Über-Ich taucht in das Es ein*” (ALBERTI; SANTOS; BETEILLE, 2019). Essa imersão da crítica e virulenta instância superegóica no *isso* é prenhe de consequências.

10- Freud (1913/1991) em *Totem e Tabu* arrolou: uma histeria é a caricatura de uma obra de arte, uma neurose obsessiva é a caricatura de uma religião e que um delírio paranóico é a caricatura de um sistema filosófico.

11 Imagem retirada da 31ª conferência. *A decomposição da personalidade psíquica* (FREUD, 1991b, p.73). <http://www.psychanalyse.lu/Freud/FreudNeueVorlesungen.pdf>

Apoiando-se em Nietzsche e seguindo Groddeck, Freud dá luz ao *isso*. Esse pronome impessoal lhe parece cair como uma luva, pois expressa o caráter principal dessa província anímica: “sua alienação em relação ao eu” (FREUD, 1933/1991, p. 97). Estranho, alheio, alienígena; *eu* não me reconheço n’*isso*. Não só não me reconheço, como também não quero saber nada d’*isso*. Sua marca, portanto, é a sua impessoalidade. Uma “terra de ninguém”, anônima, indigente, o eu não a assume, não se apropria. Lá borbulham as pulsões em seu afã desvairado por satisfações. Como bem diz Clarice Lispector: “o impessoal vivo do *it*” (LISPECTOR, 1973/1998, p. 61). Não há uma organização; anárquico, o *isso* não *con-centra* uma vontade global, pelo contrário. *Des-centrado*, nele imperam forças centrífugas que pressionam para todos os lados. As leis do pensamento e do tempo não se aplicam aos seus processos. Não há o princípio da contradição nem da negação. A sua lógica é Outra, moções opostas coexistem lado a lado sem se diminuírem ou se anularem. Governado pela compulsão do princípio do prazer, o impulso é à descarga imediata e irrestrita.

Já o eu, por estar voltado ao mundo exterior, diferenciou-se do *isso* pelos solapamentos da realidade. Calejado com os golpes que vêm de todos os lados, o eu viu-se compelido a se organizar, a moderar, a temperar a impulsividade acéfala do *isso*. Freud considera o eu como um “salva-vidas” digamos assim; ele zela “pela saúde do *isso*, que, em seu cego afã de satisfação pulsional sem consideração alguma por esse poder externo violentíssimo [a realidade], não escaparia ao aniquilamento” (Ibid., 1933/1991, p. 70). Deixado sem rédeas¹², o *isso* rapidamente se arrebentaria contra os rochedos da realidade.

Há, contudo, um poder êxtimo igualmente violento a ser considerado: o supereu. O *isso* não conhece ou considera valoração, não realiza julgamentos sobre o bem ou o mal, nem possui moral alguma. Suas pulsões eróticas e agressivas apenas premem por satisfação. O supereu, truculento xerife desses “distritos anímicos”(Ibid. 1933/1991 p. 69), impõe sua lei obscena a qualquer preço: “O *isso* é totalmente amoral, o eu se empenha por ser moral, e o supereu pode ser hipermoral e, então, tornar-se tão cruel como unicamente pode ser o *isso*” (FREUD, 1923/1991, p. 54). O eu se desdobra para estar à altura dessa hipertrofiada moralidade superegóica, mas nunca parece ser o suficiente.

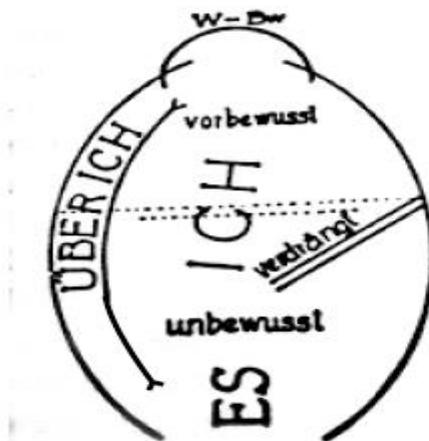
12 Freud lança mão da metáfora do cavaleiro e do cavalo para abordar o peculiar relacionamento entre o eu e o *isso*. A força provém do animal, do *isso*, cabe ao cavaleiro, ao eu, então, se quiser permanecer sobre o cavalo, conduzi-lo aonde este queira ir. Para manter seu semblante de domínio sobre a besta, o eu frequentemente traveste a vontade do *isso* como se fosse a sua própria (FREUD, 1923/1991, p. 27). A questão se complexifica e agrava quando o cavaleiro contraria ou tenta coartar o pujante e arisco animal.

Pulsionado pelo isso, coagido pelo supereu, repellido pela realidade, o eu luta para dominar sua tarefa econômica, por estabelecer a harmonia entre as forças e influxos que atuam dentre dele e sobre ele. Compreendemos porque tantas vezes resulta impossível sufocar a exclamação: “A vida não é fácil!” (Ibid. 1933/1991, p. 73).

Vassalo de três poderosos senhores, o eu faz malabarismos na tentativa de conciliar exigências caprichosas e contraditórias. A evidenciação de sua castração, de seus limites, de sua quebradiça impotência é reiterada e cotidiana. Angústia nossa de cada dia.

O supereu não alivia: “o rigoroso supereu observa cada um de seus passos, impõe determinadas normas de conduta sem atender às dificuldades que possa encontrar da parte do isso, do mundo exterior; e, em caso de inobservância, o castiga com sentimentos de tensão da inferioridade e da consciência de culpa” (Ibid. 1933/1991, p. 73). Cada passo, cada suspiro, cada pensamento é perscrutado por esse olhar vidrado julgador. Ao panoptismo superegóico nada escapa. Por sua imersão e ligação especial com o isso, os impulsos mais pervertidos e cruéis já são entrevistados *in status nascendi*, crus, ao arrepio do eu. Sem véu, sem antepara, ao supereu está tudo a céu aberto. O mero fantasiar, devanear ou pensar já é alvo de crítica e punição tal como se o ato já tivesse de fato se consumado. Já no despontar da *crimideia orwelliana*, portanto, pode-se estar certo que uma implacável pena se seguirá. Desse modo, propusemos em outro lugar estender a imersão do supereu no isso no gráfico freudiano supracitado (ALBERTI; SANTOS; BETEILLE, 2019):

Figura 7 – Representação gráfica mergulho do supereu no isso



Esse mergulho do supereu no isso ultrapassa muito a superfície da consciência. Hipervigil às moções pulsionais que afluem, o supereu puncciona com a culpa quando o eu não se equipara às exigências ideais. Isso tudo a nível inconsciente. Em *Totem e Tabu*, Freud sustenta que dificilmente seria possível compreender a consciência de culpa dos neuróticos se se pretende reconduzi-la a atos de fato cometidos. “Não encontramos feitos, mas somente impulsos, moções de sentimento que pediam o mal, mas foram coartados em sua execução” (FREUD, 1913/1991, p. 160). Coartação do ato, o sujeito, na imensa maioria das vezes, resigna-se com o mero fantasiar, com o sonhar: “o virtuoso se contenta com sonhar o que o malvado faz realmente” (Ibid., 1900/1991, p. 607).

Na base da consciência de culpa dos neuróticos não há mais que a realidade psíquica, e não a fática. Um neurótico obsessivo, por exemplo, pode estar oprimido por uma consciência de culpa tão causticante, digna de um violento assassino, apesar de desde sua infância se mostrar como o mais atencioso e escrupuloso sujeito com os seus próximos. Sua culpa baseia-se em intensos e frequentes desejos de morte inconscientes dirigidos a esses mesmos próximos tão bem tratados pelo ilibado e cortês obsessivo. Trata-se de um *crimideoso* dos mais vis.

O lancinante olhar superegógico, ao adentrar nas entranhas do isso e nos recônditos do inconsciente, se depara com o que há de mais abjeto e horrorífico para o eu. Vale lembrar que a vida anímica das crianças, com todas as suas particularidades (seu egoísmo, sua escolha incestuosa de objeto amoroso, sua crueldade etc) ainda persiste no inconsciente. A despeito de todo desenvolvimento posterior no adulto, nenhuma das formações anímicas infantis perece. Todos os desejos, moções pulsionais, modos de reagir e atitudes da criança persistem no adulto e, em circunstâncias apropriadas, podem uma vez mais emergir. Elas não sucumbiram, apenas situam-se sob capas que se lhe superpuseram.

A “imoralidade” e a “horrenda maldade” que os sonhos desvelam são, para Freud, simplesmente o inicial, o primitivo, o infantil da vida anímica. Uma vez que o sonho regressa a esse estágio, parece que o “maligno” em nós foi alçado à luz. “A crueldade é coisa inteiramente natural no caráter infantil” (Ibid., 1905a/1991, p.175). A capacidade de compadecer-se, a compaixão que deteria a pulsão de apoderamento, o sadismo, diante a dor do outro desenvolve-se somente tardiamente. A origem narcísica da compaixão, segundo Freud (1918[1914]/1991, p. 81), é atestada pela própria palavra: em alemão, *Mitleid* traduz-se literalmente “sofrimento com”. Da mesma forma, também em português (compaixão), inglês (*compassion*), espanhol (*compasión*), italiano (*compassione*) e francês (*compassion*) podemos

desdobrar o vocábulo em “paixão com”. Se não posso me identificar com quem sofre, não me compadeço, por mais brutal que isso possa parecer. Portanto, o refreamento da agressividade pela compaixão só se dá quando o sujeito é tocado em seu narcisismo, quando o golpe desferido sobre o outro é sentido também em si mesmo de alguma forma.

As “moções malignas” dos sonhos nos desvelam os primórdios de nosso desenvolvimento ético. Em *A Interpretação dos Sonhos*, Freud afirma que criança é absolutamente egoísta, sente suas necessidades intensamente e lutam de maneira impiedosa para satisfazê-las; especialmente contra seus rivais, outras crianças, em especial contra seus irmãos. Ainda não munido do conceito de supereu, Freud nesse texto fala de um eu secundário que se *super*-põe a um eu primário inibindo-o. Esse eu superposto não está dado, precisa ser desenvolvido:

[...] podemos esperar, com efeito, que, mesmo na infância, despertem no pequeno egoísta as moções altruístas e a moral, e que, para dizê-lo com Meynert, um eu secundário se superponha ao primário e o iniba. É verdade que a moralidade não surge simultaneamente em todo o processo e que a duração do período da infância em que falta a moral também varia nos indivíduos. Onde esta moralidade não se desenvolve, falamos sem hesitar de “degeneração”; manifestamente se trata de uma inibição do desenvolvimento. Onde o caráter primário já está recoberto pelo desenvolvimento posterior, ele pode ainda ser entrevisto, pelo menos parcialmente, na patologia da histeria. E precisamente é chamativa a coincidência do denominado caráter histérico com o de uma criança levada. A neurose obsessiva, ao contrário, corresponde a uma hipermoralidade, como carga de reforço imposta ao caráter primário que de novo se agita (Ibid, 1900/1991, p. 260-261).

Para que algo se *de*-genere, é preciso, logicamente, que esse algo já tenha sido gerado. Esse não é o caso da moralidade para Freud, esta instalar-se-ia *só depois*. O que se observa de saída é esse caráter primário, essa criança levada, indócil, arteira que não cessa de se agitar sob essa crosta que se lhe superpõe tentando abafá-la de alguma forma. A afetividade da criança é impulsiva, volúvel e excitável. Facilmente inflamável, há nela uma intensificação extrema e desmedida das moções afetivas que passam facilmente aos extremos. Essas moções afetivas, cabe reiterar, não se limitam a esse período inicial da vida do sujeito, elas podem ser reencontradas no inconsciente do adulto, em especial na sua vida onírica, via régia para o inconsciente. Um germe de antipatia pode transformar-se em ódio selvagem, “uma pequena

raiva do dia se expressa como desejo de morte contra a pessoa culpável, ou uma leve tentação se converte na ação criminal figurada no sonho” (Ibid., 1921/1991, p. 74-75). Tal disposição à agressividade leva facilmente ao assassinato daquele que se interpõe no caminho da busca da satisfação:

Sempre que alguém, no decurso da vida, se interpõe no caminho de uma pessoa (e como é frequente isso acontecer, face à complexidade dos relacionamentos de uma pessoa), de imediato está o sonho disposto a matá-lo, quer se trate do pai, da mãe, de um irmão, do cônjuge, etc. (Ibid., 1916c/1991 p. 186).

Essa agressividade assassina surpreende o próprio Freud: “Nos assombrou muitíssimo essa perversidade da natureza humana, e certamente não nos inclinávamos a aceitar sem ressalvas a exatidão deste resultado da interpretação do sonho” (idem). Ele remonta à origem desses desejos de eliminação no passado, período em que esse egoísmo e essas moções de desejo, dirigidos até mesmo contra os parentes mais próximos (pais, irmãos, tios etc), nada tinham de surpreendentes ou escabrosos. É a criança, justamente nos seus primeiros anos, que demonstra tal egoísmo assassino. Salvador Dali, em seu quadro *O perverso-polimorfo de Freud* de 1939, condensa magistralmente o “angelical” e o “bestial” na criança:

Figura 8 – *O perverso-polimorfo de Freud* de Dali



Como vimos, a besta e o anjo podem conviver lado a lado no inconsciente sem se influenciarem, sem conflitarem. Só depois, com o afã egóico por união, coerência e perfeição, *isso* se tornará uma séria questão. Em nossas moções inconscientes eliminamos, dia após dia e hora após hora, todos os que nos estorvam o caminho. Damos um “fim” a todos que nos ofenderam ou nos prejudicaram. O “Que o diabo lhe carregue” ou o “Vai para o inferno” que

lançamos sarcasticamente é, para nosso inconsciente, um sério e poderoso desejo de morte. Freud diz mais: “nosso inconsciente mata inclusive por ninharias, como a velha legislação ateniense de Draco que não conhece outro castigo para os crimes que não a morte” (Ibid., 1915b/1991, p. 298). Somos todos Draco. Nesse sentido, a tirânica personagem Rainha de Copas, do conto *Alice no País das Maravilhas*, também é emblemática. Diante de qualquer contratempo, por mais banal que fosse, perpetrado por quem quer que seja, ela vociferava: *Cortem-lhe a cabeça!*. Da mesma forma, “toda ofensa desferida contra o nosso onipotente e despótico eu é, no fundo, um *crimen laesae majestatis*” (idem). Pena de morte aos que se contrapõem ao Altíssimo eu! Toda fonte de desprazer deve ser eliminada:

O eu odeia, abomina e persegue com fins destrutivos todos os objetos que se constituem para ele fonte de sensações desprazerosas, indiferentemente se lhe signifiquem uma frustração da satisfação sexual ou da satisfação de necessidades de conservação. E ainda se pode afirmar que os genuínos modelos da relação de ódio não provém da vida sexual, senão da luta do eu por conservar-se e afirmar-se (FREUD, 1915a/1991., p.132).

A majestade egóica ultrajada despeja agressividade em tudo o que lhe contraria. Contudo, toda essa selvageria dificilmente se translada em atos na neurose, muito pelo contrário. “Mas o neurótico está sobretudo inibido no seu atuar, o pensamento é para ele o substituto pleno da ação” (Ibid., 1913/1991, p. 162). Coibido, inibido, coartado, o neurótico fica restrito ao fantasiar, ao sonhar. Essa fúria borbulhante sufocada, no entanto, não passa incólume ao panoptismo superegóico que tudo vê e tudo sabe. Esse truculento agente tem pleno acesso aos bastidores, latrinas e bordéis do psiquismo que o eu tanto se esforça em ocultar. Pouco importa a sua inibição; os lampejos de pensamentos, as meras intenções, os fugazes anseios serão punidos exemplarmente, mesmo que nem de longe se transladem em atos.

O paradoxo do Supereu, na leitura de Didier-Weill (1997), consiste em encarnar o fato de que “o olho ouve”, e que “o olho fala”, excetuando o fato de que ele não ouve como o faz o ouvido e nem tampouco fala como o faz a boca. Olhar e voz imiscuem-se engendrando uma inquietante expectância de punição: “a autocrítica da consciência moral coincide no fundo com essa observação de si sobre a qual se edifica” (FREUD, 1914/1991, p. 93). Essa auto-observação, essa auto-crítica revelam um movimento de dobradura sobre si mesmo. *Super-*põem-se um olhar e uma voz *sobre-eu*, *super-eu*. Ao voltar-se para (ou contra) si, evidencia-se

que o eu pode ser tratado como um objeto por si mesmo. “O eu pode tomar-se a si mesmo por objeto, tratar-se como a outros objetos, observar-se, criticar-se e Deus sabe quantas outras coisas poderá empreender consigo mesmo. Para isso, uma parte do eu se contrapõe ao resto” (FREUD, 1933/1991, p. 54). Deus sabe que se pode fazer o diabo consigo mesmo.

O filme *How to Get Ahead in Advertising* (1989) encena com um humor negro e insólito o antagonismo de um “eu” contra um outro “eu”. Escrito e dirigido por Bruce Robinson e estrelado por Richard Grant, o título em si já contém um equívoco/*spoiler* que infelizmente perde todo o sentido quando traduzido. *How to Get Ahead in Advertising* pode ser escandido em *How to Get A-head in Advertising*, vejamos porque.

No glamoroso mundo da publicidade inglesa, Dennis Bagley é considerado um grande gênio da propaganda e vive uma vida de riqueza, luxo e ostentação. Ele, contudo, tem uma crise de consciência cada vez mais aguda em função dos meios torpes de manipulação que as propagandas lançam mão para vender e ganhar mais e mais. Desiludido com o consumismo desenfreado e a superficialidade das relações, ele está determinado a abandonar a sua carreira e esse modo de vida. Em meio a essa crise de consciência e da pressão para apresentar uma campanha publicitária de um creme contra espinhas, essa já com prazo estourado, um doloroso furúnculo em seu pescoço começa a crescer cada vez mais. Desse abscesso purulento nasce uma cabeça medonha. Uma cabeça medonha falante que encarna tudo aquilo que Bagley passou a condenar e a odiar em si mesmo. Cínica e inescrupulosa, a cabeça passa a criticar todas as atitudes do seu hospedeiro de uma forma ácida e o pressiona a curvar-se às suas vontades. O furúnculo não cessa de vociferar ao pé de seu ouvido.

Figura 9 – Cena de *How to Get Ahead in Advertising*



Diante desse insuportável, Bagley decide remover cirurgicamente esse bizarro *alter ego* para poder voltar a ter paz na sua vida. Mas momentos antes de ser levado para a sala de cirurgia, o furúnculo rapidamente infla e se transforma em uma réplica da cabeça de Bagley, apenas se diferenciando desta por ter um singelo bigode. A cabeça-sósia então toma as rédeas e passa a ditar as regras. A cabeça original oprimida nada faz senão regredir diante dessa ofensiva e no fim é ela que se reduz a ser apenas um pequeno abcesso. Submete-se a esse poder estranho, alheio, Outro. A cabeça-Bagley não resiste ao imperativo de gozo consumista da cabeça-furúnculo, não há lugar para seu desejo, não tem voz.

Esse excêntrico filme, a nosso ver, ao tocar na questão da cisão do eu, entra em ressonância com a versão de Molière do mito romano de Anfitrião. Essa versão é trabalhada por Lacan no Seminário *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Nesse capítulo da mitologia, Júpiter resolve gerar um filho que será um herói como nenhum outro para a salvação dos mortais. O Deus escolhe para ser a mãe desse filho (o famoso Hércules) Alcmena, descendente de Perseu e esposa de Anfitrião. Para atingir seu grandioso e inescrupuloso objetivo, Júpiter arquiteta um viperino plano. A peça de Molière começa por relatar que, sob as ordens de Júpiter, Mercúrio pede à Noite que atrase o nascimento do dia. Assim, Júpiter poderá prolongar seus prazeres com Alcmena. Sabedor da inamovível fidelidade da bela mortal, ele toma a aparência de seu marido que estava ausente comandando suas tropas para ludibriá-la. Júpiter determina ainda que Mercúrio tome os traços de Sósia, o fiel servo de Anfitrião, e monte guarda em frente à casa que será o ninho do amor adúltero.

O verdadeiro Sósia insolitamente depara-se consigo mesmo e é barrado por seu duplo que o impede veementemente de adentrar nos aposentos de Alcmena. Esse encontro bizarro faz despontar nele um profundo estranhamento e instila uma dúvida sobre sua própria identidade. Na peça de Molière, Sósia e Sósia passam então a entabular um inusitado diálogo. Chama a atenção de Lacan que no texto desse autor o personagem do Sósia apareça em primeiro plano, que adquira um protagonismo que não se observa em outras versões. Para Lacan, Sósia se equivaleria ao eu, ao “euzinho boa-praça, bonzinho, que nem vocês e eu, [...] sempre um pouco excisado de seu gozo” (LACAN, 1954-1955/2008, p. 331). Um eu que se curva sem tergiversar a um outro eu que se impõe sobre ele, que o submete, tal como a dialética hegeliana do mestre e do escravo.

Sósia/Mercúrio já de início constrange Sósia/Sósia, o coage pela força e coragem: “Tu triunfas por causa da vantagem que te dá sobre mim minha falta de coragem. Que pena! Eu sou

o que tu quiseres. Dispõe de minha sorte ao sabor te tuas vontades, teu braço te fez o mestre dela” (MOLIÈRE, 1667/1991, p.50-51), lamenta Sósia. Ele, portanto, curva-se a uma vontade Outra, estranha, por temor de se insurgir contra o “braço musculoso” que o oprime. Acovarda-se e se prostra como um escravo diante desse poderoso mestre que o fustiga. Sósia esmurra Sósia, faz dele um manso carneirinho que nada pode diante desse opulento lobo com caninos à mostra:

Este eu que fez de mim um carneirinho, este eu que quer ser o único eu, este eu de mim mesmo ciumento, este eu valente, cuja cólera ao eu covarde se fez conhecer, enfim este eu que “estou” em nossa casa¹³, este eu que se mostrou meu mestre, este eu que me cobriu de golpes (Ibid., p. 79).

Sósia golpeia-se com tanta virulência ao ponto de fazer que ele clame por piedade a si-mesmo: “Que pena! Bravo e generoso eu, modera-te, eu te suplico. Sósia, poupa um pouco Sósia, e não gosta tanto de bater em ti mesmo” (Ibid., p. 143). O eu açotado implora por clemência a esse carrasco que goza sadicamente em surrá-lo. Por que faz isso consigo mesmo? Por que regozija-se a cada golpe desferido?

No artigo “A extimidade do supereu e um sujeito melancolizado” (ALBERTI; SANTOS; BETEILLE, 2019), descrevemos o caso Suzanne que nos traz de uma forma patente, em seu discurso mesmo, essa autocisão e a dimensão da severidade com que a consciência moral, o supereu, castiga o eu. Suzanne diz: “tem um lado dentro de mim, um lado doente eu acho, emocional, doentio...” (sic). Esse lado doentio se volta contra o eu, não cessa de perscrutar e julgar, vigiar e punir. Para Lacan, é justamente sobre isso que a análise traz esclarecimentos: “em última instância sobre o que podemos chamar, no fundo do homem, de ódio de si, é o que se depreende da comédia antiga que traz o título de *Aquele-que-se-pune-a-si-mesmo*” (LACAN, 1959-1960/1988, p. 112). O eu se cinde, se desdobra e volta-se contra si

13- O eu não é senhor em sua própria casa, o senhor, de fato, é Outro: “Esse estrangeiro, como o personagem de Tartufo, é o verdadeiro possuidor da casa, e diz de bom grado ao eu: Cabe a você sair. Quando o sentimento de estranheza se manifesta em alguma parte, nunca é do lado do superego – é sempre o eu que não se reconhece mais, é o eu que entra no estado do tu, é o eu que se crê no estado de duplo, isto é, expulso de casa enquanto o tu continua sendo possuidor das coisas” (LACAN, 1955-1956/2008, p. 311). A estranheza, o desconcerto e o repúdio recaem sobre o eu, não há sequer questionamento dos mandamentos e impropérios emanados pelo supereu.

mesmo. Após auto-vasculhar-se e auto-aquilatar-se, pode passar a se odiar e a se esmurrar cruelmente sem dó.

O supereu na concepção freudiana é uma instância dotada de autonomia, que persegue seus próprios propósitos e que é independente do eu. Não só independe dele, como pode inclusive torná-lo seu vassalo. A hipertrofia patológica da melancolia evidencia a vinculação mórbida que essa instância pode ter com o eu. Para além de uma auto-observação com intuits introspectivos e reflexivos, um olhar vociferador devassa e fustiga o eu com uma fúria imisericordiosa que pode tornar sua existência insuportável e empurrá-lo à própria morte (FREUD, 1923/1991). Trata-se de “uma voz que nos faz tremer, de um olhar que não podemos evitar, humilhação (*die Ehrfurcht*) que não é apenas respeito, mas, acima de tudo, medo, temor, horror: todos os elementos que podem ser vinculados, em um único golpe, à rubrica do supereu” (DOLAR, 2001, p. 162).

O supereu, portanto, se reduziria a essa faceta medusante e persecutória? Propomos que não. Há uma outra dimensão da voz e do olhar que desempenham uma função fundamental na estruturação e sustentação do eu. Esse olhar *cria*-dor pode também ser um olhar *criador*, um olhar de amor que acalanta e ameniza o desamparo primordial. É sobre essa questão que nos debruçaremos a seguir.

3.2 - Em busca do Olhar/Amor

Quantas coisas cabem em um olhar! É tão expressivo, é como falar.

Clarice Lispector

Aparentemente autoevidente, natural, dado, o eu para se constituir (e se manter constituído, diga-se de passagem) exige uma série de operações psíquicas complexas. Responder *Quem sou eu?*, na verdade, não é tão simples assim. Não há uma instância egóica inata e adaptada na equipagem biológica do neonato humano: “Estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao eu não pode existir no indivíduo desde o começo; o eu tem de ser desenvolvido” (FREUD, 1914b/1991, p. 74). Forjar essa unidade exige trabalho. Unidade, vale dizer, sempre frágil, instável, nunca total e que não cessa de ser chacoalhada pelos solavancos do real.

De início há dispersão, desordem, desorganização. Lacan (1949/1991) ressalta o inacabamento anatômico do sistema piramidal do bebê, só depois essa estrutura se consolidará. Esse real biológico repercute no aparelho psíquico do *infans* mergulhando-o num total desamparo. Este sequer se sabe *Um*, se sabe *eu*. Retalhado pelas zonas erógenas e convulsionado pelas pulsões parciais que buscam satisfações de modo independente entre si, o que se observa é uma “Discórdia primordial” (Ibid., p. 100). Essa Discórdia primordial é traída, segundo Lacan, pelos sinais de mal-estar e falta de coordenação motora do bebê. Seus gritos e esperneios descoordenados *ex*-pressam essa tensão crescente.

O estágio do espelho precipita essa insuficiência em uma antecipação, essa discórdia primordial em algum esboço de concórdia. De uma imagem despedaçada do corpo translada-se para uma totalidade ortopédica, para uma armadura que serve como um continente, como uma colagem a *isso* que tende a se esgarçar. Essa *gestalt* totalizante vela o real da dispersão pulsional. Antes do estágio do espelho, aquilo que será *i(a)*, o eu-ideal, encontra-se na desordem dos pequenos *a*. “Esse é o verdadeiro sentido, o sentido mais profundo a ser dado ao termo ‘autoerotismo’ — ou sentir falta de si, se assim posso dizer, de uma ponta à outra”. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 132). A imagem totalizante faz frente à dispersão das pulsões sem pé nem cabeça. Essa anarquia primeva, sem eira nem beira, *con-forma-se*, de certa maneira, à unidade propiciada pela assunção da imagem especular. “As pulsões autoeróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo

– uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo” (FREUD, 1914b/1991, p. 74). Essa nova ação psíquica crucial para o narcisismo é justamente o objeto da teorização lacaniana sobre o estágio de espelho.

Não basta, contudo, que a criança se defronte com o reflexo de seu próprio contorno para que o júbilo oriundo da assunção de uma imagem totalizante de si deflagre-se. É preciso algo para além do espelho. Faz-se indispensável o assentimento e a ratificação do Outro primordial que a suporta, um dizer, uma *Bejahung*, escreve Freud em 1925. Um dizer que se diz com o olhar, tal como aponta Clarice Lispector na supracitada epígrafe:

Ou seja, a criança se volta, como observei, para aquele que a segura e que está atrás dela. Se nos esforçarmos por assumir o conteúdo da experiência da criança e por reconstituir o sentido desse momento, diremos que, através desse movimento de virada da cabeça, que se volta para o adulto, como que para *invocar seu assentimento*, e depois retorna à imagem, ela parece pedir a quem a carrega, e que representa aqui o grande Outro, *que ratifique o valor dessa imagem* (LACAN, 1962-1963/2005, p. 41, grifos nossos).

Ao contemplar a si mesmo de forma invertida no espelho, o *infans* volta o seu olhar ao Outro em busca de confirmação. O pequenino ser em suspenso anseia pela ratificação da sua identidade com essa imagem *ex-cêntrica*. Para Lacan, o que se manipula no triunfo da assunção da imagem do corpo no espelho é o “mais evanescente dos objetos, que só aparece à margem: a troca dos olhares, manifesta na medida em que a criança se volta para aquele que de algum modo a assiste, nem que seja apenas por assistir a sua brincadeira”(Ibid., 1966/1998, p. 74). O olhar, como objeto *a*, com toda a sua evanescência e inapreensibilidade, está em jogo aqui. É nesse entrecruzamento de olhares que a imagem especular é validada e assumida pelo *infans*.

Vale destacar que outra substância episódica do objeto *a* também está presente nessa operação: a voz. A singela escrita de Roland Barthes demonstra bem como a voz e o olhar do Outro imiscuem-se e são fundamentais para a constituição da imagem e do sentimento de si mesmo: “a mãe gratificante me mostra o espelho, a Imagem, e me fala: ‘é você’. Mas a mãe muda não me diz o que sou: não tenho mais base, flutuo dolorosamente, sem existência” (BARTHES, 1977, p. 151). Imagem e significante enlaçam-se fazendo *Um* com aquilo que antes era disperso, assim o sujeito en-corpa. Diante da ausência do olhar e da mudez do Outro, se é incapaz de dizer “*eu sou*”, pois não recebe esse “*é você*”, esse “*tu és*” indispensável à estruturação da existência: “O primeiro espelho da criatura humana é o rosto da mãe: a sua

expressão, o seu olhar, a sua voz. É como se o bebê pensasse: olho e sou visto, logo, existo” (WINNICOTT, 1967/1975, p. 103).

Nesse ponto convergem Winnicott e Lacan. O grande Outro primordial tem papel fundamental e estrutural na constituição do eu. Com a ratificação do valor da imagem especular pelo Outro, enodam-se os três registros: o real pulsional, o simbólico do significante e o imaginário da imagem especular. A voz e o olhar parental, portanto, fundam o narcisismo do sujeito. Não só o fundam, como também podem elevá-lo a um estatuto de realeza intocável: *His Majesty the Baby*.

Os pais, segundo Freud (1914/1991), são tomados por uma compulsão a atribuir à criança todas as maravilhas e perfeições. Ou seja, constroem um “eu” para ele, já que o eu é o véu que tapa as falhas, tapa furos. Tendem a ocultar e a esquecer todos os seus defeitos e falhas. As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para eles. Ela não deveria estar sujeita às mesmas obrigações e penúrias com as quais eles tiveram que se deparar. Doenças, morte, renúncia, restrição da vontade não devem vigorar para o pequeno prodígio. As leis da natureza, assim como as da sociedade, devem ser revogadas. A criança torna-se, desse modo, centro e âmago da Criação. “O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais revivido, que na sua transformação em amor objetal revela inequivocadamente a sua natureza de outrora” (FREUD, 1914/1991, p. 88). O idílico e saudoso narcisismo parental é, portanto, revivido através da sua cria. Outrora destronados, agora coroam e adulam o recém-chegado.

Entretanto, esse novo reinado dourado, fatalmente, também está fadado à ruína. Não há como sustentar esse paraíso narcísico livre de sofrimentos por muito tempo. Mesmo esforçando-se ao máximo, os pais não dariam conta de todas as caprichosas exigências de Vossa Majestade, muito menos conseguiriam poupá-la dos duros e dolorosos golpes do mundo. Simplesmente não é possível estar 24 horas por dia, 7 dias na semana e 365 dias do ano à total disposição da criança. O Outro se ausentará, faltará e o frustrará. Isso transtorna o pequenino mimado:

É a mãe que vai e que vem. É por eu ser um serzinho já tomado pelo simbólico, e por haver aprendido a simbolizar, que podem dizer que ela vai e que ela vem. Em outras palavras, eu a sinto ou não a sinto, o mundo varia com sua chegada e pode desaparecer. A pergunta é: qual é

o significado? O que quer essa mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer (LACAN, 1957-1958/1999, p. 180-181).

Triste constatação: eu não basto para o Outro. “Cadê mamãe?”; “Está onde? Com quem?”. Traição imperdoável, uma verdadeira humilhação narcísica. A criança se dá conta que não detém a exclusividade absoluta e incondicional do desejo materno. As idas e vindas da mãe que se dão à revelia da vontade da criança e criam um enigma para ela. Ao mesmo tempo, a percepção dessa autonomia desencadeia um reencontro com o desamparo, pois é desse Outro que eu não possuo o controle, que eu não detenho o monopólio do seu desejo que eu dependo fundamentalmente.

Como vimos, a estrutura da onipotência na verdade não está no sujeito, mas na mãe, no Outro primordial: “É o Outro quem é todo-poderoso” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 171). A criança se vê assujeitada aos caprichos desse Outro que vai e vem arbitrariamente, que já não responde pronta e imediatamente aos seus apelos. “*Mamãe foi para a roça e papai foi trabalhar*”, diz a canção de ninar infantil, e agora? “*A Cuca vai pegar*”, puro desamparo. Diante do perigo e da solidão, o Outro não responde e de nada adianta gritar nem espernear. O apelo angustiado de Jesus à beira da morte a seu Pai é paradigmático. Supliciado e pregado na cruz, no auge de seu desespero, ele apela em vão a Deus-Pai: “Cerca da hora nona, bradou Jesus em alta voz, dizendo: *Eli, Eli, lamá sabactani*; isto é, Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (MATEUS 27:46, grifo nosso). Experiência de solidão radical, silêncio lancinante.

Há um desencontro fundamental. Quando é demandada a sua presença, o Outro se ausenta. Por outro lado, quando a sua presença é excessiva, a ponto de asfixiar o sujeito, ali permanece oprimindo, sem deixar espaço, a *falta* falta. Em ambos os casos, na solidão e no sufocamento, advém a angústia. O Outro não obedece ao ritmo imposto de um *Fort-da*, não é a criança que determina o seu ir e vir. Os “parceiros” parecem não mais dançar a mesma música, fora de ritmo. Pés são pisados, encontrões e esbarrões arruínam a harmônica coreografia. Perto demais ou longe demais, muito rápido ou muito devagar. Um descompasso incontornável se faz sentir.

Os olhares não vibram mais em uníssono. A ausência da reciprocidade dos olhares desancora um ponto de apoio fundamental para o narcisismo. *Sua Majestade o Bebê*,

destronado, fica à deriva. Ao invés da sonora gargalhada do júbilo e do aconchego do Outro, há o silêncio da sideração e o frio da solidão. Freud elenca uma sequência de desencontros e desenganos que colocam em questão não somente a exclusividade, mas também a própria existência do amor do Outro pela criança.

As explorações sexuais infantis, às quais o seu desenvolvimento físico impõe limites, não conduzem a nenhuma conclusão satisfatória; daí as queixas posteriores, tais como ‘Não consigo realizar nada; não tenho sucesso em nada’. O terno vínculo estabelecido, quase sempre com o progenitor do sexo oposto sucumbe ao desengano, à vã espera de uma satisfação; o ciúme pelo nascimento de um irmãozinho, prova inequívoca da infidelidade do amado ou da amada; sua própria tentativa de fazer um bebê, empreendida com uma seriedade trágica, fracassa vergonhosamente; a perda da ternura dispensada à criança, a crescente exigência da educação, palavras sérias e um ocasional castigo acabam por revelar-lhe toda a extensão do desdém que lhe reservavam. Assim chega a seu fim o amor típico da infância (FREUD, 1920/1991, p 20-21).

Que amor típico da infância seria esse? Seria esse amor centrípeto no qual tudo e todos giram em torno do bebê perfeito. *His Majesty the Baby* reina absoluto. De início haveria um suposto amor incondicional do Outro que não lhe exige absolutamente nada em retribuição. É o amor dos pais que Freud, como vimos, qualifica de comovente e no fundo tão infantil, pois se trata, na verdade, da revivência de seus próprios narcisismos de outrora. Desse modo, os aplausos são garantidos, até mesmo nos momentos mais escatológicos. Um belo exemplo dessa adoração gratuita seria quando a criancinha evacua em seu *troninho* (significante bastante revelador por sinal). Diante dessa grande “proeza”, todos ao seu redor a ovacionam inebriados pelo aroma amadeirado exalado. Contudo, como já dito, isso não se sustenta por muito tempo. Essa existência que só conhece direitos e não deveres, livre de dores e desditos (*Versagen*) topará inevitavelmente com a dureza do real. O Outro, cedo ou tarde, não responderá, faltará, trairá, enganará e até mesmo castigará. Não se pode permanecer bebezinho para sempre (por mais que se anseie isso). Palmadas doloridas e estridentes serão desferidas no cândido bumbum real de *Vossa Majestade*, a sua derrocada é inevitável.

O excelso bebê tomba do alto de sua Torre de Marfim, é assim humilhado. Humilhação e humildade, vale destacar, têm a mesma raiz etimológica. Ambas derivam do latim *húmus* que

significa *terra fértil*. O narcisismo inflado da criança, nas alturas, é então aterrado, chafurda no lamaçal dos castrados. “Freud frisa bem: para a criança que se crê alguém na família, um único sopapo basta, muitas vezes, para precipitá-la do alto de sua onipotência” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 250). A perda do amor e o fracasso experienciados, segundo Freud (1920/1991), deixam como seqüela um dano permanente à autoconsideração, incrusta uma cicatriz narcísica que contribui, mais do que qualquer outra coisa, para o frequente sentimento de inferioridade dos neuróticos.

A infância, portanto, diferente do que propala o senso comum, é um período da vida repleto de sofrimentos e angústia. Cada crise exigirá do pequeno sujeito uma resposta, um posicionamento. Essas “crises” são elencadas e destrinchadas por Lacan (1938/2003) sendo por ele denominadas de complexos. Complexo de desmame, complexo de intrusão e o próprio complexo de Édipo impõe-se vigorosamente sulcando marcas indeléveis na subjetividade. Abrem feridas narcísicas que podem permanecer em carne viva por toda uma vida.

Cabe ressaltar, contudo, que não basta que o Outro esteja presente para que se tenha a certeza de seu amor. Embora inicialmente a perda de percepção se equipare à perda do objeto, a experiência ensina que o objeto pode estar presente, mas descontente com a criança. O Outro pode estar ali, mas a odiando, na iminência de aplicar-lhe uma punição. A criança, por exemplo, pode pedir o peito à mãe, mas ao invés disso receber dela uma palmada sem justificativa alguma. Ou ainda a mãe pode estar ali, presente, mas ignorando-a cabalmente, sendo-lhe totalmente indiferente. Para além da mera presença ou ausência física, a ameaça da perda de amor se complexifica e configura-se então como “uma nova condição de angústia mais permanente” (FREUD, 1926/1991, p. 159). O espelho do olhar do Outro torna-se fosco, opaco. Translada-se então do júbilo para a angústia, não é possível discernir mais a minha imagem, quem eu sou. Não sei se sou digno de amor ou alvo de ódio, admirado ou execrado por esse Outro que me é fundamental. Enigma insondável.

Lacan propõe um apólogo quase kafkiano para tratar dessa questão. Ele convida que o imaginemos dentro de um recinto fechado, sem escapatória possível, a sós com uma louva-a-deus gigante de três metros de altura. Lacan, com apenas 1,75 de altura, está vestido com uma máscara que não sabe qual é, pois não consegue vê-la refletida no opaco olhar desse estranho ser à sua frente: “não via minha própria imagem no espelho enigmático do globo ocular do inseto” (LACAN, 1962-1963, p. 14). Aí desponta a angústia. “Não sei o que sou como objeto para o Outro” (Ibid, p. 39). Na angústia, o eu dissolve-se sem o suporte identificatório da voz e

olhar do Outro. Não sei o que sou e nem sei o que o Outro quer de mim. A “angústia nada mais é que o sinal da perda, para o eu, de toda referência possível” (Ibid., 1961-1962, p. 291).

Esse onipotente e enigmático Outro detém poderes absolutos de vida e de morte. Pode fazer virtualmente o que quiser de mim, até mesmo me jogar no lixo ou pela janela¹⁴ Posicionado como objeto, estou submetido aos seus caprichos, pois minha sobrevivência está literalmente em suas mãos. Como vimos, uma vez que “tudo depende do Outro, a solução é ter um Outro só para si. É isso que se chama amor” (LACAN, 1957-58/1999: 138). Angariar o amor do Outro é então a solução. Solução fundamental diz Lacan, aquela que todos os seres humanos buscam desde o princípio de suas vidas até o final de suas existências. É nessa posição de fazer-se e mostrar-se amável para o Outro que o sujeito então se fia, se fixa. Mas o que eu preciso ser, ter ou fazer para que o Outro me ame? Questão fundamental.

A criança desperta de seu transe narcísico primordial asfixiada com a angústia decorrente da percepção de seu completo desamparo. Ela ama primeiro somente a si mesma, só depois dos solavancos do real, da ausência da resposta do Outro, que ela se dá conta que o mundo não gira em torno do seu umbigo, muito pelo contrário. Para ser amada, para ter suas demandas atendidas, vai ter que *correr atrás*¹⁵. É imprescindível entrar na órbita do desejo do Outro, aparecer no seu radar, recapturar o seu olhar de amor perdido que vai e vem caprichosamente. A criança terá que se esforçar, que sacrificar algo do seu eu àqueles que vierem a ocupar esse lugar de Grande Outro para tentar conquistar o seu condicional e exigente amor.

O mesmo pai (a instância parental) que deu vida à criança e o preservou dos perigos lhe ensinou também o que podia fazer e o que devia deixar de fazer, lhe ordenou consentir a determinadas limitações de seus desejos pulsionais, o fez saber que respeito deveria ter com seus pais e irmãos se quisesse tornar-se um membro tolerado e benquisto do círculo familiar e, posteriormente, de associações mais amplas. Mediante um

14 - Tal ocorrência lamentavelmente não é rara. Um caso que causou extrema comoção nacional foi a morte de Isabella de Oliveira Nardoni, de apenas cinco anos de idade, jogada do sexto andar do Edifício London, em São Paulo, na noite de 29 de março de 2008.

15 - Em *Introdução ao narcisismo*, Freud assevera que “a observação do adulto normal mostra amortecido o delírio de grandeza que uma vez teve” (1914, p. 90), sucessivas sacudidas apequenam a sua arrogância, termina por calçar as *sandálias da humildade*.

sistema de prêmios de amor e de castigos, se educa a criança no sentido de conhecer seus deveres sociais, se lhe ensina que *sua segurança na vida depende de que seus progenitores, e depois os outros, o amem e possam crer em seu amor para com eles* (FREUD, 1933[1932]c /1991, p. 151, grifo nosso).

Freud ressalta que mesmo as pessoas que parecem ser amadas desde o princípio, só o são por fazerem falta à criança, por lhe serem indispensáveis. Tais pessoas são amadas porque a sobrevivência física e psíquica da criança depende delas. Para a psicanálise, não há um amor inato aos pais ou à família: “a criança *aprende* a amar outras pessoas que remédiam o seu desamparo e satisfazem as suas necessidades” (FREUD, 1905/1991, p. 203, grifo nosso). Apesar da capa altruísta e idílica, trata-se de um amor aprendido a duras penas que tem como mola uma motivação ainda eminentemente egoísta na verdade: “De fato, a criança aprendeu a amar no egoísmo” (FREUD, 1916c/1991, p. 186). Amor é demanda de amor, quem ama quer ser amado, enfatiza Lacan.

A criança é protegida contra os perigos que a ameaçam pela solicitude dos pais, ou de quem ocupe esse lugar do Outro para ela. Contudo, o preço a ser pago por essa proteção é alto. A criança paga com a pungente “angústia diante da perda de amor” (Ibid., 1940[1938], p. 201). Essa perda de amor, vale ressaltar, a deixaria inerte não só face aos perigos do mundo, como também a exporia ao enorme risco de punição; ao perigo que esse “ser hiperpotente lhe mostre sua superioridade na forma de castigo” (Ibid., 1930, p. 120). Hiperpotência de um lado, impotência do outro; uma assimetria de forças fundamental se estabelece, “é essencial domesticar os deuses na armadilha do desejo e não despertar a angústia (LACAN, 1962-1963/2005, p.303).

A onipotência do Outro, ou o seu poder potencial, segundo Quinet (2009b, p. 43), é relativo à demanda de um sujeito dirigido a um Outro que tem como responder, que tem para dar. Como esse Outro tem *bala na agulha*, é ele que dita as regras. É justamente pelo fato da onipotência estar do lado do Outro, enquanto Outro que tem, que o sujeito aí instala a sua demanda. Torna-se um demandante, um mendicante. Mendiga amor, pois, como já vimos, toda demanda é demanda de amor. Assim é *A-sujeitado*.

Perder o amor do Outro equivale a um novo e angustiante mergulho no desamparo. Essa subtração se traduziria não somente no perigo do pequeno sujeito ser abandonado à própria

sorte, como também deste se perceber sem nenhuma defesa contra a fúria desse Outro, que não o ama, que poderá abater-se sobre ele cruamente. “Junto às injunções da vida, é o amor o grande pedagogo; o homem em formação é *movido pelo amor* daqueles que lhes são mais próximos a considerar os mandamentos injuntivos e a se poupar dos castigos pela sua transgressão” (FREUD, 1916a/1991, p. 319). A pedagogia da ameaça da perda do amor, portanto, força o sujeito a curvar-se às prescrições alheias, àquilo que o Outro ditar. Ele passará a buscar avidamente pistas, signos daquilo que cativaria o olhar de amor desse Outro:

Este olhar do Outro devemos concebê-lo como sendo interiorizado por um signo. Isso basta. *Ein einziger Zug*. Não há necessidade de todo um campo de organização e de uma introjeção maciça. Este ponto, grande I, do traço único, este signo do assentimento do Outro, da escolha de amor sobre a qual o sujeito pode operar, está ali em algum lugar e se regula na continuação do jogo do espelho (LACAN, 1960-1961/2010, p. 344, grifo nosso).

Ein einziger Zug, traço unário, signo do assentimento, signo do caloroso olhar de amor do Outro que entronizará o que será o ideal para o sujeito, o seu ideal do eu. Por isso Lacan o grafa I(A), ideal do grande Outro (*Autre* em francês). Esse ideal Outro introjetar-se-á e ditará a conduta a ser seguida desde “dentro”. Há, segundo Freud, um “deslocamento da libido para um *ideal do eu imposto de fora*; a satisfação se obtém mediante o cumprimento desse ideal” (FREUD, 1914/1991, p. 96, grifo nosso). Isso que era estranho, estrangeiro, Outro, entranhar-se-á moebianamente e passará a vetorizar o sujeito em sua busca por (re)capturar o olhar de amor perdido. O pequeno sujeito se esforçará em ajustar o seu ser aos mandamentos e prescrições que se lhe impõem para reaver sua majestade perdida no desejo do Outro.

$$S_1 = I(A) \rightarrow i(a)$$

O ideal do eu é a insígnia do Outro que situa o eu ideal para o sujeito, $i(a)$, como aquele objeto imaginário, amado pelo Outro, com o qual o sujeito se identifica (QUINET, 2009a, p. 205). Freud reitera diversas vezes em sua obra: o sujeito é incapaz de renunciar à satisfação de que outrora gozou¹⁶. Ele reluta em se privar da perfeição narcísica de sua infância e irá

¹⁶ - Em *Escritores criativos e devaneio*, por exemplo, Freud contundentemente afirma que aqueles que conhecem a vida anímica do homem sabem que não existe coisa mais difícil para ele do que renunciar a um prazer que já desfrutou: “Na verdade, não podemos renunciar a nada; apenas trocamos uma coisa por outra; o

febrilmente em busca dessa perfeição novamente via ideal: “O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, na qual ele era seu próprio ideal” (FREUD, 1914/1991, p. 91). Ser o seu próprio ideal novamente, convergir eu-ideal e ideal do eu, é esse eclipse narcísico banhado de gozo que será arduamente buscado.

Freud indica, com efeito, na *Introdução ao Narcisismo*, que se trata do artifício mediante o qual o sujeito mantém seu ideal [...] de onipotência. No texto inaugural de Freud, sobretudo se o lermos, isso vem, passa e esclarece, naquele momento. Mas, como o pensamento de Freud avançou a partir dali, e complexificou um pouco seriamente esta primeira diferenciação, há uma definição distinta, a de um ideal do eu que serviria para restituir ao sujeito os benefícios do amor. Freud explica que o ideal do eu é aquilo que, sendo em si mesmo originado nas primeiras lesões do narcisismo, volta a tornar-se aprisionado por ser introjetado (LACAN, 1960-1961/2010, p. 328, grifos nossos).

Essas primeiras lesões do narcisismo engendram uma fenda entre o eu-ideal e o ideal do eu. Introduce uma distância entre o que se é e o que se deveria ser para ser um ser digno do amor do Outro, com o perdão da aliteração. A autoestima, portanto, desde o início, é, na verdade, uma *heteroestima*, pois depende de um referendo Outro para validar-se. O ideal do eu impõe um *dever-outro-si mesmo*, um *eu a dever*, o *eu de amanhã*, o que introduz a dimensão temporal da castração e da falta (ELIA, 1992, p. 271). Essa dolorosa ferida narcísica aberta desassossega o sujeito e o impele a suturá-la. O eu de “hoje” (capenga, falho) deve tornar-se o eu de “amanhã” (maravilhoso, irretocável) para ser digno do caprichoso amor do Outro.

O ideal é a instância na qual o sujeito tenta acomodar o seu eu para receber uma *standing ovation* do Outro (QUINET, 2004, p. 118), anseia reestabelecer seu lugar de destaque, de perfeição. É o lugar de onde o sujeito aguarda um olhar de amor, o reconhecimento do seu valor, a admiração, aplausos. “Ser de novo, como na infância, seu próprio ideal, também em relação às aspirações sexuais: aí está a felicidade a qual aspiram os homens” (FREUD, 1914/1991, p. 97). A tarefa de assegurar essa “felicidade” é atribuída por Freud a uma instância psíquica particular. Embora ele ainda não dispusesse do conceito de supereu em 1914, ano em

que parece ser uma renúncia é, na realidade, uma formação de substituto ou sub-rogado” (FREUD, 1908[1907]/1991, p. 128).

que publicou *Introdução ao narcisismo*, os seus contornos teóricos e funções já se apresentavam bem nítidos mesmo nove anos antes da sua parturição no texto *O eu e o isso* de 1923:

Não nos assombraríamos se encontrássemos uma instância psíquica particular cuja tarefa fosse assegurar a satisfação narcísica narcisista proveniente do ideal do eu, e com esse propósito observasse continuamente o eu atual medindo-o com o ideal. Se uma instância assim existe, é impossível que seu descobrimento nos tome de surpresa; podemos limitar-nos a discernir os seus traços e nos é lícito dizer que o que denominamos de nossa consciência moral satisfaça essa caracterização (FREUD, 1914/1991, p. 92).

Essa instância perscruta e mensura, sem cessar, o eu tendo como régua o ideal do eu. É a essa emolduração que o eu deve se enquadrar. No afã de angariar amparo e acalanto do Outro, o sujeito impõe-se pesadas restrições e renúncias para acomodar-se ao que a mirada do ideal tenciona. Há uma báscula operada entre o Outro vigilante e o Outro do Amor, conjunção cuja estrutura se deve à sobreposição do ideal do eu com a função de observação do supereu, esse olhar que poussa sobre o sujeito e o mede com o ideal (QUINET, 2009c).

A formação do ideal, nos diz Freud, aumenta as exigências do eu e é “o mais forte favorecedor do recalque” (FREUD, 1914/1991, p. 92), ideal causa de recalque. Tal como no mito do leito de Procusto, o eu, para moldar-se ao ideal, “mutila-se” e uma parte de si próprio sucumbe ao recalçamento. Também “estica-se”, redobra seus esforços para alcançar os altos padrões éticos e estéticos ditados¹⁷. Procusto na mitologia obrigava os viajantes que cruzavam o seu caminho a se deitarem em seu leito de ferro. Aqueles que eram maiores do que a cama, tinham os seus pés serrados, os menores eram esticados por cordas até se adequarem perfeitamente às bordas do leito.

No conto infantil da Cinderela podemos depurar essa mesma lógica “ortopédica”. O belo príncipe estava em ávida busca pela donzela cujo pezinho calçasse perfeitamente o sapatinho de cristal que foi deixado para trás após o grande baile real. Aquela que preenchesse o calçado sem sobras nem faltas, casar-se-ia com ele e viveria uma vida repleta de amor e felicidade. Na versão desse conto dos irmãos Grimm, as irmãs malvadas de Cinderela, na ocasião da visita do príncipe de casa em casa do seu reino em busca da sua prometida, no

17 - Esticamentos e mutilações são lugar comum nas cirurgias estéticas que viralizaram na atualidade, tudo em nome de uma suposta perfeição e beleza jovial sem fim.

desespero de se adequarem às estreitas medidas do sapatinho, mutilaram-se a si mesmas. Elas deceparam os próprios dedos e laceraram seus calcanhares para que seus pés coubessem no apertadíssimo calçado. Ainda assim não foi o suficiente. Elas passaram então a forçar a entrada dos pés lancetados e ensanguentados no delicado calçado reiteradas vezes mais uma vez sem sucesso. Essa cena horripilante obviamente não foi retratada no clássico filme da Disney. Caso fosse, a película teria que ser reclassificada para maiores de dezoito anos e o seu gênero modificado de conto fadas para terror certamente. Cinderela sim, supostamente, viveu feliz para sempre com seu belo príncipe, mas e suas irmãs desprovidas de beleza? Retalharam-se e mutilaram-se em nome de uma promessa de amor e riqueza que não se cumpriu por não se encaixarem nas justas medidas do cintilante sapatinho.

O leito de ferro de Procusto e o singelo sapatinho de cristal encenam o quão rigorosos e exigentes podem ser os ditames do ideal do eu. Pesadas renúncias e extenuantes performances são exigidas sem considerar as capacidades e limitações do sujeito, muito menos os seus anseios. Isso tudo, entretanto, não se dá sem satisfação. Apesar do sofrimento decorrente do que lhe é exigido abdicar, o eu espera ser recompensado com amor pelas suas renúncias e a constatação *per se* de merecer esse amor é motivo de orgulho para ele.

A educação esfínteriana da criança, segundo Freud, é não só paradigmática como também é primária a toda dinâmica envolvida na exigência da renúncia pulsional. A urina e as fezes para o *infans* de início nada de tem de asqueroso ou vergonhoso¹⁸, pelo contrário, muitas vezes ele se esbalda com as próprias excreções, isso quando não até mesmo as ingere. Contudo, esse estado de coisas não pode perdurar por muito tempo. A criança deve ser aculturada, educada, tal escatologia, em nome dos bons modos, deve logo cessar. Há na civilização, de um modo geral, um rígido protocolo evacuatório a ser seguido e é neste ponto, diz Freud, que “o mundo exterior lhe confronta pela primeira vez como um poder inibidor, hostil às suas aspirações de prazer, e assim [a criança] vislumbra as lutas externas e internas que enfrentará depois” (FREUD, (1917a [1916-1917], p. 286). Há uma hostilidade externa às satisfações até então livremente desfrutadas.

18 - Os denominados diques pulsionais; a saber: o asco, a vergonha, a compaixão, a autoridade e as exigências ideais (*Idealforderungen*); instalam-se só depois (FREUD, 1905/1991). É característico das crianças que suas necessidades excretórias sejam investidas de interesse sexual, somente mais tarde a educação impõe uma nítida separação. “Isto pode não parecer muito agradável, mas é sabido que até que se instale o asco na criança leva-se muito tempo” (Ibid. 1926b/1991).

Na tentativa de demover a criança da obtenção de prazer oriunda dessas fontes, diz-se a ela que tudo o que se relaciona com essas funções é indecente, “sujo”, “feio” e deve ser mantido em segredo. “Neste momento, pela primeira vez, [a criança] deve *trocar prazer por dignidade social*” (idem, grifo nosso). É em nome dessa dignidade social que a renúncia pulsional será realizada. A criança passa a comprazer-se em atender à demanda do Outro mesmo às custas de um amargo desprazer seu. Da satisfação renunciada brota uma satisfação narcísica, o peito infla-se de orgulho pela primeira vez.

A demanda do Outro, para Lacan (1962-1963/2005), é a demanda educativa por excelência, e esta relaciona-se intimamente com o objeto anal. Pede-se à criança que retenha as fezes, exige-se que ela as retenha por muito tempo, a ponto de esboçar a introdução do excremento no campo do pertencente ao corpo, ele torna-se uma parte do corpo. Essa parte passa a ser considerada então, pelo menos por algum tempo, como não devendo ser alienada. Entretanto, depois se diz à criança que a solte, que a deixe cair, sempre mediante a demanda. Um certo receio de perder essa parte do corpo a acomete, pois o objeto anal é elevado a um valor muito especial. É valorizado por satisfazer a demanda do Outro, além de ser acompanhado de outros cuidados que a gratificam a criança:

Não só o Outro o aprova e lhe dá atenção, como também lhe acrescenta todas as dimensões suplementares que não preciso evocar — em outras áreas, é uma física divertida: a cheirada, a limpeza do bumbum, cujos efeitos erógenos todos sabem ser incontestáveis. Esses efeitos tornam-se ainda mais evidentes quando sucede a uma mãe continuar a limpar o bumbum do filho até os doze anos de idade. Vê-se isso todos os dias. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 328).

Há, portanto, nessa economia anal muitos fatores em interação. Além de toda a aprovação e atenção, a criança ainda auferir ganhos eróticos ao atender à demanda do Outro. Contudo, vale destacar que a demanda em torno do objeto anal tem dois tempos marcantes. A demanda da mãe primeiramente gira assim: *Guarde-o. Dê para mim*. Quando o “montinho de merda” em questão é obtido a pedidos é então admirado: *Que cocô bonito!* Mas o segundo tempo dessa demanda implica que ele seja renegado. Primeiro tempo: *Retenha, solte*. Segundo tempo: *Que lindo, que nojo*. Em relação a esse belo e vistoso cocô é logo ensinado à criança que ela não deve ter muitas relações com ele. A não ser pela via das satisfações sublimatórias, se a criança faz sujeira com ele, indica-se que é melhor fazê-lo com outra coisa, com as

massinhas da psicanálise com crianças por exemplo, que têm um cheiro menos ruim, sugere Lacan. “Nessa primeira relação com a demanda do Outro, portanto, vemo-nos no nível de um reconhecimento ambíguo” (Ibid., p. 329). Ao mesmo tempo, o que está ali é a criança e não deve ser ela, e mais até, não é dela. Lacan entrevê aí a origem da ambivalência obsessiva. Esse *sim e não*, essa aproximação e repulsa fundamentais.

Já nessa primeiríssima relação com a demanda do Outro, portanto, as duas faces do objeto *a* já se apresentam patentemente: a agalmática e a de dejetos, rebotalho. Não só a pulsação do esfíncter é ditado pelo Outro, como também é ele que dita, em termos absolutos, o valor que é atribuído ao objeto/sujeito. “O eu só se apresenta e se sustenta, como problemático, a partir do olhar do grande Outro” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 343). É o olhar de aprovação ou rejeição do Outro que engendrará o senso de valor para o sujeito, como sendo ele digno de amor ou não. Há uma linha tênue entre o júbilo narcísico e a mais devastadora angústia. O sujeito está sem cessar sob esse olhar causa de elação e/ou desespero. Oscilação entre exaltação e opressão: “*Deves ser assim para te tornares amável*, mandato que paradoxalmente, acaba por oprimir/dividir o sujeito contra si mesmo” (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p. 250).

Esse *dever-ser* é ditado pelo Outro. A sua demanda impõe-se discricionariamente ao sujeito. Essa demanda, para Lacan, parecia-se estruturalmente com o supereu: “há continuidade entre a demanda do Outro e a estrutura dita do *Super-ego*” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 191). Em *Moisés e o monoteísmo*, podemos acompanhar Freud (1938/1991) destrinchar essa continuidade apontada por Lacan. Nesse texto, o supereu é concebido como o sucessor e representante dos pais (e educadores que se seguiram) que vigiaram e guiaram as ações do sujeito em seu primeiro período de vida. O supereu dá continuidade a essas funções vigilantes e mantém o eu em uma posição servil, em um estado de dependência e exerce sobre ele uma pressão constante. Há, portanto, uma continuidade moebiana entre a autoridade parental e a superegóica. Com o “agravante” de que esse poder anteriormente exercido sobre o sujeito externamente, agora o é imposto *extimamente*. O atinge, o afeta no cerne do seu ser, não havendo fuga possível.

Para além da fita de Moebius que une estruturalmente *i(a)* com *I(A)*, o eu-ideal com o ideal do eu, ideal “imposto de fora” (FREUD, 1914/1991, p. 96), ideal do Outro; perfila-se, portanto, essa outra fita, a do *continuum* da autoridade parental com o supereu. O olhar e a voz introjetadas passam a perscrutar e a julgar o sujeito em seu ponto mais êxtimo. Nessa dupla banda de Moebius, a devassa (olhar) e a crítica (voz) enlaçam-se aos ditames desse ideal Outro entronizado. O que era alienígena, alheio, entranha-se moebianamente tornando-se uma

referência narcísica fundamental, pois o sujeito não se vê na sua forma e não se ama na sua forma senão pela mediação do Outro (SOLER, 2019). Outro, diz Lacan, “concernido como o lugar de onde se constitui a *perpétua referência do eu* em sua oscilação patética, nessa imagem que se oferece a ele e com que ele se identifica” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 342, grifo nosso). O movimento de cabeça do *infans*, que originariamente se volta para o adulto que a carrega defronte ao espelho, invocando o assentimento e a ratificação do seu valor, perpetuar-se-á por toda a sua existência.

Tal como na infância, o eu fica apreensivo em pôr em risco o amor do seu senhor, daquele que se ocupa dele. Sente a sua aprovação como uma libertação, lhe traz intensa satisfação e as suas censuras são experimentadas como tormentos da consciência moral, estocadas do sentimento de culpa. “Busca-se o amor e aprovação desta instância que julga a cada um, tendo como medida uma referência ideal que, quando atingida, satisfaz o sujeito, mas que pode levá-lo ao limite do desespero quando de seus fracassos em atender a seus imperativos” (FREITAS; RUDGE, 2011, p. 251). Desespero do fracasso, ausência do amor do Outro.

Já em *Psicologia das massas e análise do eu*, dois anos antes da formalização do supereu, Freud relacionava o sentimento de triunfo e de culpa ao ideal do eu. Quando há alguma coincidência do eu com o ideal, uma sensação de triunfo se produz. Por outro lado, o sentimento de culpa e o de inferioridade desponta como expressão da tensão entre o ideal e o eu. Existem sujeitos cujo humor oscila periodicamente de um desânimo desordenado, passando por um certo estado intermediário, até culminar em um bem-estar exaltado. Esses estados emergem com diversos graus de amplitude chegando até aos polos melancólicos e maníacos. Freud conjectura que a oscilação da melancolia para a mania se dá em função de uma dissolução temporária do ideal do eu no eu, esse que o regia anteriormente com uma particular severidade. No maníaco, o eu e o ideal se confundem de tal modo que o sujeito em seu humor triunfal não se abala com nenhuma autocrítica, pode regozijar-se pela ausência de inibições e de autorreprovações. Esse ideal que o oprimia, que pesava sobre o eu é diluído, liquefeito, daí esse efeito de elação e liberdade.

Em contrapartida, a miséria do melancólico é a expressão de uma bipartição taxativa de ambas as instâncias do eu, em que “o ideal, desmedidamente sensível, faz sair à luz de maneira desapiadada sua condenação do eu no delírio de insignificância e na autodenegrição” (FREUD, 1921/1991, p. 123). Hipersensível, como que em carne viva, o eu melancólico sangra já bastante sulcado com os açoites superegóticos. A altura na qual o ideal do eu é alçado

determina o peso das exigências que se abaterão sobre o eu. Essa pressão, contudo, pode oscilar de um esmagamento até a uma maior leveza a depender do caso a caso.

No texto *O humor*, Freud estabelece cabalmente que o supereu não se limita a uma instância encarniçada, tirânica e vociferadora. Para além dessa versão digna da alcunha *Ser-supremo-em-maldade* sadeano, nesse trabalho vemos que o supereu é capaz de uma leveza peculiar, pode dirigir bondosas palavras de conforto ao eu angustiado. Tal como um adulto faz troça dos trágicos dramas da criança, que aos seus olhos parecem tão triviais, bobos, a instância supereu acalanta o eu amenizando os percucientes golpes da realidade¹⁹. Pela via do humor, é como se o supereu dissesse: *Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso! Não passa de um jogo de crianças, digno apenas de que sobre ele se faça uma pilhéria!*

Embora o humor não alcance a intensidade do riso desprendido pelo cômico ou pelo chiste, o sentimos como emancipador e enaltecido. Uma anedota humorística citada por Freud é a do criminoso que em direção ao cadafalso diz: *A semana está começando bem!* Assim, o que levaria ao desespero, faz sorrir. O peso da tragicidade transforma-se em leveza humorística.

O fato desse humor emanar do supereu intriga Freud e o faz confessar: “ainda temos muito a apreender sobre a natureza do supereu” (Ibid., 1927/1991, p. 127). Contudo, nem todos são capazes de tal atitude humorística, muito pelo contrário. Freud diz tratar-se de um dom precioso e raro, sendo muitos incapazes de “gozar do prazer humorístico que se lhe oferece” (idem, grifo nosso), *vermittelte humoristische Lust zu genießen*, no original. Articular gozo, *Genuss*, e prazer, *Lust*, pela via do humor, é uma capacidade nada democrática. Esse supereu “bem-humorado”, que é para poucos, não determina um imperativo de gozo, mas sim permite, faculta um gozo onde talvez muitos não enxergariam. Pode-se aqui gozar desse prazer, por mais bobo que seja (o oposto dos arruinados pelo êxito e *cia*).

Tânatos condescende a Eros. Isso faz toda a diferença, especialmente em momentos ou situações que fazem despontar o desamparo. O fato de que o supereu, mediante o humor, fale “de maneira tão carinhosa e consoladora ao eu amedrontado” (idem), não contradiz a descendência dessa instância da instância parental. Tal como os pais acalantam o aflito *infans*, o supereu também pode consolar e abrigar o eu do sofrimento.

19- Entendemos a realidade como uma construção segunda, não se tratando de um dado primário, não se confunde com o real bruto (SOLER, 2019). A realidade é tríplice, enodamento do real, simbólico e imaginário.

Podemos afirmar então que o supereu, em certos casos, cessa de medir o eu com o seu ideal e se volta a ele não para “sentar-lhe” a mão, mas sim para estendê-la em momentos de apuros. Além disso, o próprio ideal do eu pode, por vezes, ser relativizado ou até mesmo ser colocado em suspenso. Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud propõe que a divisão do ideal do eu com respeito ao eu pode sofrer involuções temporárias. Apesar de todas as renúncias e restrições que ordinariamente se impõem ao eu, podem haver infrações periódicas das proibições que até então vigoravam rigidamente.

Algumas festas e festivais têm como essência a permissão de excessos, excessos esses que são previstos pela própria lei. Esse *habeas corpus* habilita satisfações diretas que até então estavam interdidas. Freud toma como exemplos a saturnália romana e o carnaval, este último muito bem conhecido por nós brasileiros. Desenfreamentos e transgressões são temporariamente aceitos, pode-se dar livre curso ao que até então estava represado. Com o afrouxamento do tensionamento dos ideais, o desejo pode ter vez e voz. O que estava recalcado sai à luz e toma corpo. Na “festa da carne”, tem-se a permissão para pecar, licença para gozar, mas somente até a quarta-feira de cinzas. Passada a hora, a janela de oportunidade se refecha e a censura passa a vigorar novamente.

O eu e o *isso* podem pular o carnaval juntos. Com o amainamento dos ideais, o supereu, a censura pode tirar (e dar) uma breve folga. Carnaval da queda dos ideais, carnaval para o eu, *carnavaleu*, *carna-valeu*: “o ideal do eu abarca a soma de todas as restrições que o eu deve obedecer, e por isso a suspensão do ideal não poderia menos que ser uma festa grandiosa para o eu, que assim seria permitido voltar a contenta-se consigo mesmo” (Ibid., p. 124). Festa grandiosa de autocontentamento, sem restrições, sem censura, sem culpa.

Não é necessário, contudo, o rebaixamento do ideal para que se possa gozar dessa autocontentação. Há uma outra via que pode ser tomada, uma via asséptica, ascética que esteriliza o desejo, mas que faz encher o peito oco de orgulho. Pode haver uma intensa satisfação narcísica pela coincidência, mesmo que transitória, evanescente, do eu com as suas insígnias ideais.

A questão do orgulho, tanto na obra de Freud, quanto no ensino de Lacan, não foi foco de uma teorização tão extensa quanto o conceito de culpa. Embora as referências sejam esparsas, propomos que a importância teórica, clínica e até cultural do sentimento de orgulho equipara-se à relevância conferida à culpa na psicanálise. Direito e avesso, verso e anverso,

orgulho e culpa apresentam-se como dois pólos, duas valências do objeto *a* - agalma e dejetivo que vetorizam a subjetividade. Trataremos disso a seguir.

4- ORGULHO E CULPA

4.1 - Orgulho e culpa, agalma e rebotalho

No filme *Homens de Honra* dirigido por George Tillman (2000), baseado em fatos reais, Cuba Gooding Jr. vive o papel de Carl Brashear, um jovem negro de origem humilde no início dos anos 1940, que se alista na Marinha Americana com o objetivo de tornar-se um mergulhador. Filho de um agricultor de Kentucky, Carl Brashear deixa a casa dos pais em busca de uma vida melhor. “Nunca desista... seja o melhor!”, essas foram as palavras de despedida de seu pai. Logo ao Ingressar na Marinha, candidata-se à função de mergulhador de elite da divisão de busca e resgates. Billy Sunday (Robert de Niro), oficial da marinha e seu instrutor de treinamento, não demonstra qualquer compaixão por Carl e faz pouco caso de suas ambições. Submete-o às piores provas de resistências na tentativa de fazê-lo fracassar e desistir. Mas ele persistia, não se deixava abalar pelas perseguições e invectivas incessantes.

Quando questionado sobre o porquê de tanta determinação, sobre o motivo de querer tanto aquela profissão cujo acesso para negros não era permitido naquela conjuntura sócio-histórica extremamente racista, o sargento Carl Brashear brada sem hesitar: “Porque disseram que eu não conseguiria!”. Depois de vários contratempos e revezes, Carl finalmente ascendeu à função de Mergulhador de Combate Chefe da Marinha dos EUA. Ele foi o primeiro afro-americano a receber tal título, o que abriu caminho para que outros negros e pobres também o fizessem.

“Porque disseram que eu não conseguiria”, essa fala do sargento Carl Brashear ecoa com a nossa escuta dos militares candidatos a cursos especiais e de elite na Marinha do Brasil. Quando questionamos os sujeitos acerca da motivação para ingressarem em funções tais como Mergulhadores de combate, Comandos Anfíbios, submarinistas ou pilotos de caça, não é raro ouvirmos que eles anseiam fazer parte de um grupo seletivo, um grupo no qual nem todos podem ser integrantes. Dizem também que querem se provar a si mesmos, mostrar serem capazes de tolerar as situações mais adversas e sofridas, ultrapassar os seus limites.

Noites sem dormir, dias sem se alimentar, fome, sede, exercícios físicos até a exaustão, dores e lesões musculares, pressões psicológicas massacrantes etc; é isso o que de fato os espera. Os ditos recolhidos desses ardorosos sujeitos coadunam-se com as formulações freudianas acerca do orgulho. Quanto mais penoso, extenuante e difícil aquilo com que se defronta o sujeito, maior parece ser a gratificação narcísica que é experimentada como

sentimento de orgulho ao superar. Quando o eu oferece ao supereu o sacrifício de uma renúncia pulsional conforme o que é ditado pelo ideal do eu, Freud coloca que se espera em troca, como recompensa, ser mais amado por ele. “Sente como orgulho a consciência de merecer esse amor” (FREUD, 1938[1940]/1991, p. 113). Amor suado, amor merecido, o sujeito assim infla-se de orgulho.

Com Lacan, podemos dizer que o sujeito posta-se nesse “ponto ideal, I maiúsculo, colocado em algum lugar do Outro, de onde o Outro me vê, na forma em que me agrada ser visto” (LACAN, 1964/1990, p. 253). Em outras palavras, me vejo sendo visto como digno de amor²⁰, intrincado circuito da pulsão escópica e da demanda de amor.

Ao final desses penosos cursos de formação de militares de elite, os sujeitos recebem um distintivo a ser ostentado na farda. O objeto reluz pregado no peito estufado de orgulho. De longe pode-se visualizar e reconhecer a especialidade da qual aquele militar tanto se empenhou em fazer parte. Essa insígnia seria o emblema de reconhecimento do seu valor, causa de admiração e aplausos alheios²¹.

A canção *Viva a Marinha*, entoada aos brados especialmente quando a tropa está em marcha, evidencia que a questão do orgulho e do olhar não se limita às operações especiais, muito pelo contrário, abrangem também todo o contingente naval:

Ouve-se ao longe um andar cadenciado

Soam os clarins da banda militar

E ao ritmo da marcha compassado

Surgem os homens do mar

A farda de um dourado reluzente

Encobre o largo peito varonil

E o povo aplaude aquela gente

²⁰ - No Seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan relata que uma menina lhe disse gentilmente que já era hora de alguém se ocupar dela para que ela parecesse amável a si mesma.

²¹ - Alguns pilotos navais, especialmente os de caça, podem levar isso ao extremo. Em nosso trabalho de Acompanhamento Psicológico, não é incomum ouvirmos de outros militares que eles se comportam com uma certa empáfia e ar de superioridade para com aqueles que não pertencem ao seu seletivo grupo. Ao flertarem, por exemplo, já dão o jogo como ganho pelo simples fato de serem pilotos, de vestirem o macacão operativo e exporem o brevê de aviador. Podemos aí supor um eu inflado, nas alturas, que coincide com o ideal do eu. O filme clássico *Top Gun - Ases Indomáveis* de 1986; no qual Tom Cruise interpreta *Maverick*, um imodesto piloto da Marinha americana; põe em cena algumas dessas questões.

Orgulho do Brasil

É no mar ou na terra
Viva sempre a Marinha de guerra
E, avante marinheiros
Operários, fuzileiros
Um brado levantemos à nossa rainha
HIP! HIP! HIP! Rá! Viva a Marinha

É sempre forte audaz e corajoso
Todo naval a farda sabe honrar
Em tudo que produz é valoroso
Ele nasceu para o mar

Soldado desse solo brasileiro
Marujo por vontade e por dever
E o naval procura ser o primeiro
Lutando por vencer

É no mar ou na terra
Viva sempre a Marinha de guerra
E, avante marinheiros
Operários, fuzileiros
Um brado levantemos à nossa rainha
HIP! HIP! HIP! Rá! Viva a Marinha (grifos nossos)

O dourado reluzente da farda, verdadeiro objeto agalmático, recobre o largo peito varonil. São o orgulho da nação, ovacionados pelo povo. A dimensão do olhar e amor do Outro que repercute no orgulho do militar fica nessa letra patente. Essa é, segundo Foucault (2003), a figura ideal do soldado tal como descrita ainda em inícios do século XVII. O soldado é, em primeiro lugar, alguém que se reconhece de longe, que exhibe signos: os signos naturais do seu vigor e da sua coragem, bem como as marcas do seu orgulho, o seu corpo é o brasão da sua

força e valentia, o seu *o largo peito varonil* como diz a canção. As manobras como a marcha, atitudes como a postura da cabeça decorrem em boa parte de uma retórica corporal da honra.

Os desfiles de 7 de setembro são um verdadeiro espetáculo no qual as tropas se *dão-a-ver* ao público que já as aguarda ansioso, antes mesmo do sol raiar. O objeto olhar, modalidade privilegiada do objeto *a* enquanto suporte do desejo para o Outro, faz do eu uma instância de espetáculo: ator e espectador. O ator-militar, portanto, performa para o povo-espectador na ânsia de seu aplauso.

Enquanto ator, o eu, diz Quinet, se mostra para agradar ao Outro, para suscitar o seu desejo. Como espectador, espreita esse Outro que o olha para melhor cativá-lo. “É o olhar que ‘escopiza’ o eu, como objeto *a*, associa à instância narcísica o desejo do Outro sob a forma de dar-se a ver. ‘Olha eu!’- diria o olho-eu. O eu é ‘olheu’” (QUINET, 2004, p.132). Olheu, ame-eu, ame-u. *Eu* ávido pelo olhar, ávido por amor. Fazer-se olhar, portanto, equivale a fazer-se amar.

Para além dos quartéis, porta-aviões, fragatas e submarinos, esse intrincamento estrutural olhar/amor pode ser amplamente observado em nossa sociedade tecno-capitalista. Enquanto que na distopia panótica de Orwell, descrita em sua obra *1984*, os sujeitos tentavam se esconder do olhar inquisidor do grande Outro. Curiosamente observa-se o inverso completo em nossa cultura. Ao invés de fugir, de se furtar, clama-se pelo seu olhar. Equipagens, *gadgets* e aplicativos multiplicam-se para esse fim. *Webcams, smartphones, smartwatches, tablets* e inúmeras redes sociais amplificam a exposição de si para o Outro de uma forma nunca antes vista. Fotos, vídeos, *selfies, boomerangs, reels, Tik Toks* pululam a todo instante nos celulares que já são praticamente uma extensão do corpo do sujeito contemporâneo. Nesse *dar-a-ver* desenfreado para o Outro, até as maiores banalidades das rotinas mais ordinárias inundam a rede aos olhos de todos. Empuxo escópico.

A cada publicação espera-se e anseia-se o maior número de curtidas possíveis. Quanto maior for o número de *likes*, mais o sujeito sentir-se-á amado. São os coraçõezinhos e o número de seguidores que servem como guia e muitas vezes configuram a razão *princeps* da existência. A arte a seguir, de autoria não identificada, ilustra bem esse frenesi atual em busca dos *likes*:

Figura 10 – Charge frenesi por likes



Tais sujeitos, nessa ânsia por validação narcísica desenfreada, levam ao extremo a asserção lacaniana de que “o sujeito se faz objeto amável. Por referência àquele que deve amá-lo, ele tenta induzir o Outro numa relação de miragem na qual o convence de ser amável” (LACAN, 1964/1990, p. 253). Esse convencer exige trabalho. Para que mereça ser amado, impõe-se altas performances, pesadas renúncias e sofrimentos que beiram o insuportável. Exige-se uma perfeição, via de regra inatingível, que custa caro, faz adoecer²².

A renúncia pulsional em si, a princípio, nada tem de agradável. Quando uma exigência pulsional, seja ela de natureza agressiva ou erótica, se eleva, o mais simples seria, no dizer de Freud (1939 [1934-38]), que o eu, por deter o aparato cognitivo e muscular à sua disposição, a satisfaça por meio de uma ação. Essa satisfação pulsional direta é sentida pelo eu como prazer, assim como a insatisfação dessa exigência se converte em fonte de desprazer. Obstáculos exteriores podem se interpor e impedir que o eu aja em vistas à satisfação almejada. Uma situação de perigo ao eu, por exemplo, pode se impor fazendo-o recuar, impedindo assim a descarga. Uma “dissuasão exterior – diríamos em obediência ao princípio de realidade – em nenhum caso é prazerosa” (Ibid., p. 112), pois resulta em uma incômoda elevação da tensão.

Essa dissuasão exterior, contudo, pode ser internalizada. O perigo externo pode moebianamente torna-se um perigo íntimo, ou em termos lacanianos, passa a configurar um perigo êxtimo. “A primeira renúncia pulsional é forçada por poderes externos, e somente isso cria o senso ético, que se expressa na consciência e exige uma ulterior renúncia à pulsão” (FREUD, 1924/1991, p. 176). Há, portanto, um forçamento anterior a qualquer senso ético. Não

²²- Meninas de 16 anos já se submetem a numerosos e invasivos procedimentos estéticos chegando a ficar deformadas nessa ânsia por beleza, por perfeição. *Pretty hurts*, canta Beyoncé, *Beleza dói*, mas também se goza.

há razão alguma para que a renúncia pulsional se dê por si só, a tendência fundamental é à descarga, à baixa das excitações. Esses poderes externos coagem, constroem e são, como vimos, interiorizados sob a forma do supereu. Como consequência, o eu antes de pôr em marcha a satisfação pulsional requerida pelo isso, tem que tomar em consideração não somente os obstáculos e perigos do mundo exterior, mas também o “veto do supereu” (Ibid., 1939 [1934-38]/1991, p. 113). Esses vetos superegóicos, que podem inviabilizar várias linhas de ação possíveis, redundam em multiplicar as ocasiões em que a insatisfação se instalará.

O eu é submetido então a três senhores, senhores que impõem três servidões e três classes de perigos concomitantes. São eles: riscos do mundo exterior, libido do isso e severidade do supereu (Ibid., 1923/1991). Os desdobramentos em tríade não terminam por aí. Desses três perigos derivam três variações de angústia que os sinalizam. Cabe ao eu dar conta e destino a todas as exigências que se lhe impõem. Contudo, não raras vezes o eu fracassa nessa empreitada. Quando se vê “obrigado a confessar sua fragilidade, [o eu] estoura a angústia, angústia realista ante o mundo exterior, angústia da consciência moral ante o supereu, angústia neurótica ante a intensidade das paixões no interior do isso” (Ibid. 1933[1932]/1991, p. 73). Confrontado com sua insuficiência, o eu, desamparado, chafurda-se em angústia. Afeto que não engana diz Lacan, que não engana e que não pode ser ignorado. Pressiona, aperta²³, asfixia.

A Bíblia adverte: “Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro [...]” (MATEUS, 6:24). A vã tentativa de servir a dois senhores ao mesmo tempo terá, inevitavelmente, um saldo nefasto. Sempre se estará em débito, em falta ou em confronto com um dos senhores. Aquele preterido ou traído saturar-se-á de rancor e ímpetos vingativos. O servo, desse modo, encontrar-se-á na angustiante expectância de retaliação do mestre cuja demanda não pôde ser atendida plenamente. Que consequências aventar então na tresloucada empreitada do eu em submeter-se não somente a dois, mas a “três déspotas” (FREUD, 1933 [1932], p. 72). Déspotas exigentes, inflexíveis e caprichosos. “Pobre eu” (idem), comiserou-se Freud.

O sujeito da psicanálise é o sujeito dividido. Sujeito empuxado por forças que vetorizam para todos os lados tal qual o suplício medieval outrora praticado em que o condenado tem cada membro amarrado em um cavalo diferente e que, quando atizados, arrancavam em direções opostas desmembrando violentamente o supliciado. É um fato impressionante que o eu não se

²³- Segundo Hanns (1996), o termo *Angst* deriva da raiz indo-europeia *angh*, que se refere a apertado, apertar, pressionar, amarrar (no alemão atual *eng* significa apertado).

faça em pedaços no seu lide cotidiano com essas poderosas forças. Isso exige trabalho, um árduo trabalho incessante que escapa em muito ao estreito escopo consciente.

Figura 11 – Martyrdom of St Hippolyte de Dirck Bouts



Por mais que se esforce em harmonizar as exigências desses caprichosos mestres, exigências essas divergentes, incompatíveis, o eu, como vimos, muitas vezes malogra em sua hercúlea tarefa. Como ser fronteiroço, o eu tenta mediar o que o isso impõe com aquilo que o mundo dispõe. Através de suas ações musculares, opera em seu meio para obter a satisfação almejada. “[O eu] Não é somente o auxiliador do isso; é também seu servo submisso, que corteja o amor de seu amo” (Ibid., 1923/1991, p. 56). Servo submisso e carente, o eu esforça-se para não contrariá-lo, mas, ao mesmo tempo, também não pode ignorar os reclamos do mundo externo. Mesmo quando o isso mostra-se rígido e inflexível diante das admoestações da realidade, o eu se esforça em recobrir as suas imposições “insensatas” com racionalizações e tenta suborná-lo com satisfações substitutas quando o gozo imediato está interdito. Isso, vale lembrar, sempre por debaixo dos panos da consciência.

O eu tenta fazer o mesmo diante das exigências do supereu, por isso Freud o compara a um estadista, a um político que não raras vezes se mostra como adulator, oportunista e mentiroso. O eu não mede esforços para ficar bem com a opinião pública²⁴, os seus esquemas de corrupção permanecem na surdina. Mas isso não se dá sem uma expectativa angustiante de que a *polícia federal superegóica* vá bater em sua porta a qualquer instante.

Por outro lado, o rigoroso supereu observa cada um de seus passos, lhe apresenta determinadas normas de conduta sem atender às dificuldades

²⁴ - Aquele “euzinho boa-praça, bonzinho, que nem vocês e eu” (LACAN, 1954-1955/2008, p. 331), sempre bem na fita e na foto. Eu-político/marketeiro, sempre em campanha, que beija crianças e come pastel na feira junto com o povão.

que possa encontrar da parte do isso e do mundo exterior, e em casos de inobservância o castiga com os sentimentos de tensão da inferioridade e da consciência de culpa (Ibid. 1933[1932]/1991, p. 73).

Dentre as vassalagens do eu, Freud considera a superegóica a mais interessante. Tomando mais uma vez a patologia como uma lupa que focaliza aquilo que passaria despercebido na suposta normalidade, ele deslinda a angústia de morte na melancolia mostrando como o eu pode resignar-se por se sentir odiado e perseguido pelo supereu, ao invés de sentir-se amado. “Com efeito, viver tem para o eu o mesmo significado que ser amado: que ser amado pelo supereu, que também nisto se apresenta como substituto do isso” (Ibid., 1923/1991, p. 59). O eu, portanto, anseia pelo amor de seus senhores e toma esse amor como condição de sua sobrevivência. A questão se complexifica porque além da profunda imersão do supereu no isso, essas duas instâncias vetorizam em direções diametralmente opostas: o isso em sua amoralidade e o supereu em sua hipermoralidade. “O isso é totalmente amoral, o eu se empenha por ser moral, e o supereu pode ser hipermoral e, então, tornar-se tão cruel como unicamente pode ser o isso” (Ibid., 1923/1991, p. 54). O amor e a crueldade de seus senhores avizinham-se perigosamente, linha tênue em que se facilmente descamba para o pior. Sempre no fio da navalha engatinha o eu²⁵.

O supereu sub-roga a mesma função protetora e salvadora que no começo recaiu sobre o pai e depois deslocou-se sobre a *Providência* ou o *destino*. Em função disso, o eu, quando defrontado com um perigo extremo e não se acreditando capaz de vencê-lo com suas próprias forças, se vê abandonado por todos os poderes protetores. Assim, completamente *des*-amparado e mergulhado na angústia, se deixa morrer. Essa angústia, contudo, segue sendo a mesma que esteve na base do primeiro grande estado de angústia do nascimento, a saber, a separação da mãe protetora. Freud destrincha as declinações da angústia até atingir o seu osso: a angústia de castração. A “angústia de morte pode ser concebida, da mesma forma que a angústia da consciência moral, como um processamento da angústia de castração” (Ibid., 1923/1991, p. 59). A angústia da consciência moral, a angústia do eu perante o supereu, portanto, é já um tratamento da angústia de castração.

Tanto Freud, quanto Lacan postulam que não há representação da morte no inconsciente. Real absoluto inabordável. A castração, por outro lado, só se torna representável,

²⁵ - “Desamparado de ambos os lados, o eu se defende em vão das insinuações do isso assassino e das censuras da consciência moral castigadora” (FREUD., 1923/1991, p. 54). A pulsão de morte caustica em ambas as frentes, é chumbo grosso na vanguarda e na retaguarda. O máximo que o eu é capaz de fazer, ressalta Freud, é inibir as ações mais grosseiras de ambos.

na concepção freudiana, por meio da experiência cotidiana da separação em relação ao conteúdo dos intestinos e à perda do seio materno vivenciada no desmame. Contudo, nada semelhante à morte foi experimentado, não havendo inscrição possível. A angústia de morte é concebida como uma analogia da angústia de castração, pois relaciona-se à perda e à separação. O eu reage com a angústia ao perigo de ser abandonado pelo supereu protetor, pois perderia esse “seu seguro para todos os perigos” (Ibid., 1926/1991, p. 123), papel esse que um dia foi atribuído à instância parental.

A mãe, que nutre e erotiza, como vimos, também é a primeira proteção frente a todos os perigos indeterminados que ameaçam do mundo exterior. Primeiro amor e primeira proteção frente a angústia²⁶. Contudo, a mãe é logo substituída pelo pai, mais forte segundo Freud (1927/1991). Este passará a ocupar essa posição por toda a infância. Essa relação com o pai, no entanto, é entremeada por uma virulenta ambivalência. O pequeno sujeito o odeia por ele se postar como “o perturbador da satisfação buscada” (Ibid., 1911[1910]/1991, p.52). Impõe-se uma renúncia de gozo. O *Não do Pai*, que em francês equivoca com o Nome do Pai: *Non du Père* e *Nom du Père*, barra a um só tempo tanto a mãe quanto a criança. Devido à sua opulência, o próprio pai passa a constituir um perigo. Apesar disso, não se pode prescindir da proteção dele. Esse mesmo poder que oprime, protege. “Já sabemos que a impressão terrorífica do desamparo provocou na criança o despertar da necessidade de proteção – proteção por amor -, provida pelo pai” (Ibid., 1927/1991, p. 30). Contra o terror do desamparo, o amor paterno: “Não se poderia indicar na infância uma necessidade de força equivalente à de receber proteção do pai” (Ibid., 1930/1991, p. 73).

A opulência da figura paterna é magistralmente descrita na *Carta ao Pai* de Franz Kafka. Essa carta foi escrita em novembro de 1919 por Kafka, aos 36 anos de idade, cinco anos antes de morrer, mas nunca chegou de fato ao conhecimento do seu pai. A presença paterna poderosa ora o esmagava, o oprimia, ora era a sua referência para todas coisas.

Já estava esmagado pela simples materialidade do seu corpo. Lembrome por exemplo de que muitas vezes nos despíamos juntos numa cabine. *Eu magro, fraco, franzino, você forte, grande, largo*. Já na cabine me sentia miserável e na realidade não só diante de você, mas do mundo inteiro, pois para mim *você era a medida de todas as coisas*. Mas quando saíamos da cabine diante das pessoas, eu na sua mão, um

²⁶- Cabe ressaltar que para Lacan a mãe também é causa de angústia. O que impede que a bocarra do jacaré materno se refeche é a tora, o recurso ao Nome-do-Pai que impede esse engolfamento. Isso faz eco com a concepção freudiana de apelo à proteção e amparo paterno.

pequeno esqueleto, inseguro, descalço sobre as pranchas de madeira, com medo da água, incapaz de imitar seus movimentos para nadar (KAFKA, 1919, p. 11, grifos nossos)

O pai é concebido como referencial absoluto, como aquele que aponta um norte existencial a um ser impotente e completamente desorientado. Diante do desamparo, esse Outro largo e forte confere proteção e sentido ao inerme sujeito: “Mas para mim, quando criança, tudo o que tu bradavas era logo mandamento divino, eu jamais o esquecia, e isso ficava sendo para mim o recurso mais importante para poder julgar o mundo (KAFKA, 1919, p. 32). Os mandamentos vociferados do *Deus-Pai* eram o seu guia, seus significantes-mestres, que facultavam a inscrição do seu ser, situando minimamente a sua existência.

A isso correspondia, ademais, sua superioridade espiritual. Você havia subido tão alto, contando apenas com a própria força, que tinha confiança ilimitada na sua opinião pessoal. Enquanto criança, isso não foi para mim tão ofuscante como mais tarde para o jovem adolescente. Da sua poltrona você regia o mundo. Sua opinião era certa, todas as outras, disparatadas, extravagantes, *meshugge* [absurdas, amalucadas], anormais. Tão grande era sua autoconfiança que você não precisava de modo algum ser consequente, sem no entanto deixar de ter razão (Ibid., p. 28).

Carente de saber, carente de poder, carente de amor o menino Kafka dirige-se ávido ao pai. O Amor, *Eros*, é filho de *Penia*, personificação da pobreza, da miséria. Mergulhado na aporia, sem recursos, agarra-se angustiadamente ao braço forte do Pai que supostamente teria o poder de lhe arrancar do desamparo. O amor ao pai, portanto, deriva da necessidade de ser protegido das consequências da impotência humana. Brota como uma estratégia defensiva contra o desamparo que, vale dizer, não se restringe à infância, muito pelo contrário. O sujeito adulto não conta lá com grandes amparos nem potências contra tudo o que lhe acossa. Freud (1927/1991) aponta justamente esse desamparo na raiz da invenção das religiões. Como vimos, no *Projeto* de 1895, o desamparo primordial é concebido como a fonte de todos os motivos morais. Religião e moralidade jorram dessa mesma fonte, daí advém a estreita afinidade estrutural entre elas.

Quando o sujeito em crescimento descobre que está destinado a permanecer uma criança para sempre, ou seja, se dá conta que nunca poderá passar sem proteção contra estranhos poderes superiores, Freud coloca que se empresta a esses poderes características pertencentes à figura paterna. Cria-se para si próprio os deuses a quem teme, serve e, não obstante, confia a

sua proteção. Demanda ao poderoso Outro que teme, proteção daquilo que teme. “Assim, seu anseio por um pai é idêntico à necessidade de ser protegido das consequências da impotência humana” (FREUD, 1927/1991, p. 24). As inextirpáveis raízes do desamparo infantil encaixam o sujeito e o põem a trabalhar por toda a sua existência.

Para a psicanálise, não há no homem uma capacidade originária, inata, impressa em seu genoma que diferencie o *bem* do *mal*. Uma influência alheia, Outra, se impõe. Liberado à sua espontaneidade, o homem não aquiesceria aos preceitos de um suposto *Bem Supremo*. Ele se submete em função do seu desamparo, da sua radical dependência, diz Freud (1930/1991). É a angústia frente à perda de amor daquele de quem depende que o *co-age*. O *mal* é inicialmente aquilo pelo qual se é ameaçado com a perda de amor ou retaliação. Por outro lado, agir conforme o *bem*, seguindo as pautas do ideal do eu, equivaleria a ser digno do amor do Outro.

Também aqui a autoridade dos progenitores - essencialmente, a do pai irrestrito, que ameaça com o poder de castigar – exige do filho uma renúncia do pulsional e estabelece para ele o que está permitido e o que é proibido. Aquilo que com respeito à criança se denomina de “bem-comportado” ou “levado” é chamado mais tarde, quando a sociedade e o supereu entraram em cena no lugar dos pais, “bom” ou “mau”, “virtuoso” ou “vicioso”. Mas sempre se trata do mesmo: uma renúncia do pulsional imposta pela pressão da autoridade que substitui e prolonga o pai (Ibid., 1939/1991, p. 115-116).

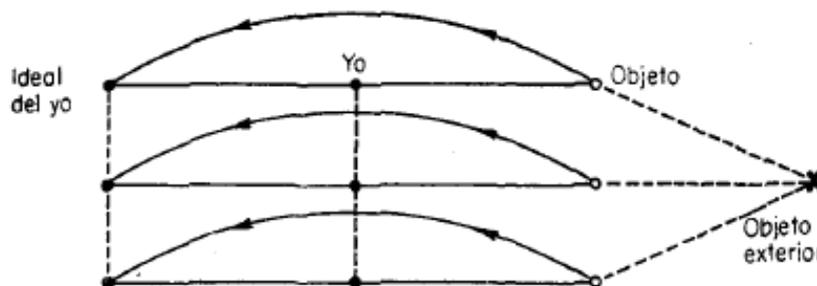
Ser “bom”, “virtuoso” garante à criança indefesa o amor e a tutela parentais, fica segura embaixo da asa do Outro. Por outro lado, o “levado”, o “mau” é alvo de dolorosas *bicadas*, repreensões e é presa do lancinante sentimento de culpa. Isso quando não é expulso do ninho e deixado à própria sorte. Ao tratar das memórias do Presidente Schreber, Freud (1911[1910]/1991) se remete a mitos zoológicos da Antiguidade para lançar luz sobre a peculiar relação de Schreber com o Sol. Em um desses mitos, a águia faz com que os seus filhotes olhem para o Sol e exige que eles não sejam ofuscados por sua luz. A águia assim se comporta como se ela própria fosse descendente do Sol e submete os seus rebentos a um teste de linhagem. Nessa prova cabal, a aprovação depende de que eles consigam olhar para o sol sem piscar, sem desviar a mirada, caso contrário são simplesmente defenestrados do ninho. Quando Schreber se gaba de poder olhar para o Sol ileso e não ser ofuscado, Freud coloca que ele reencontrou a expressão mitológica para o seu vínculo com o Sol, identifica-se como filho dele. O Sol se constituiria então como um símbolo do pai. Ao não ofuscar-se com o Sol-Pai, Schreber concebe-

se digno da honraria de ser Sol-Filho, de pertencer a essa seleta linhagem solar: “Os Schreber pertencem à suprema nobreza celeste” (Ibid.,p. 54). É com grande orgulho que ele se insere nessa nobre dinastia que cintila um brilho agalmático tão intenso que ofusca os olhares.

Essa prova de linhagem na qual a águia submete seus filhotes, diz Freud, também pode ser encontrada em diversos povos antigos. Os celtas, que viviam nas margens do Reno, arrojavam seus bebês recém-nascidos às correntes do rio para se convencerem que eles eram verdadeiramente do seu próprio sangue. A tribo dos psilos, que habitavam o que hoje é Trípoli, vangloriavam-se de serem descendentes de serpentes e expunham seus filhos ao contato destas. Aqueles que eram legítimos da tribo, ou não eram picados, ou restabeleciam-se rapidamente dos efeitos do bote. A premissa subjacente a esses testes extremos conduz ao modo de pensar totêmico dos povos primitivos. O totem (um animal, ou uma força natural animisticamente concebida, ao qual a tribo remonta sua origem) respeita e acolhe os membros da tribo que se submeteram e sobrepujaram as provações como sendo seus próprios filhos. O pai da linhagem chancelador é não só respeitado, como também venerado pelo clã totêmico por concentrar em sua figura a força e potência que todos ambicionam ter.

Essas provações extremas, que determinam se o sujeito será aceito e acolhido pela “horda” ou não, se condensam na instituição do ideal do eu. É com vistas a essa instância que se julgará o sujeito digno ou não do seu lugar na tribo, se é digno de ser aceito, acolhido, amado. Em *Psicologia das Massas e análise do eu*, Freud concebe o homem não como um animal gregário, mas sim como um animal de horda: “Ousemos por isso corrigir o enunciado de Trotter segundo o qual o ser humano é um animal gregário [*Herdentier*], dizendo que é mais um animal de horda [*Hordentier*], o membro de uma horda dirigido por um chefe” (Ibid., 1921/1991, p. 116). Esse chefe, esse líder posiciona-se em um lugar de exceção. Os demais devem ser iguais entre si, mas anseiam serem governados por um, por um superior. Esse superior será colocado no lugar do ideal do eu dos demais membros do grupo. Banhado com o reluzente brilho agalmático, servirá como farol aos demais. Os liderados, subsumidos a esse mesmo ideal/líder, apontarão numa mesma direção e identificar-se-ão entre si tecendo os laços que sustentarão o grupo.

Figura 12 – Representação gráfica identificações verticais e horizontais



No Exército, Freud coloca que é evidente que o soldado toma por ideal a seu chefe, seu superior hierárquica, e, da mesma forma, identificar-se-á com os seus pares. O líder militar deverá encarnar os valores que forjarão a comunidade desses diferentes “eus” alinhando-os. Freud cita alguns valores comuns tais como os deveres da ajuda mútua e a repartição dos bens que a camaradagem implica. Essa lógica, vale ressaltar, não se restringe ao Exército, aplica-se também às demais Forças. Tanto na Marinha, quanto na Aeronáutica, o líder militar também deve encarnar o conjunto de insígnias ideais que será responsável não só pela coesão da tropa, como também ditará os comportamentos e atitudes dos seus subordinados.

O mote de liderança pelo exemplo é repetido à exaustão nos Cursos de Formação de Oficiais e Praças da Marinha do Brasil. A Doutrina de Liderança da Marinha apregoa:

Não há nada que se exija tanto de um líder quanto dar o exemplo pessoal, ou seja, o exemplo do seu comportamento, pleno de valores inerentes à ética militar, aceitos e respeitados pelo grupo. A todo momento, o líder é observado por seus subordinados e deve buscar conquistar-lhes a confiança, o respeito e a admiração (BRASIL, 1996, p. 54).

O líder alçado a esse lugar deve ter, portanto, sua conduta rigorosamente pautada nos ideais que o sustentam, sob a pena de ter sua liderança minada caso os liderados percebam incoerências e faltas em sua conduta. Todos os militares - líder e liderados, superiores e subordinados, do Almirante-de-Esquadra ao aprendiz de marinheiro - deverão se orientar pela chamada Rosa das Virtudes. Trata-se de um conjunto de 16 valores fundamentais que devem nortear todas as atitudes do combatente naval. Essa exigência é redobrada quando o sujeito está no posto de comandante de uma tropa, pelotão ou divisão, pois, sem dúvida, será observado incessantemente não só por seus subordinados, como também pelos seus pares e superiores.

Figura 13 – Rosa das Virtudes



Todo militar que compuser as fileiras da Marinha do Brasil, e o líder militar-naval *mais ainda*, deverá encarnar, introjetar esse verdadeiro enxame de significantes-mestres. *Essaim*, vocábulo francês que remete a enxame em português que, como vimos, equivoca com *S1* em francês. *Essaim de S1*, aliteração que faz pesar. Enxame de significantes-mestres, “um enxame que zumbe” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 196), zumbe e aferroa, “grande zangão alado da tirania narcísica” (Ibid., 1948/1991, p. 124). Quanto maior e mais exuberante for essa *Rosa das Virtudes*, maior será o enxame e mais ensurdecador o zumbido. Quanto mais exigente e mais alto se postar o ideal do eu, maiores serão as renúncias exigidas e as performances requeridas. A voz superegóica zumbirá mais estridente, a ponto de *zumbizar* o sujeito, mortificando-o, asfixiando o seu desejo.

Virtudes que engendram vertigens. O pedestal em que repousa o ideal do eu pode estar em tamanha altura ética que o pobre eu pena e, não raras vezes, nem chega perto da perfeição que lhe é exigida. As renúncias impostas implicam em penosos sacrifícios em nome de algo supostamente maior, mais digno. A definição de *Espírito de Sacrifício*, um dos valores centrais que deve pautar a conduta do militar naval e que encontra representação na *Rosa das Virtudes*, é paradigmática:

O Espírito de Sacrifício é a *disposição sincera de realmente oferecer, espontaneamente, interesses, comodidades, vida, tudo, em prol do cumprimento do dever*. O cultivo do Espírito de Sacrifício é praticado vencendo os pequenos incômodos pessoais, os menores percalços do dia a dia. “Quem não é fiel no pouco, certamente não será no muito”:

somente percebendo o valor das coisas é que se desenvolve o Espírito de Sacrifício e se torna capaz de dar um passo a mais na formação do caráter marinheiro (BRASIL, 2013, p. 39, grifos nossos).

O sujeito deve, portanto, ter a disposição sincera, sem falseamentos, de oferecer tudo, até a própria vida, em nome do cumprimento do dever. Assim o caráter marinheiro deve ser forjado. Deve ser *fiel* no pouco, nas minúcias, nos detalhes, abrir mão desde as mais triviais comodidades, para que também o faça no muito. A fidelidade ao dever deve subjugar o querer, ou melhor, o dever não deve apenas sobrepujar o querer, mas o próprio dever deve converter-se em um querer genuíno, espontâneo, sem a necessidade de forçamentos ou ameaças. Essa é uma das ardilezas peculiares do supereu na visão de Žižek (1999). A figura materna ou paterna apenas repressiva na modalidade da autoridade simbólica diz à criança: *Você tem que ir ao aniversário da vovó e se comportar direitinho mesmo que morra de tédio. Não me importo se você quer ir ou não. Tem que ir e pronto acabou-se.* Já a figura do supereu, por outro lado, diz à criança: *Você sabe o quanto a vovó te ama e gostaria de te ver, mas, mesmo assim, só vá a festa dela se você realmente quiser. Se não quiser pode ficar em casa.* O truque do supereu seria dar a impressão de uma livre escolha à criança, mas na realidade não lhe está oferecendo escolha alguma. Pior do que isso, estão lhe dando uma ordem e mandando que você sorria enquanto a cumpre. Não apenas você tem que ir à casa da vovó não importa o que estiver sentindo, você tem que ir à casa da vovó e ficar feliz em fazê-lo.

Uma expressão muito comum na Marinha do Brasil quando um militar mais antigo, de patente mais alta, convoca um militar mais moderno, de patente mais baixa, para determinar-lhe que cumpra alguma tarefa é: “Avança com sorriso”. De modo geral, esse trabalho a ser incumbido é árduo, penoso e se houvesse alguma possibilidade de livre escolha por parte do subordinado, ele certamente o declinaria, muito menos o faria de bom grado. Esse é o imperativo superegótico que manda você sentir prazer naquilo que você é obrigado a fazer. Um forçamento que subverte qualquer oposição entre prazer e dever. É nisso, diz Žižek, que o poder totalitário avança ainda mais longe do que o poder autoritário tradicional. O que ele diz não é *cumpra seu dever, quer você goste disso ou não*, mas *você deve cumprir seu dever e deve sentir prazer em fazê-lo*. O dever se torna prazer.

O *super-eu super-visiona* e controla a zona na qual esses dois opostos se sobrepõem, onde a ordem de sentir prazer em cumprir seu dever coincide com o dever de sentir prazer: *Avança com sorriso! Goze com teu dever! Goze!* “Gozar sob ordens, afinal, é algo sobre o qual todo mundo sente que, se existe uma fonte, uma origem da angústia, ela deve estar mesmo em

algum lugar por aí. A esse *Goza* [*Jouis*], só posso responder uma coisa: é *Eu ouço* [*J'ouïs*]" (LACAN, 1962-1963/2005, p. 91-92). Gozar sob ordens, Lacan aí localiza uma fonte da angústia. A angústia desponta pois o sujeito deve regozijar-se obrigatoriamente disso que lhe é comandado não importando o seu querer ou o seu gostar. *Jouis! J'ouïs! Je oui!* Trata-se de um *sim* incondicional. Um *sim* compulsivo, convulsivo, angustiado, sem possibilidades de escolha. O sujeito deve querer *querer* o que lhe foi imposto, não bastando somente cumprir o que é determinado por alguma autoridade externa.

Para além das condutas, portanto, o próprio “querer” do sujeito deve ser reformado. Ortopedia e higienização do desejo. É nesse sentido que aponta a pétala da *Abnegação* que compõe a formosa *Rosa das Virtudes* Naval:

A Abnegação é o *esquecimento* voluntário do que há de egoístico nos *desejos* e tendências naturais, em proveito de uma pessoa, causa ou ideia. É a *renegação de si mesmo* e a disposição de colocar-se a serviço dos outros com sacrifício dos próprios interesses. *O caráter marinheiro é carregado de abnegação*: tem a consciência do “servir”; inclui a base de todas as virtudes, a humanidade; e possui a simplicidade em todas as suas ações e palavras. A Abnegação, portanto, fortalece o desenvolvimento de todas as atividades de serviço à Marinha, criando a unidade de ação, pois *ela é passar por cima de qualquer interesse individual* (BRASIL, 2013, p. 43, grifos nossos)

O caráter marinheiro é carregado de abnegação, o peso do ideal faz-se sentir aqui. O militar da Marinha do Brasil deve “*passar por cima de qualquer interesse individual*” (idem, grifo nosso) em nome de uma unidade de ação, tratorização da subjetividade²⁷. Um verdadeiro rolo compressor que esmaga o desejo e planifica a singularidade. *Homo-geinização, uniformização* em torno dos significantes-ideais. “Renegação de si mesmo” (idem), renegação do desejo, algo de si deve ser amputado. Tudo aquilo que não se coaduna com os rígidos ditames do ideal do eu instituído deve ser extirpado.

Já em *Neuropsicoses de defesa*, que data de 1894, Freud evidenciava os esforços envidados no sentido de excluir certas representações do comércio associativo com demais

²⁷ - A pétala da Disciplina reforça a renúncia do singular em nome de *Um* bloco coeso monolítico eficaz: “A *força de coesão* de qualquer coletividade humana é a Disciplina. É indispensável não só um Organismo Militar, mas a qualquer outro que pretenda reunir indivíduos em uma *unidade sólida e eficaz*. A Disciplina tem um único *inimigo verdadeiro*, que é o *egoísmo*, tão mais obstinado quanto mais inconsciente de si mesmo” (BRASIL, 2013, p. 43-44, grifos nossos).

conteúdos. A instância que supostamente deveria trabalhar em direção a uma síntese, o eu, põe-se a trabalhar justamente contra essa síntese, produzindo um estado dissociativo.

Os dois pacientes analisados por mim haviam gozado, com efeito de saúde psíquica até o momento em que surgiu em sua vida um caso de incompatibilidade; isto é, até que chegou a seu Eu uma experiência, uma representação ou uma sensação que, ao despertar um afeto penosíssimo, levaram o sujeito a decidir esquecê-las, não se julgando com forças suficientes para resolver por meio de um trabalho mental a contradição entre o seu eu e a representação intolerável (FREUD, 1894/1991, p.49).

A censura reprova tudo aquilo que não se enquadra nos rígidos ditames do ideal do eu. Isso que é incompatível engendra repulsa, faz o eu virar o rosto com asco ao se ver refletido no espelho com tamanhas imperfeições, é intolerável. Esse fora-do-ideal é então rechaçado para que esse “afeto penosíssimo” (idem) não se abata sobre ele. Mas isso não simplesmente desaparece, muito pelo contrário, sobrevém como corpo estranho enquistado no eu. Tal como uma verruga que arruína a beleza aos olhos do Outro, o eu esforçar-se-á para extirpar essa mácula a todo custo. Contudo, ao remover uma, outras duas irrompem para o seu desespero. Retorno inexorável do recalçado.

O sujeito neurótico culpa-se por não ser bem aquilo que ele supõe que o Outro gostaria que ele fosse. Esse eu que não *deuiu*, que não se equiparou à estatura do ideal, entremeado de “verrugas”, debulha-se em angústia. Kierkegaard nos diz que:

O ambicioso que diz ser César ou nada não consegue ser César, desespera. Mas isto tem outro sentido, é por não se ter tomado César que ele já não suporta ser ele próprio. No fundo, não é por não se ter tomado César que ele desespera, mas do eu que não o deveio. Esse mesmo eu que de outro modo teria feito a sua alegria, alegria contudo não menos desesperada, ei-lo agora mais insuportável do que tudo (KIERKEGAARD, 1984. p. 200).

Alegria e desespero lado a lado. São as delícias e tormentos do ideal. Regozijo narcísico ao tangenciá-lo, tensão lancinante da culpa quando o olhar superegóico flagra o hiato, a falta. “Não é fácil definir o que é um olhar. Esta chega a ser uma questão que pode muito bem sustentar e devastar uma existência” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 245). O olhar pode ser então causa de exaltação ou execração, amor ou angústia, amparo ou desamparo. Lacan (1957-1958/1999) coloca que o ideal do eu intervém em funções que, muitas vezes, são depressivas

ou até agressivas em relação ao sujeito. As depressões se inscreveriam na relação vacilante, conflitiva, entre o eu e o Ideal do eu. “Admitamos que tudo o que acontece no registro depressivo, ou, ao contrário, no da exaltação, deve ser tornado sob o prisma de uma franca hostilidade entre as duas instâncias” (Ibid., 1957-1958/1999, p. 301). Lacan acentua as duas vertentes inerentes ao registro do ideal. Por um lado, é perpetuado pelo eu para prolongar a satisfação do sujeito, mas “é também a função mais deprimente, no sentido psiquiátrico do termo” (Ibid., 1953-1954/1996, p. 11). Ideal deprimente.

A proliferação dos ideais multiplica as ocasiões de se estar em posição de insuficiência, de deficiência, o que redundaria em subtração de amor e expectativas de punição. Aquém do ideal do eu, o sujeito é alvo de sentimentos de culpa e inferioridade. O sentimento de inferioridade, para Freud (1933/1991), possui fortes raízes eróticas, ou melhor, a falta delas. Uma criança sente-se inferior quando verifica que não é amada, e o mesmo se passa com o adulto. A parte principal do sentimento de inferioridade deriva da relação do eu com o supereu. O sentimento de culpa, do mesmo modo, é a expressão da tensão entre essas instâncias. Freud admite que é difícil separar o sentimento de inferioridade do sentimento de culpa e que se deu pouca atenção, na psicanálise, à questão referente à delimitação desses dois conceitos. Os sentimentos de culpa e de inferioridade, frequentemente de mãos dadas, abatem o sujeito, o deprimem, tornam insuportável a sua existência.

Por outro lado, como vimos, pode-se auferir significativas satisfações narcísicas oriundas da renúncia pulsional: “se o eu resistiu com êxito à tentação de fazer algo que seria chocante para o supereu, ele se sente elevado em seu sentimento de si reafirmado em seu orgulho, como se houvesse logrado uma valiosa conquista” (Ibid. 1940 [1938], p. 208). O orgulhoso Narciso ronrona ao contemplar-se no espelho, se vê sendo visto como belo, como baluarte do *Bem*. É em nome desse suposto *Bem*, daquilo que é correto, da *moral e dos bons costumes* que resistem bravamente às libertinagens, tentações e degenerações. O neurótico obsessivo nesse sentido é paradigmático. Empunhando um estandarte de princípios éticos, marcha orgulhoso crendo-se ilibado, honrado, cândido: “as formações de sistemas dos neuróticos obsessivos adulam seu amor-próprio com o espelhismo de que eles, como homens particularmente puros ou escrupulosos, seriam melhores que outros” (Ibid., 1926/1991, p. 95). Sentem-se superiores por não se curvarem a tentações tão mundanas e impuras. Vestais acima dos demais, empáfia obsessiva.

Esse estratagema, contudo, pode levar ao pior. A exigência de perfeição cada vez maior pode engendrar um ciclo vicioso no qual quanto mais renúncias o sujeito realiza, mais a

severidade do supereu se exacerba. *Perfeito* deriva etimologicamente do latim *perfectum*, feito até o fim, ação acabada. O sujeito da psicanálise, entretanto, é sujeito dividido, marcado irremediavelmente pela falta. Não *per-fectum*, mas sim *in-fectum*, inacabado, não-todo, uma *Gestalt* sempre aberta. Por mais que o sujeito se pretenda esférico e cintilante, o furo far-se-á presente, *subjectum infectum*. O supereu, entretanto, como “representante de todas as limitações morais, o advogado do afã de perfeição” (FREUD, 1933[1932]a/1991, p. 62), a exige sem cessar.

O supereu ordena a renúncia às pulsões, e o resultado é que ele passa a ordenar cada vez mais. [...] Antes nos perguntávamos: Como se explica que alguém renuncie cada vez mais às pulsões, não coma geleia nem nada, e o supereu esteja cada vez mais gordo? Porque se come a geleia! A descoberta de Freud é que o supereu engorda com a satisfação pulsional à qual se renunciou: por isso, quanto mais se renuncia, o gozo pulsional, longe de se desvanecer, nutre o supereu, e se goza nesse lugar. Em vez de gozar de comer a boa geleia, goza-se de renunciar à geleia. Assim se produz um ciclo de reforço, quanto mais o sujeito renuncia às pulsões, mais cresce o supereu e mais culpado será o sujeito (MILLER, 2010, p.12-13).

Paradoxalmente, goza-se de não gozar. Quanto menos se come a geleia, mais a gula e a obesidade do supereu aumenta impondo um peso cada vez maior sobre os lânguidos ombros do eu. Quanto mais virtuoso, quanto mais “santo” é o sujeito, mais severo e rígido é seu supereu. São justamente os *melhores* e os mais obedientes aqueles que sofrem os maiores castigos. Para Zizek (2010), o antigo e cínico mote stalinista sobre os acusados que professavam sua inocência em julgamentos-espetáculo - *Quanto mais inocentes forem, mais merecem ser fuzilados* - é o supereu em sua expressão mais pura. Mesmo esforçando-se ao máximo para ser correto e ilibado, o sujeito está sempre no paredão, tenso sob a mira do supereu.

O “eu obediente e austero não goza da confiança de seu mentor e, ao que parece, se esforça em vão para adquiri-la” (FREUD, 1930/1991, p. 122). Cada renúncia pulsional aumenta a intolerância do supereu e o faz reclamar mais e mais renúncias, *mais ainda*.

Freud escreve o Mal-estar na civilização para dizer-nos que tudo o que passa do gozo à interdição vai no sentido de um reforço sempre crescente de interdição. Todo aquele que se aplica em submeter-se à lei

moral sempre vê reforçarem-se as exigências, sempre mais minuciosas, mais cruéis de seu supereu (LACAN, 1959-1960/1988, p. 212).

Interditar o gozo engendra então um gozo com a interdição. A serpente dá o bote na própria cauda. Justamente a instância que zelaria pelo regramento, descamba em desregramento, apresenta uma gulodice mórbida, sem limites. Diante dessa glutona agência moral, sempre se é deficiente, não importa o quanto se tente, sempre se estará aquém e, quanto maior o esforço para viver de acordo com ela, maior se torna a distância que a separa. “Essa voz gordurenta sempre reduz o sujeito à culpa: quanto mais somos culpados, mais culpados ainda ela nos torna, em um processo que se autoimpulsiona” (DOLAR, 2015, p 161). Espiral descendente em direção ao pior.

Uma lei sem lei. O supereu, como função psíquica, “parece encontrar em si mesma seu próprio agravamento por uma espécie de ruptura de freios que asseguravam sua justa incidência” (LACAN, 1959-1960/1988, p. 174). O que era para ser apenas uma *palmada*, digamos assim, pode degradingolar em *espancamento* até a morte. Em seus julgamentos draconianos, o supereu perde a mão, ou melhor, pode fazer perder a mão.

Lacan cita o caso de um escritor que para de escrever porque sua mão direita encontrase paralisada. A análise descortina que esse sujeito, que era muçulmano, tinha um pai ladrão. Pela lei do Alcorão, o ladrão tem sua mão cortada. Assim, esse sujeito, em face do pai criminoso que não recebeu nenhuma sanção, assume para si a punição de um crime que ele mesmo não cometeu e “perde” a sua mão.

Em *Psicopatologia da vida cotidiana*, acompanhamos a análise de uma jovem senhora que quebrou vários ossos de uma perna em um acidente de carruagem, o que a fez ficar acamada por semanas. O que chamou a atenção de Freud foi a ausência de expressões de dor e a tranquilidade com que ela suportou o seu infortúnio. Esse acidente seria o prólogo de uma longa e grave neurose. As circunstâncias concomitantes ao acidente são dignas de nota. Essa jovem senhora estava hospedada com o marido, homem muito ciumento, na fazenda de uma irmã casada, em companhia de suas irmãs e irmãos e seus respectivos cônjuges. Certa noite, ela exibiu nesse círculo íntimo um de seus talentos: dançou cancan com perfeição, sob os aplausos calorosos dos parentes e chegados, mas com escassa satisfação do marido, que depois do “espetáculo” lhe sussurrou: “Você voltou a se portar como uma puta”. Essa injúria calou fundo. Ela passou a noite toda inquieta, mal dormiu. Na manhã seguinte, surgiu a vontade de dar um

passeio de carruagem, ela mesma escolheu os cavalos minuciosamente. A sua irmã mais nova queria que o seu bebê e a ama fossem com ela na carruagem, ela se opôs vigorosamente a isso. Durante todo o trajeto ela mostrou-se nervosa, avisou ao cocheiro que os cavalos se assustariam e, quando eles realmente opuseram alguma dificuldade, ela aterrorizada saltou da carruagem quebrando a perna. Aos outros que lá permaneceram nada ocorreu.

O conjunto desses detalhes sugere que esse acidente não foi tão acidental assim, “não podemos deixar de admirar a destreza com que o acaso foi constringido a *impor um castigo tão adequado à culpa*: por muito tempo ficou impossibilitada de dançar cancan” (FREUD, 1901/1991, p. 177, grifo nosso). Para que não mais se comporte como uma *puta*, exibindo-se dançando cancan, tal como se estivesse em um cabaré, que se lhe quebre as pernas. Doçura superegógica. A ausência de expressões de dor e a placidez com que a dançarina/puta levou isso tudo aguçou a escuta freudiana. A sua pena cabal autoimposta satisfaz uma obscura necessidade de punição, esta opaca à própria paciente.

Acidente tem como raiz latina *accidere*, o que cai, aquilo que cai em cima do sujeito. O que a psicanálise desvela é o quanto de trabalho, de atuação há do sujeito nisso que se apresenta como meramente acidental. Ainda em *Psicopatologia da vida cotidiana*, Freud compartilha um peculiar hábito familiar seu. Quando um membro de sua família se queixava de ter mordido a língua, imprensado um dedo ou coisas do tipo, não recebia dele a compaixão comumente esperada pelo senso comum, mas sim a pergunta: “Por que você fez isso?”. Nesse chistoso exercício cotidiano é possível entrever um dos principais paradigmas analíticos: a implicação subjetiva. O jargão popular “Freud explica” deveria ser retificado por “Freud implica”.

A mesma lógica que subjaz a ocorrência de autolesões semi-deliberadas também pode ser encontrada na autoaniquilação semi-deliberada. Há também a hábil exploração de um risco mortal que será mascarado como acidente casual. O propósito inconsciente aguarda, ou até mesmo fabrica, uma ocasião para que a “tendência à autoaniquilação” (Ibid., 1901/1991, p. 178) encontre o seu destino. Em outro caso trazido por Freud, uma senhora casada com três filhos desfigurou seu rosto temporariamente quando tropeçou ao andar na rua e bateu com o rosto no muro de uma casa. Quando questionada sobre o motivo dessa queda tão grave, que nem sequer as mãos foram usadas para aparar o impacto, disse que vira um bonito quadro em uma loja do outro lado da rua e que desejara tê-lo como adorno para o quarto das crianças. Quis comprá-lo imediatamente e partiu em linha reta em direção à loja, sem olhar para o chão,

tropeçou em pedras e chocou-se violentamente com o muro. A bela indiferença depois do trágico ocorrido também se fez presente nesse caso. Inquirida novamente sobre a sua desatenção, disse: “Bem talvez tenha sido um castigo... por causa daquela história que lhe contei em confiança. [...] Me arrependi muito; achei que fui má, criminosa e imoral, mas naquela época eu estava quase louca com meu nervosismo”.

Tratava-se de um aborto que ela fizera com o consentimento do marido, já que, dada a sua situação financeira, o casal não queria ter mais filhos. O aborto fora iniciado por uma curandeira e tivera de ser concluído por um médico especialista. “Muitas vezes me repreendo pensando ‘*mas você mandou matar seu filho!*’, e me angustiava pensar que uma coisa assim não podia ficar sem castigo. Agora que o senhor me garantiu que não há nada de mal com meus olhos, fico muito descansada: de qualquer modo, já fui suficientemente punida”. A sua desfiguração facial parcial a apaziguara, pelo menos naquele momento. Angustiava-se por não poder expiar a sua chaga moral, arrebentar a própria cara no muro “acidentalmente” veio então muito bem a calhar.

Esses ferimentos aparentemente acidentais sofridos por esses sujeitos são, na verdade, lesões autoinfligidas que satisfazem uma ânsia por punição. O que salta aos olhos é a desproporção e a violência com que esse ímpeto punitivo é imposto sobre si mesmo. Parafraseando Dostoiévski, empalidece qualquer outro castigo. O suposto crime é sujeitado a um julgamento muito mais implacável do que a lei mais severa o poderia submeter. A hipermoralidade que Freud (1923/1191) atribui ao supereu roça com a amoralidade do isso:

O supereu tem uma relação com a lei, e ao mesmo tempo, é uma lei insensata, que chega até a ser o desconhecimento da lei. É sempre assim que vemos agir o supereu no neurótico. Não será porque a moral do neurótico é uma moral insensata, destrutiva, puramente oprimente, quase sempre antilegal, que foi preciso elaborar na análise a função do supereu? (LACAN, 1953-1954/ 1996, p. 123).

Há, portanto, uma insensatez radical da moral humana. Uma lei ilegal, lei fora-da-lei, louca, que exige o impossível: “Assim (como o pai) *deves ser*”, “Assim como (como o pai) *não te és lícito ser*” (FREUD, 1923/1991, p. 36, grifos nossos), vocifera o supereu. Como ser e não ser ao mesmo tempo? Impõe-se um *dever-ser* como o pai ao sujeito e, no mesmo golpe,

interdita-se esse *dever-ser* como o pai. *Goze! Não goze!* Curto-circuito pulsional que empurra o sujeito para além do princípio do prazer.

Essa moral insensata, opressora e destrutiva não se restringe ao campo do patológico, muito pelo contrário: “Já a moral normal, ordinária, tem o caráter de dura restrição, de proibição cruel. E daí provém, a todas as luzes, a concepção de um ser superior inexorável no castigo” (FREUD, 1924/1991, p. 55). Mesmo na “normalidade” há essa assimetria e truculência superegóicas. O sujeito está sempre aquém das contas que tem que prestar aos olhos do Ideal – e o credor é o supereu (QUINET, 2009). Credor que não raras vezes se apresenta como um agiota fora-da-lei, que quebra pernas e desfigura como vimos. Em casos extremos, como na melancolia, o supereu se apresenta como “pura cultura da pulsão de morte” (FREUD, 1923/1991, p. 54), pode conseguir “empurrar o eu à morte, quando este não consegue se defender antes de seu tirano” (Ibid, p. 54). A que se deve essa tirania mortífera contra si mesmo? É disso que trataremos a seguir.

4.2- Eu sou o meu próprio pior inimigo

Acordo com suor de novo
Outro belo dia para se desperdiçar, em minha desgraça
Preso em minha cabeça de novo
Sinto que nunca deixarei este lugar, não há escapatória
Eu sou meu próprio pior inimigo

Eu desisto, estou cansado desse sentimento
Não há nada que você possa dizer?
Leve tudo isso embora, estou ficando sufocado
Me diga, que porra há de errado comigo?

Eu não sei o que levar
Pensei que estava focado
Mas estou assustado, não estou preparado
Eu respiro fundo
Procurando ajuda de alguma maneira
Em algum lugar e ninguém liga
Eu sou meu próprio pior inimigo

Eu desisto, estou cansado desse sentimento
Não há nada que você possa dizer?
Leve tudo isso embora, estou ficando sufocado
Me diga, que porra há de errado comigo?

Deus!
Tire-me da minha miséria!
Tire-me da minha miséria!
Tire-me da minha
Tire-me da minha maldita miséria!

Eu desisto, estou cansado desse sentimento
Não há nada que você possa dizer?
Leve tudo isso embora, estou ficando sufocado

Me diga, que porra há de errado comigo? ²⁸ (Given up, Linkin Park)

Chester Bennington, vocalista e líder da banda *Linkin Park*, foi encontrado morto em sua própria casa em Los Angeles aos 41 anos de idade no ano de 2017. Ele suicidou-se enforcado em seu quarto, os peritos encontraram próximo ao seu corpo dependurado uma garrafa de bebida alcoólica vazia. Chester há muito tempo falava abertamente da sua árdua e longa batalha contra a depressão, o álcool e as drogas. Batalha que infelizmente teve um fim trágico e que chocou os seus milhares de fãs ao redor do mundo.

Dois meses antes da morte de Chester, seu amigo Chris Cornell, vocalista do *Soundgarden* e um dos fundadores do movimento grunge, foi encontrado morto em um quarto de hotel, em Detroit, após um show na região. Ele também se matou por enforcamento e sofria de depressão. O seu falecimento notoriamente abalou o vocalista do *Linkin Park*. No velório de Chris Cornell, Chester cantou a icônica música “Hallelujah”, de Leonard Cohen, e disse estar grato pelo convite feito pela família para participar e cantar na cerimônia. Ele também fez uma homenagem ao músico no *Twitter*: “Sua voz era de alegria e dor, raiva e perdão, amor e mágoa em uma só. Suponho que sejamos todos assim. Você me ajudou a entender isso”. Propositalmente ou não, Chester se matou no dia em que Chris completaria 53 anos.

Given Up, canção de sua autoria, desvela através da arte o grau de sofrimento insuportável que se pode infligir a si mesmo. Não apenas a letra, mas também os gritos agudos e grunhidos de Chester ao cantá-la expressavam um acerado desespero e desamparo:

Acordo com suor de novo

Outro belo dia para se desperdiçar, em minha desgraça

²⁸ - Given Up

Waking in sweat again/ Another day's been laid to waste, in my disgrace/ Stuck in my head again/ Feels like I'll never leave this place, there's no escape/I'm my own worst enemy

I've given up, I'm sick of feeling/ Is there nothing you can say?/ Take this all away, I'm suffocating/ Tell me what the fuck is wrong with me/ I don't know what to take/ Thought I was focused/ But I'm scared, I'm not prepared/ I hyperventilate/ Looking for help somehow/ Somewhere and no one cares/ I'm my own worst enemy

I've given up, I'm sick of feeling/ Is there nothing you can say?/ Take this all away, I'm suffocating/ Tell me what the fuck is wrong with me

God!/ Put me out of my misery!/ Put me out of my misery!/ Put me out of my/ Put me out of my fucking misery!

Preso em minha cabeça de novo
 Sinto que nunca deixarei este lugar, não há escapatória
 Eu sou meu próprio pior inimigo

Já ao acordar a *des-graça* se inicia. O suor indica a opressão, o peso de uma presença maciça que não deixa espaço para respirar. Aqui a falta, falta. Angústia que sufoca: “*Leve tudo isso embora, estou ficando sufocado*”, asfixia do desejo. Perante um inimigo externo pode-se tentar fugir, travar um combate ou imobilizá-lo. Já contra esse pior inimigo que é si mesmo não há trégua, muito menos fuga possível. Está preso em sua própria cabeça, que se transforma em um campo de batalha permanente nessa guerra sem fim.

Como vimos, o eu pode tomar-se a si mesmo por objeto, tratar-se como a outros objetos, observar-se, amar-se, criticar-se e odiar-se: “*Aquele-que-se-pune-a-si-mesmo*” (LACAN, 1959-1960/1988, p. 112). Inimigo de si mesmo, pode tornar a própria existência insuportável, sufocante. O que a letra dessa canção deixa patente é que nem o próprio sujeito consegue discernir os motivos desse seu automartírio interminável. Demanda que se lhe diga o que está errado com ele, demanda um saber sobre o seu sofrer que ele próprio desconhece: “*Me diga, que porra há de errado comigo?*”.

Em *Alguns tipos de caráter elucidados pelo trabalho analítico*, Freud constata que diante de um excruciante sentimento de culpa, de origem totalmente desconhecida, muitos sujeitos cometiam crimes e transgressões buscando uma punição que trouxesse algum alívio. Paradoxalmente não se sentiam culpados pelos malfeitos em si, eles perpetravam tais infrações movidos por uma culpa difusa, frondosa que os atormentavam. Assim delinquindo, conseguiam fixar de certa forma essa aflição opaca em algo mais “palpável”, localizando-a, nomeando-a. No lugar da causa incógnita (*x*), algo pôde ser formulado, encapsulando a chaga generalizada, contêm-se as chamas de alguma forma.

Esse *x* incognoscível está no núcleo da narrativa de *O processo* de autoria de Franz Kafka. Joseph K., personagem principal da trama, é indiciado e julgado sem ter a menor ideia de que crime teria cometido. Ele nem mesmo sabe qual autoridade impetrou esse bizarro processo. Réu perplexo diante de um *Tribunal* anônimo, Joseph é atacado por autoridades intangíveis e arbitrárias que atribuem-lhe uma culpa que ele não reconhece.

O melancólico, por outro lado, já tem uma certeza inamovível de sua culpa e necessidade de punição antes mesmo de ser capaz de discernir algum crime ou falta que a

arrazoe. Antes mesmo de qualquer julgamento, ele já se auto-setencia culpado e merecedor das sevícias mais escabrosas e medonhas. O trabalho do delírio na melancolia seria justamente elaborar um enredo que justifique a culpa muda que já o assedia e que assim possa ser definida sua merecida (e ansiada) punição. O relato de Jules Séglas, psiquiatra que fora assistente de Charcot, de uma paciente melancólica sua é muito elucidativo:

Ela se acha miserável, ladra, culpada de todos os crimes. Só fala, com pavor, dos suplícios que lhe farão padecer. *Quais são eles? Ela não sabe, mas de qualquer maneira serão terríveis.* Não obstante ela os espera (SÉGLAS, 1894 apud QUINET, 2009, p. 191, grifo nosso).

Mesmo sem um saber, não há dúvida. O esforço se dará na busca de sentido nas ideias delirantes através da interpretação, *a posteriori*, de eventos que muitas vezes antes eram totalmente insignificantes. A causa incógnita se torna causa conhecida: “Eis o crime que você cometeu e pelo qual está pagando com todo esse sofrimento corporal e mental. Você é um criminoso e merece punição” (QUINET, 2009, p. 191).

A letra de *Given up*, como vimos, apresenta um sofrer que mal consegue se dizer. *Maldito*, nem ao menos se é capaz de discernir uma injúria ou acusação que se direcione ao sujeito. O mutismo da pulsão de morte grita. A voz áfona do supereu nada diz, apenas empurra ao holocausto, atea o fogo frio do real. Aflição insuportável:

Deus!
Tire-me da minha miséria!
Tire-me da minha miséria!
Tire-me da minha
Tire-me da minha maldita miséria!

Como se livrar dessa maldita miséria infernal? A solução muitas vezes encontrada é o suicídio. O sujeito apressa-se em direção ao cadafalso. Somente assim encontraria, enfim, alguma paz: “Por que não acabar imediatamente com isso, uma vez que ela já está condenada? Se dela nos aproximamos, pede que isso termine logo, caso não a degolemos. É apenas com essa expiação, aguardada incessantemente, que ela espera obter finalmente o repouso” (1894 apud QUINET, 2009, p. 191). A paciente de Séglas anseia por um fim. Que seja por um violento degolamento, mas que traga repouso. No caso do suicídio, esse repouso é absoluto, total, é o retorno ao inanimado visado pela pulsão de morte.

O eu ser capaz de suicídio, de se autoassassinar, tradução literal do alemão *Selbstmord*, é o ápice da agressividade contra si mesmo. Ao considerarmos o suicídio como um auto-homicídio, o sujeito é aí implicado como assassino e também objeto assassinado, ou melhor, objeto que se deixa assassinar. É portanto autor, cúmplice e vítima do homicídio. Ato de violência extrema contra si mesmo.

A melancolia, observa Freud, apresenta um elemento que não se encontra no árduo trabalho do luto: há um extremo rebaixamento da autoestima [*Selbstgefühl*]. Nessa afecção há um empobrecimento brutal do sentimento de si. Narciso lanhado dos açoites, sangra e definha. Quinet (2009b) coloca que o melancólico apresenta-se, muitas vezes, com postura tímida, embaraçada. Responde com a voz baixa, recusa-se a dar a mão ou a falar porque não é digno dos sinais de estima que porventura se dirijam a ele, não vale a pena ocupar-se dele. Recusa-se a sentar quando convidado ou, se deixado livre, escolhe o assento que lhe pareça o menos confortável. Recusa alimentos ora porque acredita que não poderá pagá-los, ora porque são saborosos demais para ele. Caso trabalhe, submete-se às tarefas mais repugnantes. Ao tentar suicídio, frequentemente o faz com o objetivo de suprimir do mundo um ser incapaz, inútil ou mesmo perigoso para os outros.

Ele se acredita culpado, indigno de comunicar-se com seus semelhantes; ele não passa de um animal, uma besta; em suma, uma porcaria. Ele não serve para nada na Terra; melhor seria se estivesse morto. Tal outro se dirá decaído do resto da humanidade; ele não tem mais sentimentos, nem vontade; ele não é mais como todo o mundo, está arruinado, não tem mais órgãos, não existe mais (SÉGLAS, 1894 apud QUINET, 2009b, p. 192).

O melancólico trata-se como lixo, dejetos, ser abjeto que deve ser aniquilado, “perdeu o respeito por si mesmo” (FREUD, 1917/1991, p. 245). Em função da perda desse autorrespeito, do derretimento de sua autoestima, ele sequer esboça qualquer reação diante das mais escabrosas injúrias que o supereu despeja ferozmente contra si, apenas docilmente oferece a outra face. Em determinadas formas da neurose obsessiva, as reprovações da consciência moral são igualmente penosas e martirizantes, o que, apesar de dificilmente culminarem em suicídio como na melancolia, redundam em um automartírio interminável. Os atos conjuratórios compulsivos e os pensamentos obsedantes podem imobilizar totalmente a vida do sujeito. A

exigência do supereu pode ser tão intensa e implacável que o eu cai paralisado frente as suas tarefas (Ibid., 1940[1938]/1991).

Há algo aqui que desponta para além do princípio do prazer. Esse encarniçado gozo da autotortura não respeita nenhum limite, nenhuma lei, subverte a suposta busca por um equilíbrio homeostático. A afiada lâmina incandescente de Tânatos lacera o eu que morbidamente se satisfaz a cada golpe. “O sadismo do supereu e o masoquismo do eu se complementam um ao outro e se unem para provocar as mesmas consequências” (FREUD, 1924/1991, p. 175), dança macabra à beira do abismo. Fato curioso é que, embora a virulência e sadismo do supereu geralmente se apresente com estridência, o afã masoquista do eu permanece oculta para o sujeito. Oferece a face a qualquer oportunidade de receber um golpe. Nisso regozija-se sem saber. Nesse sentido, Dostoievski antecipa Freud:

Quem sabe o homem ame não apenas o bem-estar? Quem sabe ele ame igualmente o sofrimento? Quem sabe o sofrimento é para ele tão vantajoso quanto o bem-estar? O homem, às vezes, ama o sofrimento de maneira terrível, apaixonada; isso é um fato (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 45-46).

É essa terrível paixão pelo sofrimento que compele Freud a rever não só o seu dualismo pulsional, como também a formular um princípio ainda mais fundamental que o princípio de prazer a reger o aparelho psíquico. Apaixonado pelo sofrimento, o sujeito parece não querer desgarrar-se dele, apegar-se e deleitar-se com a dor. Quer continuar doente. O sujeito em análise rechaça a cura, arruína-se quando finalmente alcança o êxito, repete, sem cessar, o insuportável. As “misteriosas tendências masoquistas do eu” (Ibid., 1920/1991, p. 14) apontam para um *mais-além*. Gozo estranho que subverte a homeostase.

O problema econômico do masoquismo, de 1924, sacramenta e desdobra a postulação do conceito de pulsão de morte cunhado em *Além do princípio do prazer*. Podemos acompanhar uma importante torção teórica acerca primariedade do masoquismo na economia pulsional. Contrapondo-se à noção que vigorava até então; a de que o sadismo seria primário e que o masoquismo adviria como um desdobramento, ou melhor, um redobramento sobre si da agressividade; Freud concebe um masoquismo primário (*Urmasochismus*). O sadismo, desse modo, já se configuraria como uma declinação da fundamental mórbida “aspiração que tem por meta a destruição de si” (Ibid., 1933[1932]b/1991, p. 97). Seria um esforço centrífugo de deflexão dessa potência catabólica. A libido teria como tarefa neutralizar os poderes destrutivos

da pulsão de morte ligando-a e desviando-a para o exterior. Uma parte dessa pulsão, contudo, não seria transposta e permaneceria no psiquismo exercendo seus efeitos disruptivos.

A tarefa da libido é tornar inócua esta pulsão destrutora; a desempenha desviando-a em boa parte – e logo com a ajuda de um sistema de órgão particular, a musculatura – para fora, dirigindo-a para os objetos do mundo exterior. Recebe então o nome de pulsão de destruição, pulsão de apoderamento, vontade de poder. Um setor desta pulsão é posto diretamente a serviço da função sexual, onde tem a incumbência de uma importante operação. É o sadismo propriamente dito. Outro setor não obedece a este traslado para fora, permanece no interior do organismo e ali é ligado libidinalmente com ajuda da co-excitação sexual antes mencionada; neste setor temos que discernir o masoquismo erógeno, originário (FREUD, 1924/1991, p. 169).

Depois que parte da pulsão de morte foi trasladada sobre os objetos, no interior permanece como resíduo, como resto, o masoquismo erógeno. Esse masoquismo seria um testemunho e uma relíquia da “fase de formação em que aconteceu a liga, tão importante para a vida, entre *Eros* e pulsão de morte” (Ibid., p. 170). Freud coloca que não devemos contar com uma pulsão de morte e de vida puras, mas somente nos depararemos com contaminações dessas, com mixagens, mesclagens. É a mescla com *Eros* que retarda o empuxo à morte, ao inanimado. “Se realmente é um caráter tão geral das pulsões o de querer reestabelecer um estado anterior, não podemos nos assombrar que na vida anímica tantos processos se consumem com independência do princípio do prazer” (Ibid., 1920/1991, p. 60). Nesse sentido, Lacan é preciso: toda pulsão é pulsão de morte. Como o próprio Freud diz, o objetivo de toda a vida é a morte, mas não se trata de um morrer de qualquer maneira. O organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo. É *Eros* que impõe um desvio à catábolia de *Tânatos*. São esses rodeios e circuitos que fazem a vida perdurar.

As desmesclagens pulsionais, portanto, produzem efeitos funestos. Quando há *subtração*, um afrouxamento da pulsão de vida, a derrocada em direção à morte é vertiginosa. Um exemplo paradigmático pode ser encontrado na melancolia. Com a hemorragia da libido, o supereu melancólico apresenta-se como pura cultura da pulsão de morte que empurra o sujeito esmaecido à autoaniquilação. Faz-se necessário, portanto, em nome da vida, uma mesclagem e deflexão para “fora” dessa pulsão de morte. Caso contrário, o homem, tal qual os animais protistas, perecerá pelos produtos catabólicos que ele mesmo cria (Ibid. 1923/1991).

Com a instalação do supereu, montantes consideráveis da pulsão de morte são fixados no interior do eu e ali exercem efeitos autodestrutivos, isso mesmo na moral dita “normal” como vimos. Em *Esboço de psicanálise*, um dos seus últimos trabalhos, Freud frisa que essa autoagressividade constitui um perigo para a saúde do ser humano: “Reter a agressão é em geral insano, produz um efeito patógeno (mortificação) [*Kränkung*]” (Ibid., 1938/1991, p. 148). Quarenta e cinco anos antes, em 1893, Freud utilizara esse mesmo significante, *Kränkung*, em sua conferência sobre a histeria. Na ocasião, ele tratava dos efeitos de uma ofensa não revidada à altura, como, por exemplo, alguém que não pôde revidar uma bofetada, seja retribuindo-a com outra bofetada, seja por meio de um insulto ou afins. Uma afronta revidada, mesmo que apenas por intermédio da palavra, é recordada de outro modo daquela que se teve que tolerar sem qualquer reação. Esse “padecer tolerado calado” (Ibid. 1893, vol. 3, p. 38), esse *sapo engolido*, engendra uma mortificação, *Kränkung*, que tem a mesma raiz etimológica no alemão que *Krankheil*, enfermidade. *Deglutir sapos*, portanto, adoece, mortifica.

Em nossa escuta dos militares da Marinha do Brasil, esse padecer tolerado calado aludido por Freud emerge recorrentemente em suas falas. Há até uma gíria naval específica para isso: *entubar*. Em virtude da imposição da hierarquia e disciplina, muitas vezes o militar subordinado deve acatar, sem questionar, aquilo que lhe é determinado. Não há espaço para discussão, negociação, mesmo que a ordem seja absurda ou injusta. Há apenas a imposição *top-down*. Toda a frustração, indignação, raiva e ressentimento deve ser *entubado*. Isso não se dá sem consequências. Ao invés de explodir, implode-se. Essa agressividade fervilhante corrói por dentro. Não é raro haver repercussões inclusive no corpo, tais como úlceras, cefaleias, pressão alta etc.

Vedada a *hetero*-agressividade, resta a *auto*-agressão. Esse trânsito de uma agressão impedida até a uma destruição de si mesmo pelo retorno da agressividade contra a própria pessoa fica nítido, diz Freud (Ibid., 1938/1991), quando uma pessoa em um ataque de fúria, arranca seus próprios cabelos e esmurra a própria face quando é evidente que preferiria infringir a outrem esse tratamento. A agressividade, por não conseguir obter satisfação no mundo externo, por chocar-se com os mais variados impedimentos, retrai-se e multiplica a escala da autodestruição que reina no interior.

Uma agressividade impedida para implicar um grave dano; as coisas se apresentam como se devêssemos destruir a outras pessoas ou coisas para que não destruamos a nós mesmos, para nos pormos a salvo da tendência da

autodestruição. Triste revelação, sem dúvida, para o moralista! (Ibid., 1933[1932]b/1991, p. 98).

Para o arrepio dos moralistas, ou se destrói algo ou alguém, ou o sujeito destruirá a si mesmo. Algo será destruído, será agredido necessariamente. A agressividade encontrará um destino, um alvo, seja ele qual for:

O ser vivo *preserva sua própria vida destruindo a alheia*, por assim dizer. Contudo uma porção da pulsão de morte permanece ativa no interior do ser vivo, e tentamos deduzir toda uma série de fenômenos normais e patológicos desta interiorização da pulsão destrutiva. E até cometemos a *heresia de explicar a gênese da nossa consciência moral pelo retorno da agressão para dentro*. [...] isso é diretamente nocivo, tanto que a volta dessas forças pulsionais para a *destruição no mundo exterior aligeira o ser vivo* e não pode menos que exercer um *efeito benéfico* sobre ele (Ibid., 1932b/1991, p. 194, grifos nossos)

Freud adverte: reter sua agressividade faz mal à saúde. Esse mal é tamanho que pode empurrar o sujeito à morte. Quando não chega a isso, a agressividade voltada contra si não cessa de punccioná-lo com um autotortimento sem fim. Então devemos exercê-la, despejá-la sobre o mundo e sobre os outros. Sim, mas raramente esse franco escoamento é possível. As consequências de tal desenfreamento far-se-ão pesar sobre o sujeito e sobre os laços sociais. Assim sendo, a cultura se vê obrigada a lançar mão de esforços supremos a fim de estabelecer limites para as pulsões agressivas do homem. Inúmeras são as restrições e renúncias impostas à agressividade. Assim sendo, cabe questionar: Que destino então dar a essa agressividade que, seja voltada contra si mesmo (autoagressividade), seja voltada para os laços sociais (heteroagressividade) produz efeitos tão nefastos?

5 - MAL-ESTAR INEXPURGÁVEL

5.1 – A-culturando as bestas selvagens humanas

O Homem — uma fera domesticada

É preciso ler histórias de crimes e descrições de situações anárquicas para saber do que o Homem é realmente capaz no que diz respeito à moral. Esses milhares de indivíduos que, diante dos nossos olhos, empurram desordenadamente uns aos outros no trânsito pacífico devem ser vistos como tantos tigres e lobos, cujos dentes são protegidos por fortes focinheiras.

Arthur Schopenhauer

O cerne do célebre texto *Mal-estar na cultura* versa sobre o antagonismo irremediável entre as exigências da pulsão e as restrições impostas pela cultura. Concepção essa que já estava presente nos trabalhos mais iniciais de Freud. Há para além de uma inadequação, um conflito insolúvel entre as imperiosas exigências de satisfação da pulsão, que “pressiona, indomada, sempre para a frente” (FAUSTO apud FREUD, 1920/1991, p. 42), e as restrições da moral civilizada. O ingresso em um grupo, em uma cultura, em um laço social implica necessariamente em uma perda de gozo, em dolorosas renúncias pulsionais que visam preservar os tenros laços tecidos da virulência das pulsões sexuais e agressivas.

Os primeiros ensaios de regulação dos relacionamentos sociais intentaram superar a vontade arbitrária do indivíduo que, dotado de maior força física, submeteria os demais a seus caprichosos desígnios. No mito freudiano narrado em *Totem e Tabu*, constata-se que a façanha da fratria em depor, assassinar e deglutir o tirânico Pai Primordial (*Urvater*) - que detinha para si todas as mulheres e subjugava a todos - não pôde satisfazer plenamente a nenhum dos amotinados. Nenhum dos filhos pôde fazer valer seu desejo originário de ocupar o lugar vacante de exceção do pai. Para Freud, a proibição do incesto teria um poderoso fundamento prático: a necessidade sexual não une os varões, pelo contrário, provoca desavenças entre eles.

Embora os irmãos tivessem se unido para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um quis, como o pai, ter todas as mulheres para si. A nova organização terminaria inevitavelmente numa luta de todos contra todos, pois nenhum deles tinha força tão predominante a ponto de ser capaz de assumir o lugar do pai com êxito e de forma absoluta. Assim sendo, os irmãos não tiveram outra opção, se queriam viver juntos, senão

erigir a proibição do incesto, com a qual todos, de igual modo, renunciariam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai.

De outro modo, sem uma lei bastada pela ereção do totem, viver-se-ia em um perpétuo ciclo de quedas e ascensões de tiranos, estes empossados e depostos pela força bruta mais crua. A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida, coesa contra os indivíduos isolados que porventura enveredem pela via de tomada de poder pela truculência. “Agora o poder desta comunidade se contrapõe, como 'direito', ao poder do indivíduo, que é condenado como 'violência bruta'. Esta substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo” (Ibid., 1930/1991, p. 93). Da horda à civilização, da força bruta ao direito, da tirania à fratria/democracia, assim caminharia a humanidade (contudo, não raras vezes, a caminhada é inversa).

A essência da cultura, portanto, consiste na limitação das possibilidades de satisfação dos membros da comunidade. Por um lado sacrifica-se a satisfação das pulsões, por outro o sujeito recebe garantias de que não sucumbirá à violência bruta de um eventual déspota que intencione impor-se pela força. Apesar do mal-estar e a hostilidade à cultura decorrerem da pressão exercida pelas renúncias pulsionais por ela exigidas, simplesmente não se pode abdicar dessas renúncias:

Imaginemos o cancelamento de suas proibições: seria lícito escolher como objeto sexual a mulher que lhe conviesse, eliminar sem hesitação os rivais que a disputem ou a qualquer um que se interponha em seu caminho; se poderá tomar do outro qualquer bem sem pedir-lhe permissão: *que maravilhosa sucessão de satisfações seria então a vida! Claro que em seguida se tropeçaria com uma dificuldade imediata: os demais teriam justamente os mesmos desejos que eu e não me tratarão com mais consideração do que eu os trato.* Por isso, no fundo, *somente um* indivíduo poderá tornar-se ilimitadamente feliz mediante esse cancelamento das limitações culturais: *um tirano, um ditador* que tenha atraído para si todos os meios de poder; e esse indivíduo, ademais, teria todas as razões para desejar que os outros obedecessem ao menos um mandamento cultural: “Não matarás” (FREUD, 1927/1991, p. 15, grifos nossos).

O resultado do cancelamento das proibições e renúncias seria a barbárie, o caos ou então a instalação de uma tirania encarniçada, cruenta tal como fora a do Pai Primordial no mito freudiano. Mas mesmo essa nova tirania necessitaria que os subjugados obedecessem a pelo menos a uma norma: *não matar*. Não matar o déspota, para que não se repita o ocorrido na horda primeva; nem se matarem uns aos outros, pois assim não restaria ninguém a tiranizar.

Aquele que porventura obter êxito em concentrar em si os meios de poder e subjugar os demais pela força bruta, jamais poderá ficar totalmente tranquilo no alto de seu trono, pois o impulso à revolta dos oprimidos estará sempre a fervilhar por debaixo dos tapumes do poder imposto. Quanto maior a opressão, maior será a revolta latente. A história é repleta de exemplos sangrentos do estouramento dessa pústula de insatisfação e ressentimento (cabeças rolaram, literalmente).

Uma limitação ao pulsional é indispensável, pois o mesmo desenfreamento que eu me permitir, também poderá ser exercido pelo meu próximo. Os choques e atritos seriam incomensuráveis. Um tentaria impor o seu gozo ao outro em uma guerra civil sem fim. Rixas, contendas e vendetas intermináveis estraçalhariam os laços sociais. Há que se instaurar um ponto de basta: “Em termos universais, nossa cultura se edifica sobre a sufocação das pulsões. Cada indivíduo cedeu um fragmento do seu patrimônio, da plenitude de seus poderes, das inclinações agressivas e vingativas de sua personalidade” (Ibid, 1908/1991, p. 167-168).

Olho por olho e o mundo acabará cego, disse Mahatma Gandhi. O erro de Gandhi, contudo, é supor que um olho por um olho bastaria para apaziguar o ímpeto vingativo do ser humano. Não há necessariamente proporcionalidade entre o dano perpetrado e a resposta agressiva do ofendido/lesado. Lacan, para além da lei de Talião, afirma que o ódio é uma carreira sem limites. Só um olho simplesmente não é o suficiente. Exige-se um braço, nariz, perna, os olhos dos ascendentes, dos descendentes, a vida, a vida dos familiares, enfim, “o ódio não se satisfaz com o desaparecimento do adversário. Se o amor aspira ao desenvolvimento do ser do outro, o ódio quer o contrário, ou seja, sua humilhação, sua derrota, seu desvio, seu delírio, sua negação detalhada, sua subversão” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 305).

Em *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, Freud ressalta a transgressão de todos os limites e das mínimas balizas civilizatórias na sanguinolenta Primeira Guerra Mundial. Convulsionados por uma sanha mortífera, destroçavam tudo o que estava pela frente como se não houvesse amanhã:

A guerra na qual não queríamos acreditar irrompeu, e trouxe consigo... a desilusão. Não é apenas mais sangrenta e devastadora do que quaisquer guerras anteriores, devido ao poderoso aperfeiçoamento das armas de ataque e de defesa, mas pelo menos tão cruel, amargurada e impiedosa quanto qualquer uma que a precedeu. Ela *transgride todos*

os limites que nos impusemos em tempos de paz, que havíamos chamado de Direito Internacional, não reconhece as prerrogativas dos feridos e dos médicos, ignora a distinção entre a população combatente e a pacífica, nem os direitos de propriedade privada. Arrasa o que se interpõe no seu caminho, em *fúria enceguecida*, como se não houvesse um futuro nem paz alguma entre os homens. *Destroça os laços* comunitários entre os povos empenhados no combate e ameaça deixar como sequela um rancor que por longo tempo tornará impossível o restabelecimento dos laços (FREUD, 1915b/1991, p. 280, grifos nossos).

Nessa guerra dois fatos em especial despedaçaram ilusões e provocaram uma amarga decepção na concepção freudiana: a ínfima moralidade demonstrada pelos Estados (estes que posavam de guardiões das normas éticas) e a brutalidade na conduta dos sujeitos que, como membros das mais ricas e elevadas culturas humanas, não se acreditava que fossem capazes de atos tão brutais e bárbaros como os testemunhados. Uma fúria enceguecida bestial irrompe justamente dos cidadãos-padrão mais engomados do distinto continente europeu. Esperava-se que, mesmo em meio a uma guerra, o direito internacional e suas instituições fossem respeitadas, que o patrimônio cultural e a população civil (idosos, mulheres e crianças) fossem poupadas. Não foi o que ocorreu. Tomados por um furor mortífero, o que se observou foi uma aniquilação do que encontravam pela frente. Sem piedade.

O Tenente-Coronel Robert Rielly (2010), militar reformado do Exército dos EUA, em seu artigo de título já bastante elucidativo: *A Tendência para os Crimes de Guerra*, destrincha os eventos ocorridos no massacre de My Lai que se deu em meio a Guerra do Vietnã. Nesse macabro episódio, houve o extermínio de centenas de aldeões desarmados. Homens, mulheres, crianças, idosos e até bebês foram dizimados pelas tropas americanas. Justo os militares das Forças Armadas do suposto país mais desenvolvido do mundo perpetraram essa e outras terríveis atrocidades contra o povo vietnamita no auge da Guerra Fria (que de fria não tinha nada²⁹).

²⁹ - As bombas *napalm* americanas carbonizavam a tudo e a todos com suas chamas mortais adesivas. Composta por um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada pegajosa e incendiária, ela adere à pele humana transformando-a em cinzas a mais de 1.200 graus célsius. Kim Phuc é a menina da foto icônica que chamou a atenção do mundo para os horrores da *Guerra do Vietnã*. O fotógrafo, o vietnamita Nick Ut, recebeu o Prêmio Pulitzer em 1973 por esse registro. A menina que corre nua desesperada do bombardeio de sua aldeia tinha apenas 9 anos de idade na época. As queimaduras produzidas pela bomba de *napalm* resultaram em quatorze meses de internação e dezessete enxertos de pele.

Em 16 março de 1968, 120 soldados da Companhia Charlie receberam a missão de limpar a aldeia de My Lai. Suspeitava-se que naquele humilde vilarejo estivessem escondidos *gooks*, lodos, como os americanos alcunharam os soldados inimigos. Pouco depois das 8 horas da manhã, dois pelotões invadiram o povoado, enquanto um terceiro ficou na retaguarda para prestar apoio caso necessário. Em quatro horas, estava consumada uma enorme tragédia. Centenas de tiros foram disparados sem alvo certo, tudo que se mexia era alvejado ou então explodido nas choupanas. As mulheres eram estupradas e mortas. Os homens, torturados e mutilados antes de serem assassinados a sangue-frio. As baionetas foram utilizadas para inscrever *Companhia C* no peito das vítimas. O saldo sangrento foi de mais 504 aldeões abatidos de uma só vez sob a liderança do tenente William Calley.

A guerra parece fazer com que o reboco decalcado pelo acultramento se rache deixando entrever a virulência pulsional agressiva. Ela “nos despe das camadas mais tardias da cultura e faz com que de novo apareça o homem primitivo em nós” (FREUD, 1915b/1991, p. 300). Uma vez amainados os limites e normas que ordinariamente asfixiam a agressividade, irrompe uma selvageria que afronta qualquer pacto civilizatório:

Toda vez que a comunidade suprime a recriminação, cessa também o sufocamento dos maus apetites e os homens cometem atos de crueldade, de perfídia, de traição e de rudeza que pareceriam impossíveis, devido à incompatibilidade com seu grau de civilização (Ibid., p. 282).

Quando estão ausentes as forças anímicas contrárias, que frequentemente inibem a agressividade, os seres humanos mostram-se como “*bestas selvagens* que nem sequer respeitam os membros de sua própria espécie” (Ibid., 1930/1991, p.108, grifo nosso). Àqueles que se horrorizam, Freud desafia: “quem, em vista das experiências da vida e da história, ousaria questionar tal hipótese?” (idem). Ele nos convoca a recordar das invasões bárbaras, das incursões dos hunos, dos mongóis sob o governo de Gengis Khan, da conquista de Jerusalém pelos piedosos cruzados e dos horrores da Primeira Guerra Mundial. Podemos ainda prosseguir nessa linha histórica sangrenta com o holocausto da Segunda Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã, como vimos, o Massacre da Praça da Paz Celestial, as duas Guerras do Iraque e muitas outras.

A história primordial da humanidade é plena de assassinatos, o que “nossos filhos aprendem na escola sob o nome de História Universal é, em essência, uma longa série de

matanças de povos” (Ibid., 1915b/1991, p. 293). Longe de se tratar de fatos históricos isolados, o que se observa é um empuxo à barbárie e a carnificinas que se repetem inúmeras vezes na ensanguentada linha temporal da raça humana. Há aí algo de estrutural.

Albert Einstein, em correspondência a Freud datada de 1932, externa seu espanto com a facilidade com que os homens se entusiasмам com a guerra e conjectura que algo deve movê-los para tanto, talvez uma pulsão a odiar e aniquilar. Freud, em sua resposta, corrobora a intuição de Einstein e coloca que nos últimos anos empenhava-se justamente em estudar as exteriorizações de uma pulsão de tal ordem. O apetite destrutivo humano denuncia-se na facilidade com que os homens se inflamam para o combate e na multiplicação dos atos brutalidade quando os interditos vacilam. As inumeráveis crueldades da história e da vida cotidiana confirmam a existência e a intensidade das aspirações destrutivas humanas.

O entrelaçamento dessas aspirações tanáticas com outras, eróticas e ideais, facilita a sua satisfação. Assim travestidas, encontram livre vazão. Freud observa que quando nos inteiramos das crueldades da história temos, muitas vezes, a impressão de que os motivos ideais na verdade apenas serviram de pretexto às apetências destrutivas humanas. Em nome do *Bem* se faz o pior.

Freud arremata que a crença na bondade da natureza humana é “uma dessas miseráveis ilusões com as quais a humanidade espera que sua vida seja embelezada e facilitada, enquanto, na realidade, só causam prejuízo” (Ibid, 1933[1932]b/1991, p. 96). Não obstante, ele deixa claro que não é sua intenção desmerecer as nobres aspirações da natureza humana. A sua maior insistência na maldade do homem se dá justamente porque outros pretendem desmenti-la, “com isso a vida anímica do homem não torna-se melhor, mas incompreensível” (Ibid., 1916b/1991, p. 314). Ao se abandonar preconceções polianas e valorações moralistas maniqueístas pode-se melhor estudar isso que é concebido como o “bem” e o “mal” na constituição psíquica do homem.

Com efeito, as criancinhas não gostam de ouvir que há uma *inclinação inata do ser humano para o “mal”, à agressão, à destruição* e, com elas, também *à crueldade*. É que Deus nos criou à imagem e semelhança de sua própria perfeição, e não se quer admitir quão difícil resulta conciliar a *indiscutível existência do mal* [...] com a bondade infinita de Deus (FREUD, 1930/1991, p. 116, grifos nossos).

Não estamos tão próximos de Deus assim. No quesito crueldade, certamente estamos mais aparentados ao *Coisa-ruim*. “Deixemos o Céu aos anjos e aos pardais” (Ibid., 1927/1991, p. 49), diz Freud com Heine. Em seu Seminário *A ética da psicanálise*, Lacan repercute as incisivas postulações freudianas e as resistências concomitantes: “Aqueles que preferem os contos de fadas fazem ouvidos moucos quando se fala da tendência nativa do homem à maldade, à agressão, à destruição, e, portanto, também a crueldade” (LACAN, 1959-1960/1988, p. 221-222).

A inclinação agressiva é, para Freud, uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano. Esse “mal”, essa agressividade ergue-se como o obstáculo mais poderoso com que a cultura se depara. A existência desta inclinação agressiva que podemos registrar em nós mesmos e que com justiça pressupomos nos demais é o fator que mais perturba nossos vínculos com o próximo e que compele a cultura a realizar um tão elevado gasto de energia. Em função dessa hostilidade primária e recíproca dos seres humanos, a sociedade encontra-se sob uma permanente ameaça de dissolução. Opõe-se ao intento civilizatório a pulsão agressiva do homem. A hostilidade de um contra todos e de todos contra é uma ameaça constante de esgarçamento do tecido social. Em função disso, a “limitação à agressividade é o primeiro e talvez o mais severo sacrifício que a sociedade tem que pedir ao indivíduo (FREUD, 1933[1932]b /1991, p. 102).

No texto *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud trata dessa questão aludindo à metáfora schopenhaueriana dos porcos-espinhos ameaçados por um inverno rigoroso. Para que pudessem aproveitarem o calor uns dos outros e assim salvarem-se da morte por congelamento, os porcos-espinhos apinhavam-se ao máximo possível tentando formar um bloco só. Logo, porém, experimentaram os espinhos uns dos outros, lacerando-se mutuamente, isso os levou a se distanciarem novamente. A necessidade de aquecimento rerepresentou-se, o que os compeliu a mais uma aproximação e a repetição do mesmo mal. Novo recuo. Dessa maneira eram impulsionados, para trás e para frente, em um vai e vem incessante até descobrirem uma distância intermediária na qual podiam mais toleravelmente *co-existir*.

Diante do excruciante frio do real, os seres falantes/faltosos apinham-se uns nos outros buscando algum calor, algum amparo. Contudo, os seus *espinhos*, a virulência da pulsão de morte sob a forma de agressividade, engendram mútuas lacerações a cada aproximação demasiada. Isso gera em si uma nova ameaça a ser considerada. Perigo *interna corporis*. Faz-se necessário que o próprio grupamento humano, que a própria civilização defenda-se de si

mesma, dos próprios *sujeitos-bestas* que a compõem. Fervilham nas entranhas da cultura essas “tendências destrutivas, vale dizer, antissociais e anticulturais” (FREUD, 1927/1991, p. 7), que precisam ser refreadas ou ao menos amainadas de alguma forma. Como as bestas selvagens humanas poderiam *con-viver* sem se trucidarem?

Faz-se indispensável o estabelecimento de normas, leis, mandamentos, proibições, punições e instituições para que se viabilize essa convivência. “Toda formação humana tem, por essência, e não por acaso, de refrear o gozo” (LACAN, 1968/2003, p. 362). O discurso se esforça para regular o campo dos gozos. Ele sempre consiste em produzir uma homogeneização e um enquadramento do pulsional. Mediante o instrumento da linguagem, o discurso instaura relações fundamentais e estáveis no campo do gozo, a partir de uma série de enunciados primordiais que determinam laços sociais específicos. Trata-se de um discurso sem palavras, pois “não há necessidade de enunciações para que nossa conduta, nossos atos eventualmente se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais” (Ibid., 1969-1970/1992, p. 11).

Para Soler (2018), o discurso é uma máquina de tratar a incompatibilidade dos gozos, gozos sempre singulares. É uma máquina de produção de uma espécie de sintonia, de possibilidade de convivência. O discurso determina, faz programa, designa lugares, limita o campo dos possíveis. Alinha-se, dessa forma, os porcos-espinhos para que não se atritem, para que não se perfurem, mantendo-se juntos.

O discurso fundador da cultura é o discurso do mestre. Este faculta a instauração e a manutenção de uma ordem. Ordem não em seus excessos, mas sim em seu aspecto regulador. Ordem sem a qual uma comunidade seria invivível. Para tanto, contribuem a educação, a escolarização, a profissionalização *etc* no sentido de formatar os gozos singulares a fim de que seja possível conviver. Contudo, salienta Soler, o discurso do mestre não funciona sem polícia. Apesar dos esforços, em última instância, não se pode prescindir dessa censura e coerção externas; pois há algo que sempre escapa, que não se inscreve, que não se deixa domar. Nem todo o gozo é civilizado pelo discurso.

Mesmo contidas com justas focinheiras, as feras humanas, no dizer de Schopenhauer, ainda rosnam eriçadas expondo os afiados caninos. Sem entraves, sem policiamento, se dá livre curso às satisfações mais cruas e pérfidas:

Observamos então, com surpresa e inquietação, que uma enorme maioria de seres humanos *somente obedece às proibições culturais somente se*

pressionados pela coerção externa, vale dizer, somente aonde esta possa assegurar sua vigência e durante o tempo em que se mantenha temível. Isto vale também para as exigências da cultura que se denominam morais, dirigidas a todos por igual. A elas dizem respeito a maior parte do que experimentamos como insolvência moral dos seres humanos. Infinito é o número de homens cultos que retrocederiam espantados ante o assassinato ou o incesto, mas não se negam a satisfação de sua avareza, de seu gosto de agredir, de seus apetites sexuais; não se privam de prejudicar os outros mediante a mentira, a fraude, a calúnia toda vez que se encontram a salvo do castigo; e isto sempre foi assim, ao largo de muitas épocas culturais (FREUD, 1927/1991, p. 11-12, grifo nosso).

Pas vu pas pri, sintetiza Miller (2010). Não visto, não pego. Trata-se de uma moralidade externa cujo suporte é a polícia, o tribunal, a ordem pública. Esses sujeitos permitem-se exercer o mal quando estão seguros que a autoridade não se inteirará ou que não poderá fazer nada contra eles, a “sua angústia se dirige somente à possibilidade de serem descobertos” (FREUD, 1930/1991, p. 121). Faz-se, portanto, imprescindível uma vigilância constante e ostensiva, pois, basta que a autoridade vire as costas para que satisfaçam seus impulsos agressivos e sexuais. Freud ressalta que uma mudança importante, significativa, somente sobrevém quando a autoridade é interiorizada pela instauração de um supereu. Quando a coerção externa translada-se para uma coerção “interna”.

Com a introjeção moebiana da autoridade, pode-se dispensar o ônus da presença e vigilância de um censor, pois o sujeito suposto contraventor passa a censurar e a interditar-se a si mesmo. Freud chega a considerar esse processo como uma evolução da alma humana em relação a outras formas de coerção social:

Não é certo que a alma humana não tenha experimentado evolução alguma desde as épocas mais antigas e que, em contraposição com os progressos da ciência e da técnica, seja hoje a mesma que no princípio da história. Aqui podemos pesquisar um desses progressos anímicos. Uma das características de nossa *evolução* consiste em *interiorizar pouco a pouco a compulsão externa*, uma instância anímica particular, o supereu do ser humano, acolhe a coerção externa entre seus mandamentos (FREUD, 1927/1991, p. 11, grifo nosso).

A interiorização paulatina da coerção coagula-se na instância superegóica, descendente do poder parental. Toda criança passa por esse processo de transmutação e é somente através desse processo, diz Freud, que ela advém moral e social. Trata-se, portanto, de um fator civilizatório *sine qua non*. O supereu compele à renúncia pulsional desde o ponto mais êxtimo do sujeito, de onde não há escapatória nem esconderijo. O *co-age* com um poder quase

hipnótico que dispensa os onerosos esforços de censuras externas e aplicação de punições. O sujeito *superegoicizado* vigia-se e pune-se a si mesmo.

Freud reitera a importância do supereu para a cultura: “o fortalecimento do supereu é um patrimônio psicológico da cultura de supremo valor. As pessoas nas quais isso se consuma transformam-se de inimigos da cultura em portadores dela” (idem). Os sujeitos introjetam os significantes mestres da cultura e passam a pautar suas existências por esses com a *super*-visão incessante da instância superegóica. Quanto maior o número de sujeitos que passaram por esse processo, mais segura estará essa cultura e mais poderá prescindir dos meios de compulsão externa.

O supereu que impõe as limitações morais, é, para Freud (1933/1991), o advogado do afã de perfeição. É o que se torna psicologicamente palpável do que é considerado superior na vida humana. Os influxos dos pais, dos educadores, das autoridades que municiam o supereu da criança derivam do supereu desses. Na árdua tarefa educacional, o educador obedece aos preceitos de seu supereu. Freud coloca que na educação da criança aqueles que desempenham esse papel se mostram peculiarmente rigorosos e exigentes. Esquecem das dificuldades da própria infância, comprazem-se em se identificarem com os seus próprios pais que, na época, lhes impuseram gravosas limitações e frustrações. *Payback time*, agora vão à forra. O que sofreram passivamente, agora infligem ativamente. Da mesma forma, os educandos passarão a educadores e perpetuarão a rispidez junto com os valores, as tradições e os bons costumes no empreendimento de aculturar o perverso polimorfo recém-chegado. O supereu da criança erige-se segundo o supereu dos progenitores, esse que se erigiu conforme o supereu dos seus progenitores, e assim por diante.

Assim, o supereu da criança não se edifica segundo o modelo de seus progenitores, mas sim segundo o supereu deles; se preenche com o mesmo conteúdo, torna-se portadora de tradição, de todas as valorações duradouras que se reproduzem ao longo deste caminho ao longo das gerações (Ibid., p. 62).

Esse atavismo superegóico carrega os significantes-mestres, os ideais predominantes de uma cultura ao longo das épocas. A humanidade, desse modo, nunca vive por completo no presente. Segundo Freud, “nas ideologias do supereu pervivem o passado, a tradição da raça e do povo” (idem). O passado opera através do supereu. Ali coagulado, somente pouco a pouco cede às influências do presente, às mudanças. Podemos considerar então, diante dessa inércia e

adesividade, o supereu um *conservador* que resiste, quando não rechaça, às proposições *progressistas*. O desejo que lute para se fazer valer.

O supereu, via olhar e voz, impõe as coações discursivas que entalham a massa, que forjam a cultura, formatam formas de gozar. Soler (2018) propõe uma analogia das coações discursivas com a forma com que se cria uma raça de cachorros. Cria-se uma raça selecionando traços. Define-se um conjunto de traços que serão característicos da raça tal como: altura, tamanho da cauda, orelhas pontudas ou arredondadas, manchas pretas ou não, pelugem etc. Em seguida selecionam-se aqueles portadores desses traços para que atuem como reprodutores e aqueles que apresentarem traços diferentes são eliminados. Uma raça, portanto, se fabrica por seleção e eliminação.

No que se refere aos humanos, os traços são impostos ou proscritos pelo discurso, não por uma ordem natural ou biológica. Na raça humana, as imposições discursivas determinam que uns traços são selecionados e outros eliminados, que alguns são elevados a ideais, agalmatizados, enquanto que outros são rechaçados e expurgados. Seleção pressupõe exclusão. Aos que não se aprumam, resta a segregação. A cloaca civilizatória é o destino daqueles desprovidos disso que reluz.

Já de início exerce-se uma poderosa coação discursiva sobre os desassistidos recém-chegados ao seio da cultura. Dado que não são capazes de (sobre)viver sem o mínimo de amparo e aceitação, desprovidos de bússolas instintivas, não podem fazer muito mais do que se alienarem e aquiescerem ao que lhes é ditado. Assim se consolida e perpetua a argamassa cultural.

A manada civilizatória é tocada pelo berrante superegóico. Em *Mal-estar na cultura*, Freud chega a conceber a ideia de um *supereu cultural* dada a importância que ele atribui a essa instância na compreensão da conduta social do sujeito. “Também a comunidade plasma um supereu, sob cujo influxo se consoma o desenvolvimento da cultura” (Ibid., 1930/1991, p. 136). Esse supereu cultural plasmado comunga de muitos aspectos (e espectros) com o supereu individual, digamos assim.

Na investigação e terapia das neuroses, Freud constatou a severidade dos mandamentos e proibições do supereu. Essa instância não parece zelar pela felicidade, simplesmente não leva em consideração as dificuldades e impossibilidades que se interpõem no cumprimento das suas imposições, tais como: a intensidade das pulsões do isso, impedimentos, perigos do mundo circundante etc. Por isso Freud coloca como uma tarefa terapêutica o combate ao supereu e o rebaixamento de suas exigências. Essas objeções também se aplicam ao supereu da cultura. Esse tampouco leva em consideração os fatos da constituição

anímica dos seres humanos. Proclama um mandamento e não pergunta se poderão obedecê-lo. O imperativo superegóico equivale ao imperativo categórico kantiano na perspectiva freudiana. Trata-se de um imperativo incondicional, que independe de qualquer consideração ou comiseração subjetiva.

O imperativo moral não se preocupa com o que se pode ou não se pode. Muito menos com o que se deseja ou não se deseja. Uma obrigação, um dever, um comando impõe-se assepticamente. Uma neutralidade nociva, diz Lacan:

Esse superego é realmente algo como a lei, mas é uma lei sem dialética, e não é por nada que o reconhecem, mais ao menos acertadamente no imperativo categórico, com o que chamarei sua neutralidade nociva – um certo autor o nomeia de sabotador interno” (LACAN, 1954-1955/2008, p. 311).

O imperativo categórico superegóico impõe-se sem qualquer consideração pelo sujeito, não há dialética, não há diálogo, não há espaço para ponderações. Sua felicidade, seu desejo, seu bem-estar devem estar submetidos a um dever, a um ideal Outro, I(A), a uma ortodoxia de gozo alheia. Para Lacan, o superego é o imperativo de gozo: *Goza!*

Propomos uma torção que conjuga as duas vertentes do superego: a da interdição do gozo e a do imperativo de gozo. Nessa leitura, poderíamos traduzir esse imperativo da seguinte maneira: *Goze assim, não assado*. Por mais que deseje, que salive pelo *assado*, o sujeito *assim* deve gozar. Impõe-se um *Tu deves* incondicional (Ibid., 1959-1960/1988) goela abaixo. Ninguém obriga ninguém a gozar, exceto o superego, diz Lacan. É como vimos com Zizek. Não basta ter que ir à casa da vovó não importa o que estiver querendo e/ou sentindo, você tem que ir à casa da vovó porque quer e porque visitá-la te deixa muito feliz.

Seguindo essa mesma lógica, o militar da Marinha, segundo seu discurso institucional, deve se comprazer em renegar-se a si mesmo, em autoabnegar-se em nome da pátria. Não basta cumprir seu dever, deve cumprir seu dever às custas de si mesmo, regozijando-se disso. *Tudo pela Pátria*, inclusive a própria vida.

Figura 14 – Brasão ostentado em quase todas as Organizações Militares e Navios da Marinha do Brasil



Cópula forçada do querer com o dever que subjuga o desejo³⁰. Freud ressalta que, da perspectiva do supereu, tudo aquilo que é ordenado ao eu do ser humano lhe é psicologicamente possível. Não há não. Nada menos que tudo. *Missão dada é missão cumprida*, parafraseando o mantra do BOPE. Do descumprimento do comando, segue-se uma inexorável punição. Ao se exigir demais do sujeito, contudo, o saldo é nefasto. Produz-se nele rebelião, neurose ou infelicidade. O mandamento *Amar ao próximo como a ti mesmo* é para Freud um exemplo paradigmático desse “proceder psicológico do supereu da cultura” (FREUD, 1930/1991. p. 138).

A recomendação freudiana é que tomemos esse mandamento como se estivéssemos o ouvindo pela primeira vez, que adotemos uma atitude ingênua para com esta máxima, tal como uma criança o faria, digamos assim. Seria inevitável o despontar de um sentimento de surpresa e estranheza.

Por que deveríamos fazer isso? De que nos valeria? Mas, sobretudo, como realizá-lo? Como seria possível? Meu amor é algo valioso para mim, não posso desperdiçá-lo sem pedir contas. Impõe-me deveres que tenho que me dispor a cumprir com sacrifícios. Se amo uma pessoa, ela tem de merecer meu amor de alguma maneira. [...] Ela merecerá meu amor, se for de tal modo

³⁰ - Daí o questionamento lacaniano: *Você quer o que você deseja?*

semelhante a mim, em aspectos importantes, que eu me possa amar nela; merecê-lo-á também, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu. Terei ainda de amá-la, se for o filho de meu amigo, já que o sofrimento que este sentiria se algum dano lhe ocorresse seria meu sofrimento também - eu teria de partilhá-lo (FREUD, 1930/1991, p. 106).

Esse próximo, pelo contrário, é em geral indigno de meu amor. Ele possuiria mais direito a minha hostilidade e, até mesmo, a meu ódio. Há um segundo mandamento que parece a Freud ainda menos inteligível, que escancara a *a*-psicologia superegógica, sua desumanidade: *Ama a teus inimigos*. Jesus assim determina:

Mas a vós, que isto ouvis, digo: Amai a vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam;

Bendizeis os que vos maldizem, e orai pelos que vos caluniam.

Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra; e ao que te houver tirado a capa, nem a túnica recuses;

E dá a qualquer que te pedir; e ao que tomar o que é teu, não lho tornes a pedir (LUCAS, 6:27-30).

Freud é categórico: nada vai mais contra nossa disposição pulsional do que essas injunções. Apesar das pesadas restrições e limitações que nos são impostas e dos esforços e renúncias realizadas, não chegamos tão longe a ponto de amar nossos inimigos ou oferecer-lhes a face esquerda depois de esbofetada a direita (FREUD, 1905b/1991). O impulso primário é à retaliação, à mais crua vendeta, para além da Lei de Talião como vimos. Viriato Corrêa (2005), escritor e dramaturgo maranhense, nos alerta que um homem não é para ser chicoteado covardemente, miseravelmente, sem um revide, sem um gesto qualquer de vingança. Já o poeta Heine ironicamente arrola seus inimigos em sua humilde *checklist* para a felicidade:

Eu tenho as intenções mais pacíficas. Meus desejos são: uma modesta cabana com teto de palha, mas com uma boa cama, boa comida, leite e pão bem frescos; frente à janela, flores e algumas belas árvores à minha porta; e se o bom Deus quiser me fazer completamente feliz, que me dê a alegria de que nessas árvores estejam pendurados seis ou sete de meus inimigos. De todo o coração lhes perdoarei, mortos, todas as inequidades que me infringiram em vida... Sim, deve-se perdoar os seus inimigos, mas não antes de serem enforcados (HEINE apud FREUD, 1930, p. 107)

Aí sim haveria a possibilidade de perdão aos inimigos, estando seus cadáveres frios de pendurados pela goela. Oferecer a outra face? Quiçá depois de escalpelado o desafeto. Isso não é bem o que Jesus apregoa. Essa indulgência e bondade divinas exigidas não se coadunam com o pulsional humano, muito mais afeito ao comumente considerado vil, abjeto e pecaminoso. Esses mandamentos incumpríveis encurralam, acuam o sujeito. O supereu, com seu olhar vidrado e dedo em riste, vocifera com a tábua dos ideais empunhada. E, como vimos, quanto mais santo o sujeito se propõe a ser, quanto mais se empenha e faz renúncias, mais lhe é exigido, mais corroído pela culpa ele é. Mais e mais, mais ainda. *Minha culpa, minha máxima culpa*; confessa o temente a Deus batendo a mão fechada no peito.

Mas é essa culpa encarniçada, essa agressividade voltada contra si, que, paradoxalmente, torna viável a vida gregária. A abrasividade de Tântatos despejada *in natura* nos laços sociais fatalmente os dissolveria. Faz-se necessário um mínimo de tratamento ou contenção^{31*}. A perigosa agressividade que ameaça a cultura, com o advento do supereu, é interiorizada. “A cultura jugula o perigoso gosto agressivo do indivíduo debilitando-o, desarmando-o e vigiando-o mediante uma instância situada no seu interior, como se fosse uma guarnição militar numa cidade conquistada” (FREUD, 1933[1932]b/1991, p. 120). Guarnição militar opulenta que subjuga com o fuzil da culpa. O sujeito está sempre na alça de mira.

O sentimento de culpa é alçado por Freud ao patamar de principal problema do desenvolvimento da cultura, causa de infelicidade, de amargo mal-estar ineliminável: “o preço do progresso cultural deve pagar-se com o déficit de felicidade provocado pela elevação do sentimento de culpa” (Ibid., 1930/1991, p. 130). Curiosamente, o mesmo que se configura como condição essencial para a civilização; essa interiorização da autoridade externa que compele os sujeitos a policiarem e coagirem-se a si mesmos, verdadeira evolução da alma humana na concepção freudiana; carcome as subjetividades.

³¹ - Já em *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos*, texto de 1893, Freud remete-se à renúncia da agressividade crua, bruta em nome da civilização. Aludindo a Hughlings Jackson, ele nos diz: “Entretanto, como observou espírituosamente um escritor inglês: o primeiro que em vez de desferir uma flecha contra seu inimigo lhe lançou um insulto foi o fundador da civilização; desse modo, a palavra é o substituto da ação e, em certas circunstâncias (confissão), o único substituto” (FREUD, 1893b/1991, p.38).

Se o eu padece ou ainda sucumbe sob a agressão do supereu, seu destino é um correspondente dos protistas, que perecem pelos produtos catabólicos que eles mesmo criaram. No sentido econômico, a moral atuante no supereu nos aparece como um destes produtos catabólicos (Ibid., 1927/1991, p. 57).

Trata-se de um efeito colateral ineliminável. Tal como um *Pharmakon*, fármaco, o mesmo que remedia pode tornar-se altamente tóxico e até letal. Pode engendrar ainda um nefasto vício, satisfazendo as “misteriosas tendências masoquistas do eu” (Ibid., 1920/1991, p. 14), misteriosas e silenciosas como vimos. Assim, degradingola-se numa espiral auto-destrutiva. Freud aponta o paradoxo: “Que poderosa deve ser a agressão como obstáculo à cultura se a defesa contra ela pode tornar alguém tão infeliz como a agressão mesma!” (Ibid., 1930/1991, p. 138). Como consolo, não se tem mais que a satisfação narcísica de se considerar melhor que os demais. Frágil e evanescente empáfia egóica que sempre deixa a desejar. Persiste um mal-estar ineliminável.

5.2 - Mal-estar na hierarquia e disciplina, liderança e pânico

Esse mal-estar estrutural presente na cultura não poderia deixar de fazer-se sentir também nas instituições militares. Quiçá de maneira mais aguda, uma vez que o sistema de coações e privações imposto limita sobremaneira as contestações e afirmações das singularidades. Os pilares do militarismo, a hierarquia e disciplina, pesam nos lânguidos ombros daqueles que nessa carreira ingressam. Eis a definição institucional da hierarquia segundo o *Estatuto dos militares*:

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz

por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade (BRASIL, 1980, grifos nossos).

Na hierarquia militar não se tem iguais. Mas não no sentido da consideração da singularidade, do *um a um*, da diferença absoluta, irreduzível. Trata-se, na verdade, que sempre haverá um mais antigo e um mais moderno. Mesmo que dois militares tenham a mesma patente, tenham se formado no mesmo curso, no mesmo ano, a nota final servirá para diferenciá-los, para alocá-los em uma sequência de autoridade clara. Cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que os separa dos outros, diz Foucault (2003). Cada um tem a sua posição na fila.

Esse sequenciamento é fundamental no militarismo, pois, caso o líder sucumba em combate, por exemplo, o mais moderno que se segue deve assumir o seu lugar imediatamente. Abatido o mais antigo que liderava, a tropa se voltará ao próximo da fila da autoridade ansiando por direção, ordem e segurança. Ele deverá ocupar prontamente esse lugar vago evitando a desagregação da tropa e o pânico generalizado que poderia resultar da ausência dessa referência. Na *Rosa das Virtudes*, a pétala *Decisão* para o líder militar é fundamental:

Não há qualidade, no trato geral dos militares para com seus subordinados, que mais tenda a aumentar o respeito e confiança desses subordinados, do que sua capacidade de decidir. *O irresoluto, o perplexo, jamais poderá conduzir homens ou comandar navios*. Uma orientação insegura é tão nociva quanto à ausência de orientação (BRASIL, 2013, p. 45, grifo nosso).

Um superior hierárquico irresoluto, perplexo diante do perigo que se apresenta e exige uma tomada de decisão pode levar ao pior. Não é incomum escutarmos relatos em nossa experiência de situações extremas, incêndios a bordo por exemplo, nas quais o mais antigo presente “cola as placas”, simplesmente congela e não consegue agir, nem decidir. O militar mais moderno nesses cenários teve que passar a liderar o combate ao incidente, *bypassando* a autoridade inerme, assim foi evitando que a embarcação se consumisse no incêndio, explodisse e/ou naufragasse.

Esse líder que *amarela*, portanto, tem que ser substituído o mais rápido possível para que a massa não se estilhaça, por vezes literalmente. O papel da liderança é crucial para fazer o agregado de irredutíveis marchar, para operar no Teatro de Guerra. Em *Psiquiatria inglesa e a guerra*, lemos:

Ora, num teatro de guerra, o que é necessário para transformar numa tropa em marcha o agregado de irredutíveis a que chamamos uma companhia disciplinar? Dois elementos: a presença do inimigo, que consolida o grupo diante de uma ameaça comum, e um líder em quem sua experiência com os homens permita fixar com precisão a margem a ser dada às fraquezas deles, e que possa lhes manter os limites com sua autoridade, isto é, pelo fato de cada um saber que, uma vez assumida uma responsabilidade, ele não “amarela” (LACAN, 1947/2003, p. 113).

Uma vez imantando com a liderança, o sujeito não pode amarelar, não pode não decidir. Nos cursos de formação militares é repisado que é melhor decidir errado que não decidir. Sem essa referência, sem esse norte vertical, a rede horizontal tende a se romper, especialmente em situações extremas. Quando os laços recíprocos se esgarçam, libera-se uma angústia enorme, sem sentido, diz Freud em *Psicologia das massas e análise do eu*. O tamanho do perigo, para ele, não pode ser culpado, pois, a mesma tropa que agora debulha-se em pânico, suportou ilesa perigos similares e talvez até maiores.

Além disso, é próprio da natureza do pânico não ter relação com o perigo que ameaça, ele desponta muitas vezes por ocasiões mínimas. A magnitude do perigo se exacerba diante da desagregação dos laços horizontais. Cada um se vê solitário e desamparado diante de um perigo antes incólume quando estava envolto e seguro na massa. *Cada um por si! Salve-se quem puder!*

A ocasião típica de uma irrupção de pânico assemelha-se muito à que é representada na paródia de Nestroy, da peça de Hebbel, sobre Judite e Holofernes. Um soldado brada: “O general perdeu a cabeça!” e de imediato todos os assírios empreendem a fuga. A perda, em qualquer sentido, do condutor, o nascimento de suspeitas sobre ele, basta para que se produza a irrupção do pânico, embora o perigo permaneça o mesmo; via de regra, ao desaparecer a ligação dos membros da massa com seu condutor desaparecem as ligações entre eles, e massa se

pulveriza como uma lágrima de Batávia quando sua ponta é rompida (FREUD, 1921/1991, p. 93).

A lágrima de Batávia é uma estrutura de vidro criada ao se mergulhar uma gota de vidro incandescente em água muito fria. O vidro arrefece rapidamente e toma uma forma que se assemelha a de um girino, ou a de um espermatozoide, com uma "cabeça" e uma longa cauda. Essa estrutura possui propriedades contraintuitivas muito peculiares. Ela é capaz de resistir a marteladas e até a tiros à queima-roupa quando dirigidos à sua porção ovalóide, mas se esfarela, se pulveriza quando sua cauda é rompida quase sem esforço.

Figura 15 – Projétil atirado à queima-roupa estilhaçando-se ao chocar-se com a lágrima de Batávia³²



Figura 16 – Lágrima de Batávia colapsando quando rompida sua ponta³³.



³² - Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=EgV3IgOgnAk>. Acesso em 18/10/2021.

³³ - Retirado de <https://www.popsci.com/diy/article/2008-06/shattering-strongest-glass/>. Acesso em 18/10/2021.

O mero beliscar de um alicate em sua cauda faz toda a estrutura à prova de balas esfacelar-se instantaneamente. Eis a genialidade da metáfora freudiana. Tal como uma lágrima de Batávia, golpeado o líder, a massa colapsa. Embora tenham suas diferenças, tanto a Igreja quanto o Exército, exemplos de massas artificiais, ambas possuem um chefe, uma liderança, um vértice: Cristo na Igreja Católica e o General no Exército. Esse líder ama a todos por igual. É dessa ilusão, diz Freud, que tudo depende. Todos seriam amados e cobrados equanimemente. Somente as pressões e coerções externas não impediriam a dissolução dessas massas artificiais. Faz-se necessário algo a mais: o amor.

Cristo formula expressamente esse amor igual para todos: *Quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes*. Jesus coloca-se dessa forma, para cada membro do grupo de crentes, como um bondoso irmão mais velho. É para eles um substituto do pai, afirma Freud. Todas as exigências e renúncias impostas derivam então desse amor de Cristo. Um traço democrático anima a Igreja. Por serem todos iguais perante Cristo, todos são por ele amados igualmente. O laço que une cada indivíduo a Cristo é também a causa do laço que os une uns aos outros. Algo similar ocorre no caso do Exército.

O Exército difere estruturalmente da Igreja ao hierarquizar as massas, sobrepondo camadas. Cada capitão é o general-em-chefe e pai da sua companhia, cada suboficial será o da sua seção e assim por diante. Cada mais antigo então, como pai-general deve, tal como Cristo, amar a todos que nele se miram. Freud adverte: O descuido desse fator libidinal no exército parece constituir não somente um erro teórico, mas também um perigo prático. Ele sugere que o proceder “apsicológico” do militarismo prussiano teve profundas consequências na Primeira Guerra Mundial. As neuroses de guerra que assolaram o exército alemão podem ser atribuídas, em boa parte, a protestos do sujeito contra o papel que se esperava que ele desempenhasse no exército e ao duro tratamento que o soldado recebia de seu superior. Freud ressalta que a falta de amor é um dos principais motivos para a contração de neuroses.

Demanda-se amor desse pai-general, pai-líder. Essas demandas insaciáveis de amor facilmente degradingam em um azedo queixume. Borbulha um caldo de insatisfação. É digno de nota que Freud utilize o mesmo significante “apsicológico” para designar o tratamento dispndido pelo superior ao soldado alemão e também para caracterizar o proceder do supereu em *Mal-estar na cultura*. Em ambos, exige-se demais do sujeito, sem contrapartidas, apenas mais e mais exigências, mais ainda. Tais exigências desmedidas tendem a produzir rebelião, neurose ou infelicidade (FREUD, 1930/1991). Nesse furor despótico superegóico, há somente

injunções que se sobrepõem umas às outras. Não há, parafraseando Winnicott, *holding* por parte de um pai suficientemente bom. Apenas exigências, imperativos, opressão que asfixia. Para que possa respirar, o sujeito cai “doente”, subtrai-se do campo de batalha, do Teatro de Operações, sai de cena.

O pai-líder, portanto, não somente encarna o ideal, o que se *aspira-ser*, como também dele se demanda um olhar de amor, de amparo. É por esse a quem se *aspira-ser se aspira-ser-amado*. Freud o faz equivaler ao temido e amado Pai da horda primitiva, ente causa de tremor e admiração³⁴: “O pai primordial é o ideal da massa, que dirige, que governa o eu no lugar do ideal do eu” (Ibid., 1921/1991, p. 121). Os liderados-filhos, subsumidos a esse mesmo líder-ideal, vetorizar-se-ão numa mesma direção. Fascinados, seguirão os seus ditames, suas condições de amor. Concomitantemente, identificar-se-ão entre si tecendo os laços que sustentarão a base da massa. Ao postarem “um objeto, um e o mesmo, no lugar de seu ideal do eu, a consequência terão se identificado entre si em seu eu” (Ibid., p. 109-110). Os laços libidinais dessa forma, vertical e horizontalmente, formam uma intrincada teia libidinal cujo vértice inflexível é ocupado pelo líder. Eis a ponta da cauda da lágrima de Batávia que é vital para a densidade, pujança e resiliência da massa.

O líder, a nosso ver, acumula a função de ideal do eu e do supereu. Não só encarna o significante ideal, que cativa os *eus*, como também opera, via voz e olhar, como sentinela guardião desse ideal. Nesse *topos* em que o sujeito se mira, ele é também mirado. Ali onde demanda reconhecimento, amparo, direcionamento, amor não raras vezes recebe também reprimenda, punição e rejeição. Propomos essa *super*-posição, pois, o próprio Freud; ao reler *Psicologia das Massas em Dissecação da personalidade psíquica*, mais de uma década depois; permuta o ideal do eu com o supereu na sua teorização acerca da liderança e das massas:

Em 1921, tentei aplicar a diferenciação entre eu e supereu ao estudo da psicologia das massas. Cheguei a uma fórmula como esta: Uma massa psicológica é uma reunião de indivíduos que introduziram em seu *supereu* a mesma pessoa e se identificaram entre si em seu eu sobre a base dessa relação de comunidade (Ibid., 1933[1932]/1991, p. 121, grifo nosso).

³⁴ - Admirar deriva etimologicamente do latim *ad-mirare*. *Ad* prefixo que exprime a ideia de movimento, direção; conjuga-se com *mirare*, olhar. *Olhar em direção de olhar para*, ad-mira-se a suposta perfeição encarnada pela figura do líder.

A potência hipnótica do líder adviria, portanto, dessa conjunção ideal do eu/supereu encarnada na sua pessoa. Esse eclipse é o ponto de confusão estrutural em que Lacan define a hipnose: “Definir a hipnose pela confusão, num ponto, do significante ideal em que o sujeito se refere com o *a*, é a definição estrutural mais segura que já foi avançada” (LACAN, 1964/1990, p. 258). Hipnos, na mitologia grega, deus do sono, descende de Nix, deusa da noite, e de Érebo, personificação das trevas. É usualmente representado trajando peças douradas, em contraste com seu irmão gêmeo, Tânatos, que usava tons prateados. O sujeito, em transe, fascinado pelo dourado agalmático do ideal encarnado, se imiscui, se dilui na massa. O sujeito hipnotizado tem seu desejo adormecido, sua singularidade dormita.

Significante ideal, olhar e voz sideram e encantam os sujeitos aturdidos. Sob o influxo da sugestão, sob esse encantamento, a massa é capaz de elevadas mostras de abnegação, abdicação de interesses egoístas e especial consagração a um ideal. Freud (1921/1991) fala de uma moralização do indivíduo pela massa. Enquanto que o rendimento intelectual dessa é muito inferior ao do indivíduo, a sua conduta ética pode exceder em muito o nível individual. A nosso ver, com o desejo e as singularidades adormecidas, amortecidas, as renúncias e concessões em nome do que entronizou-se como denominador e ideal comum potencializam-se.

No meio militar em especial, o sujeito é convocado a sacrificar seu interesse pessoal, seu “egoísmo”, em nome do interesse coletivo, do bem comum e maior, em nome da Pátria. Isso que é exigido culmina no sacrifício extremo: a própria vida³⁵. Para tanto, deve-se ter coragem. “A Coragem”, prega a *Rosa das Virtudes Naval*, “é a disposição natural que nos permite dominar o medo e enfrentar qualquer perigo. É a *força capaz de fazer com que aquele que ama a vida, que nela é feliz, saiba arriscá-la e se disponha a morrer por uma causa nobre. A Coragem é o destemor em combate*” (BRASIL, 2013, p. 45, grifo nosso). Exige-se abdicação absoluta de si mesmo. Dispor-se a morrer por uma causa Outra.

³⁵ - Todo militar deve jurar perante a bandeira nacional, aos brados, sua disposição a sacrificar sua vida à Pátria: “Incorporando-me (à Marinha do Brasil; ao Exército Brasileiro; ou à Força Aérea Brasileira), prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida”. Tal juramento consta no Inciso V, do Artigo 171 do Decreto nº 88.513, de 13 de julho de 1983.

O individualismo, o egoísmo é considerado o verdadeiro inimigo da disciplina, pilar fundamental do militarismo: “A Disciplina tem um único inimigo verdadeiro, que é o egoísmo, tão mais obstinado quanto mais inconsciente de si mesmo” (Ibid., p. 43-44). A singularidade faz obstáculo ao Um da massa. O sujeito e seu desejo deve ser absorvido nesse organismo militar que se harmoniza pelo perfeito cumprimento do dever de cada um³⁶.

Não há *um a um*, deve-se fazer Um. O Estatuto dos Militares preconiza:

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o *organismo militar* e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo *perfeito cumprimento do dever* por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º *A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida* entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados. (BRASIL, 1980, grifos nossos).

Nesse organismo militar homeostático as singularidades devem ser absorvidas. Sem perturbações, sem ruídos, todos devem marchar no mesmo passo, bradar a mesma canção, prestar continência ao mesmo tempo. Para Foucault (2003), a disciplina reduz aquilo que na multiplicidade é menos manipulável que em uma unidade. Os uns dispersos na multidão devem ser alinhados. A disciplina militar já não seria um simples meio de impedir a pilhagem, a deserção ou a desobediência das tropas. Torna-se uma técnica básica, fundamental, para que o exército exista, já não como uma multidão desbaratada reunida, mas como uma unidade que retira de si mesma um aumento de forças. Para além da soma de seus elementos.

A disciplina aumenta a habilidade de cada indivíduo, coordena essas habilidades, acelera os movimentos, multiplica o poder de fogo, alarga as frentes de ataque sem lhes reduzir o vigor, aumenta as capacidades de resistência, etc. Pela confluência dos esforços, por sua coordenação quase maquinal, orquestrada, pode-se desse modo potencializar a efetividade da tropa, frota ou esquadrilha.

³⁶ - * “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” – mensagem transmitida para a frota brasileira pelo então comandante da Marinha no dia da Batalha do Riachuelo, almirante Barroso.

Foucault ressalta que a disciplina deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada. Ela deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la. Ela deve ser capaz de dirimir agitações, revoltas, organizações espontâneas, coligações, enfim tudo aquilo que pode decorrer de conjunções horizontais que solaparia a unidade de comando.

Disciplina imposta não mais com sangue, com o açoite da chibata, mas com uma sofisticação da aparelhagem disciplinar. “Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo” (MABLY apud FOUCAULT, 2003, p. 20). Substitui-se um poder que se manifesta pelo espetáculo cruento daqueles que o exercem por um poder que mira insidiosamente aqueles a quem é aplicado. Mais do que exibir os sinais faustosos da soberania e potência, busca-se capilarizar o poder pelas entranhas da multiplicidade, da massa. A disciplina deve fazer funcionar as relações de poder não no topo, mas no próprio tecido da multiplicidade, da maneira mais discreta possível, da maneira mais bem articulada com as outras funções dessas multiplicidades, e também da forma menos dispendiosa.

Apesar da rede de poder nas Forças Armadas possuírem uma forma piramidal, um ápice, Foucault (1998) ressalta que este ápice não é a fonte ou o princípio de onde todo o poder derivaria como um foco luminoso. O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos, eles se sustentam, se suportam digamos assim. O poder não se exerce sem que se custe alguma coisa. Se a violência for grande, há o risco de produzir revoltas, se a intervenção for descontínua, corre-se o risco de que se desenvolvam fenômenos de resistência, de desobediência. Um poder violento que necessitava de punições espetaculares para instilar medo nos demais passou a ser visto como um poder muito oneroso e com poucos resultados. Nessa tomada, ao se multiplicar as violências multiplicam-se as revoltas. A insurgência dos revoltosos contra os castigos corporais na Marinha no início do século passado, por exemplo, foi literalmente explosiva. Os supliciados voltaram os canhões dos navios de guerra à cidade do Rio de Janeiro abrindo fogo aterrorizando a população fluminense.

Uma preocupação metodológica de Foucault é de não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros. O poder é algo que circula, que só funciona em cadeia, que nunca está localizado aqui ou ali. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. O poder não

se limita pura e simplesmente a uma obrigação ou a uma interdição àqueles que não o detêm, mas sim investe-os, passa por e através deles.

Os mecanismos de poder passam a ser interiorizados pelos sujeitos, não mais se limitando a sanções negativas externas e/ou espetaculares. “Temos de deixar de descrever os efeitos de poder em termos negativos: o poder ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. De fato, o poder produz” (FOUCAULT, 2003, p. 223-224). O poder produz um discurso. Discurso do mestre em termos lacanianos. Profusão de significantes-mestres - S1s, *essaim*, *enxame* - que passam a pautar a conduta daqueles que a ele sujeitam-se. O mero caminhar pelo Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), organização militar de formação de praças na Marinha do Brasil, ilustra bem essa questão:

Figura 17 – Foto CIAA



Enseja-se cravar os significantes da Rosa das Virtudes no coração da subjetividade dos militares que adentram a caserna. É notório os esforços da instituição nesse sentido. Esforços que se estendem ao meio digital também, lê-se no site desse Centro de Instrução^{37*}:

Sou Marinheiro e outra coisa não quero ser!

³⁷ - <https://www.marinha.mil.br/ciaa/sou-marinheiroa-e-outra-coisa-n%C3%A3o-quero-ser>, acesso em 29/09/2021.

As qualidades do Almirante Tamandaré, comprovadas por suas ações bem-sucedidas, são exemplos, não somente para os bons marinheiros, mas para os brasileiros de todos os tempos; relembra-las é um exercício de patriotismo e inspiração.

Sou Marinheiro e outra coisa não quero ser!

Compartilhe o orgulho de ser Marinheiro(a)!

O discurso, portanto, não apenas prescreve normas de conduta, pretende determinar o ser, o querer e o querer ser. Não se limita a nomear *Tu és Marinheiro*, dita ainda o orgulho a ser experimentado pelo fato de sê-lo e concita o compartilhamento desse orgulho, que se o *dê-a-ver*. Vertente superegóica portanto, imperativo de ser e de gozo. O sujeito assim identificado, subsumido a tais insígnias ideais, prescindiria da vigilância externa, do ônus da presença física da autoridade para que se porte como um marinheiro exemplar. A chibata torna-se obsoleta, pois agora é o supereu que toma as rédeas. Compensa com sentimentos de orgulho, pune com os açoites da culpa tendo como agulha magnética o ideal do eu. Mas diante disso, qual lugar para o desejo?

Cabe questionar também se há espaço para a falta, para a falha, para o temor, para a angústia. Exige-se demais? Abolido os açoites e castigos físicos, seria possível também prescindir da chibata superegóica? E quando não há a introjeção e entronização desses significantes ideais veiculados pela Marinha, quais seriam as consequências? Todos os marinheiros e combatentes navais estariam de fato dispostos a sacrificar a própria vida em nome da Pátria? Caso negativo, como proceder?

Essas questões são fundamentais. Deparamo-nos com elas inevitavelmente no cotidiano de nossa prática. A demanda por uma escuta na Marinha de uma forma geral é muito grande. Basta que se descubra que há ali um militar-psicólogo para que se inicie o desdobrar de queixas, um desfiar de sofrimentos e demandas infundável ao profissional. Isso mesmo em contextos e situações que em nada se relacionariam com o exercício dessa função, tais como trabalhos militar-administrativos ou cursos de carreira, em que o profissional de psicologia, teoricamente, estaria ali apenas como militar.

Quando de fato visitamos os meios operativos ou Organizações Militares para a realização de Acompanhamentos Psicológicos dos militares nas mais diversas funções e especialidades, via de regra, esses demandam mais visitas, mais reuniões, mais tempo, mais

escuta. Esforçam-se em prolongar o discurso, convidam para o almoço, oferecem um cafezinho. Sempre reforçam a necessidade de psicólogos onde trabalham, pois a necessidade ali é muito grande. É patente a ânsia por serem escutados em suas questões e sofrimentos, discorrem amplamente sobre agruras do dia-a-dia, da rotina e cultura militares. Essa ânsia por falar, a nosso ver, potencializa-se em função do silêncio e constrições impostas pela hierarquia e disciplina.

Por outro lado, não se observa uma busca desses mesmos militares aos serviços de Psicologia disponíveis pela Marinha nos hospitais e policlínicas navais. A não ser em casos extremos e, mesmo assim, como em toxicomanias ou surtos, geralmente tais casos são encaminhados e não procurados espontaneamente esses locais. Há aí um limbo em que muitos soçobram em um excruciante sofrimento psíquico. É justamente nesse limbo que pretendo mergulhar.

Passo agora à primeira pessoa do singular. Há pouco tempo fui designado como novo Encarregado da Divisão de Psicologia Operativa. Essa Divisão é subordinada ao Departamento de Psicologia do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha. Anteriormente nomeada como Divisão de Acompanhamento, tinha seu escopo limitado a acompanhar o desempenho dos militares selecionados nas mais diversas funções e atividades, em especial as que implicam risco de morte. O desafio que me proponho é ampliar esse escopo de atuação. Oferecer uma escuta analítica a esses militares em seus meios operativos, fora da arquitetura e conforto de um consultório. A fala de um militar egresso da Estação Antártica, após de mais de um ano de Comissão, me foi lapidar: “Apenas perguntem se está tudo bem”. Para mim, essa fala teve um efeito análogo à da histórica que pediu que Freud se calasse³⁸. *Apenas escute.*

³⁸ - Trata-se do jovem Sigmund Freud diante de sua paciente Emmy von N. Segundo Peter Gay: “Quando Freud a interrogava com insistência, ela se aborrecia, ‘muito rispidamente’, e pedia que ele parasse de ‘lhe perguntar de onde veio isso ou aquilo, mas que a deixasse contar o que ela tinha a dizer” (GAY, 2010, p. 80)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freud é contundente: “a inclinação agressiva é uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano” (FREUD, 1930/1991, p. 118). *Mal-estar na cultura*, texto estridente que faz desmoronar ilusões³⁹, evidencia que a hostilidade de um contra todos e de todos contra um é o fator que mais perturba nossos vínculos com o próximo e que coloca a sociedade sob uma permanente ameaça de dissolução. Desinibida das forças que a constroem, a agressividade humana degradinga na mais crua bestialidade, não faltam exemplos na sanguinolenta linha histórica humana. Dentre essas “contraforças”, indispensáveis para a viabilidade de qualquer laço social, Freud destaca a mais crucial: o supereu.

Uma mudança importante, significativa no que tange o âmbito pulsional somente sobrevém quando a autoridade é interiorizada pela instauração de um supereu. Com a introjeção da autoridade, pode-se dispensar o ônus da presença e vigilância de um interditor, pois o sujeito, sempre um contraventor em potencial, passaria então a interditar-se a si mesmo. Como vimos, Freud concebe esse processo como um “progresso”, uma “evolução” da alma humana em relação a outras formas de coerção social. A instauração do supereu, para Freud (1930/1991), impõe-se como o meio mais importante do qual a cultura lança mão para jugular o ímpeto agressivo do sujeito. As coerções, os mandamentos, os imperativos, as punições passam não mais a operar de “fora”, mas partem do ponto mais íntimo (e exterior) do sujeito. A extímica, infatigável, onividente e onisapiente sentinela superegógica assume o comando.

Assim, não serão necessários castigos físicos, coações materiais, armas, ameaças. Basta um olhar, diz Foucault com Bentham. Olhar da autoridade que foi interiorizado e que

³⁹ - O próprio Freud, em carta a Romain Rolland, datada de 1923, coloca-se como um *destruidor de ilusões*, inclusive das suas próprias. Nessa correspondência, ele compartilha sua preocupação com o futuro da civilização:

Grande parte do trabalho da minha vida (...) foi [uma tentativa] de destruir as minhas ilusões e as da humanidade. Mas se essa esperança não puder pelo menos em parte ser realizada, se no curso da evolução não aprendermos a distrair as nossas pulsões do ato de destruir a nossa própria espécie, se continuarmos a odiar um ao outro por pequenas disputas e matar um ao outro por um ganho mesquinho, se continuarmos a explorar, para a nossa destruição mútua, o grande progresso que se fez no controle de recursos naturais, que espécie de futuro nos aguarda? Certamente é bem difícil manter a continuação de nossa espécie no conflito entre nossa natureza pulsional e as exigências da civilização (FREUD, 1923/1982, p. 399).

observa, perscruta e pesa sobre si mesmo. Exerce-se a vigilância sobre e contra si mesmo. “Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório” (FOUCAULT, 1998, p. 218). Nessa lógica panóptica, disciplinador e disciplinado confundem-se. Trata-se de um poder disciplinar absolutamente indiscreto, porque está sempre e em toda a parte alerta, não deixe em princípio nenhuma zona de sombra, há um controle incessante, até mesmo nos sonhos.

O poder externo dessa forma pode perder os seus pesos físicos. Passa a tender ao incorpóreo. Quanto mais se aproxima desse limite, mais os seus efeitos são constantes, profundos, adquiridos de uma vez por todas, incessantemente repetidos. Trata-se para Foucault de uma vitória perpétua que evita qualquer confronto físico e que está sempre previamente decidida. Coerções violentas assim podem ser substituídas pela eficácia suave de uma vigilância sem falhas nem interrupções. Ao invés da chibata, orgulho e culpa proveniente da instância ideal-superegóica. A Liderança pelo exemplo passa a vigorar como o principal meio de veiculação dos significantes-mestres institucionais da Marinha do Brasil. Além disso, toda a produção discursiva, normativa e burocrática verte nesse sentido. Pressiona a introjeção dos ideais constantes na *Rosa das Virtudes*.

A escrita desta tese buscou inicialmente deslindar a gênese e o *modus operandi* do supereu e terminou por desembocar em questões da prática, das possibilidades e limitações da psicanálise em uma instituição militar. O ineditismo deste trabalho, a nosso ver, é articular radicalmente o supereu ao desamparo primordial. Desamparo primordial que propomos conceber como estrutural. Uma vez que a estrutura, segundo Luciano Elia (2004), é o que *não pode não ocorrer*, ou seja, caracteriza-se por ser indefectível, julgamos pertinente alçar o conceito de desamparo a esse patamar. Assim, “o inicial desamparo”, estrutural, “é a fonte de todos os motivos morais” (Ibid., 1895/1991, p. 363). Indefectível, estrutural desamparo que não cessa de produzir efeitos, fonte borbulhante da qual jorram todos os motivos morais.

Falta-a-ser, falta-a-ter, falta de saber instintivo que faz do *infans* sujeito do/ao Outro. Daí a sua porosidade aos significantes advindos desse Outro, tal como a metáfora da inoculação dos grãos de areia ou das partículas de ferro pelo orifício auricular das dáfnias. Isso que entra pelo ouvido, único orifício que não pode se fechar. Há, como vimos, uma afinidade estrutural que se denuncia na própria etimologia do vocábulo, entre obedecer e escutar (do latim *ab-audire*). Lacan joga com a homofonia entre *Jouis!* (Goza!) e *J'ouis* (Eu ouço) para colocar em evidência que diante do imperativo *Jouis!* (Goza!), o sujeito é compelido a responder *J'ouis!* (Ouço!), indicando o caráter vocal do imperativo superegóico e a compulsão à obediência concomitante.

Destacamos que a voz não se confunde com o som, o olhar – como substância episódica do objeto *a* – não se confunde com a visão. O olhar do Outro é fundamental na constituição do eu. A criança se volta para aquele que a segura diante do espelho invocando seu assentimento, demanda a ratificação do valor dessa imagem diante dela. Esse é um movimento que se repetirá por toda a sua existência. A ratificação do seu valor, estará condicionada a coincidência do seu eu com o ideal do eu. Este que Lacan grafa I(A), ideal do Outro (Autre). O sujeito será afetado com orgulho ou com culpa a depender do resultado dessa medição. Digno ou não do amor do Outro, do supereu. Causa de júbilo ou de angústia.

Essas são as duas vertentes inerentes ao registro do ideal destacadas por Lacan. Por um lado, perpetua a satisfação narcísica do sujeito, mas por outro é também, para ele, a função mais deprimente, no sentido psiquiátrico do termo. Orgulho e culpa, agalma e rebotalho, declinações do objeto *a*. O tormento do ideal, sua vertente deprimente, faz com que quanto mais esse seja exigente, as ocasiões de se estar em posição de insuficiência, de deficiência multiplicam-se. Recrudescem-se as exigências, complexificam-se as performances, o sarrafo fica cada vez mais alto. Nesse furor tantálico, por mais que tente, por mais que se esforce, dificilmente se está à altura.

Impõe-se um dever, um dever ser, como gozar e do que não se pode gozar. O discurso do mestre conforma, alinha, faz marchar. Condição *sine qua non* para a cultura. Não haveria laço social viável sem algum contorno, normatização e freio ao gozo. Discurso esse fundamental, essencial, para o militarismo, e, em nosso contexto de pesquisa, para a Marinha do Brasil. Acompanhamos ao longo deste trabalho os esforços institucionais no sentido de promover e enquistar seus significantes-mestres nos homens do mar. Com Freud, Lacan e Foucault deslindamos os mecanismos de interiorização da autoridade externa. Via voz e olhar produzem efeitos disciplinares que dispensam a vigilância e suplícios externos. A Marinha do Brasil tem cravada em sua história as terríveis consequências do uso de dos castigos corporais. Isso não só é inaceitável sob qualquer ponto de vista, como também não produzia os efeitos esperados. Pelo contrário, incitavam e inflamavam a revolta, o motim.

O discurso da Marinha, no entanto, não apenas prescreve normas de conduta, pretende determinar o ser, o querer e o querer ser. Não se limita a nomear *Tu és Marinheiro*, dita ainda, como vimos, o orgulho a ser experimentado pelo fato de sê-lo. O combatente naval deve inflamar-se com o *Fogo Sagrado*:

O “Fogo Sagrado” é a paixão, a fé, o entusiasmo com que o militar se dedica à sua carreira; é o seu intenso amor à Marinha, o seu devotamento pela grandeza da sua profissão; é a larga medida de uma verdadeira vocação e de um sadio patriotismo; é o *supremo amor pelo serviço*. É essa crença que anima a ponto de, naturalmente, julgar que os deveres que a lei marca são o mínimo, e que *para bem servir cumpre ir além do próprio dever*, fazer tudo quanto é humanamente possível, à custa, embora, de ingente labor. O “Fogo Sagrado” é essa força misteriosa que, dominando a alma do verdadeiro marinheiro, o *conduz sempre ao sacrifício com inexcédível vibração e estoica resignação*. O “Fogo Sagrado” transmite-se, mas para tanto é preciso possuí-lo em grande intensidade e demonstrá-lo mais por atitudes e ações do que por ordens e palavras. O “Fogo Sagrado” é a alma da Marinha! (BRASIL, 2013, p. 45, grifos nossos)

No supremo amor pelo serviço, o militar, para bem servir, é imperativo que vá além do próprio dever. Ele é vetorizado por essa força misteriosa que domina a sua alma e o conduz sempre ao sacrifício. Sacrifício que se submete com inexcédível vibração e estoica resignação. Vibra ao sacrificar-se, vibra ao abrir mão do seu desejo. O avesso da psicanálise.

Cabe à psicanálise, diz Maurano (2006), ser instrumento não apenas para o que diz respeito ao trabalho clínico, estrito senso, do que se passa no consultório, mas também servir de referencial ético e teórico para inúmeras outras intervenções que podem ser dirigidas ao campo social. Trata-se aí de pensar a psicanálise como podendo ter sua função não apenas em diversas instituições como a escola, a empresa, o hospital, mas também como tendo a possibilidade de travar uma interlocução fecunda com campos como o Direito, a Medicina, a Arte e outros. O que a distingue de outros recursos oferecidos pela cultura é propriamente o que ela visa em seu modo particular de intervir. O que a diferencia é a sua orientação ética na maneira como aborda os impasses do sujeito, sempre tomado enquanto sujeito desejante. Tal orientação traz consequências.

A ética da psicanálise é a ética do desejo. Ela trata do sujeito desejante, faltoso, dividido, entremeadado de conflitos. Não nos esqueçamos que debaixo da farda há sujeito. Sujeito que também sofre, isso a nossa experiência atesta. Temos como proposta na Divisão de Psicologia Operativa oferecer escuta aos sofrimentos relegados ao mutismo pelos constrangimentos da hierarquia e disciplina. Não se trata de colocar um divã nos estreitíssimos corredores de um submarino ou em meio a um acampamento de Mergulhadores de Combate, mas sim de oferecer um lugar de escuta, seja onde ele for. “Se não se pode mudar a direção do vento, pode-se ao

menos alterar a posição das velas e seguir, quem sabe, com mais fluência. Às vezes precisamos de ajuda para isso, e é aí que a psicanálise pode nos servir” (Ibid., p. 58).

Figura 18 – Navio Veleiro Cisne-Branco da Marinha do Brasil ao sabor dos ventos



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, S. A perversão, o desejo e a pulsão. *Revista mal-estar e subjetividade*, v. 5, n. 2, p. 341 – 360, 2005.

_____. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro, RJ: Rios Ambiciosos, 2009.

_____. *O adolescente e o outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ALBERTI, S.; SANTOS, C. BETEILLE, I. “A extimidade do supereu e um sujeito melancolizado”, *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 22(4), 782-802, 2019.

BRASIL. Lei n. 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Diário Oficial da União. Brasília: 1980.

_____. Diretoria de Ensino da Marinha. Manual de liderança. Rio de Janeiro: 1996.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. Doutrina de Liderança da Marinha – EMA-137. Brasília: 2013.

CORRÊA, V. *Histórias Ásperas*. Rio de Janeiro: Nacional, 2005.

DIDIER-WEILL, A. *Os Três Tempos da Lei: O mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

DOLAR, M. *Una voz y nada más*. Buenos Aires: Manantial, 2006.

DOSTOIÉVSKI, F. *Notas do subsolo*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

ELIA, L. *Para além da sexualidade: A psicose na psicanálise*. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 1992.

_____. Desenvolvimento, estrutura e gozo. *Revista Marraio*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 11-19, 2004.

_____. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FERENCZI, S. (1909). Transferência e Introjeção. In: _____. *Sandór Ferenczi – Obras completas*, v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. (1929). A criança mal-acolhida e sua pulsão de morte. In: _____. *Sandór Ferenczi – Obras completas*, v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREITAS, A.; RUDGE, A. “O supereu entre o amor e o gozo”. *Tempo psicanal.* Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 244-267, 2011.

FREUD, S. (1890). Tratamiento psíquico (tratamiento del alma). In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 1.

_____. (1893). Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 3.

_____. (1895). Proyecto de psicología. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 3.

_____. (1895). Manuscrito H. Paranoia. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 1.

_____. (1896). La etiología de la histeria. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 1.

_____. (1897) Carta 59. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 1.

_____. (1900). La interpretación de los sueños. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 4.

_____. (1905a). Tres ensayos de teoría sexual. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 7.

_____. (1905b). El chiste y su relación con lo inconciente. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 8.

_____. (1911[1910]). Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.12.

_____. (1913). Totem y tabu. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.13.

FREUD, S. (1914). Introducción del narcisismo. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.14.

_____. (1916a). Algunos tipos de carácter dilucidados por el trabajo psicoanalítico. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 14.

_____. (1916b). 9ª conferencia. La censura onírica. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 15.

_____. (1916c). 13ª conferencia. Rasgos arcaicos e infantilismo del sueño. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 15.

_____. (1917 [1916-1917]). 25ª conferencia. La angustia. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 16.

_____. (1917 [1916]). Una dificultad del psicoanálisis. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 17.

_____. (1919). Lo ominoso. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 17.

_____. (1920). Más allá del principio de placer. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 18.

_____. (1921). Psicología de las masas y análisis del yo. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.18.

_____. (1923). El yo y el ello. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.19.

_____. (1924[1923]). Neurosis y psicosis. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.19.

_____. (1924). El problema económico del masoquismo. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v.19.

_____. (1926) Inhibición, sintoma y angustia. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 19.

_____. (1927). El futuro de una ilusión". In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 21.

_____. (1930). El malestar en la cultura. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991, v. 21.

FREUD, S. (1932). ¿Por qué la guerra? (Einstein y Freud). In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 22.

_____. (1933[1932]a). 31ª conferencia. La descomposición de la personalidad psíquica. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 22.

_____. (1933[1932]b). 32ª conferencia. Angustia y vida pulsional. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 22.

_____. (1933[1932]c). 35ª conferencia. En torno de una cosmovisión. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 22.

_____. (1937). Análisis terminable e interminable. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23.

_____. (1939[1934-38]). Moisés y la religión monoteísta. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23.

_____. (1940[1938]a). Esquema del psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23.

_____. (1940[1938]b). Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GAY, P. *Freud – uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GEREZ-AMBERTÍN, M. *As vozes do supereu: na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2009.

GUYOMARD, P. *O gozo do trágico: Antígona, Lacan e o desejo do analista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

HANNS, L.A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, RJ.

ISAKOWER, O. On the Exceptional Position of the Auditory Sphere. *International Journal of Psycho-Analysis*, v.20, p.340-348, 1939.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v. 2: A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JULIEN, P. *O estranho gozo do próximo: ética e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

KAFKA, F. *Carta ao pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1919.

KIERKEGAARD, S. *O desespero humano-doença até a morte*. Os pensadores, São Paulo: Editora Abril, 1984

LACAN, J. (1938). Complexos Familiares. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1947). Psiquiatria inglesa e a guerra. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1949) O estágio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1950). Funções da psicanálise em criminologia. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1953). Discurso de Roma. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1953-1954). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. (1954-1955). *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1955). Variantes do tratamento-padrão. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1955-1956). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1956). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1956-1957). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

LACAN, J. (1957-1958). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1958). A significação do falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1958-1959). *Seminário 6: o desejo e sua interpretação*, inédito.

_____. (1959-1960). *Seminário 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

_____. (1960). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1960-1961). *O Seminário, livro 8: a transferência* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.

_____. (1961-1962). *O Seminário, livro 9: a identificação*, inédito.

_____. (1962-1963). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1963). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1964). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. (1964). Posição do inconsciente. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1964b). Do 'Trieb' de Freud e do desejo do psicanalista. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1966). De nossos antecedentes. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1966-1967). *O seminário, livro 14: A lógica da fantasia*. Inédito.

_____. (1968). Alocução sobre as psicoses da criança. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1968-1969) *O Seminário, livro 16. De um Outro ao outro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1969-1970) *O Seminário, livro 17. O avesso da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1972). O Aturdido. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1972-1973). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1973-1974). *O seminário, livro 21: les non-dupes errent*. Inédito.

_____. (1975-1976). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MAGNO, M.D. O pato lógico. RJ: Aoutra Editora, 1981.

MAURANO, D. *Para que serve a psicanálise?* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MILLER, J. A. “Do amor à morte”. *Opção Lacaniana on line*, n.2, p.1-16, 2010.

_____. “Jacques Lacan e a voz”. *Opção lacaniana on-line*, n. 11, p. 1-13, 2013.

NASCIMENTO, A. P. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2002

QUINET, A. *Um olhar a mais: ver e ser visto, o olhar na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

QUINET, A. O sujeito: uma neo-latua. In: ALBERTI, Sonia (org.). *A sexualidade na aurora do século XXI*. Rio de Janeiro, Brasil: Cia de Freud- CAPES, 2008.

_____. *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009a.

_____. *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009b.

_____. *A Descoberta do Inconsciente: Do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

_____. *Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

RECALCATI. *Las manos de la madre*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2018.

RUDGE, A. *Trauma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RINALDI, D. *Ética da diferença*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RILEY, R., A Tendência para os Crimes de Guerra. In: *Military Review*, 2010.

SOLER, C. (1997) “O sujeito e o Outro”, in FINK, B. (org). *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. “O corpo falante”. In: *Caderno de Stylus*, n.1, 2010.

_____. *Declinações da angústia: curso 2000-2001*. São Paulo: Escuta, 2012.

_____. *La maldición sobre el sexo*. Buenos Aires: Manantial, 2018.

_____. *O em-corpo do sujeito: seminário 2001-2002*. Salvador: Ágalma, 2019.

SOUZA, N. *A psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIVÈS, M. *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

WINNICOTT, D. (1949). “Preocupação materna primária”. In: *Da Pediatria a Psicanálise: textos selecionados*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ZIZEK, S. “O superego pós-moderno”. *Folha de São Paulo*, caderno especial. São Paulo, 1999

_____. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.